

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE – FNE



RELATÓRIO DE RESULTADOS E IMPACTOS EXERCÍCIO DE 2014





Presidente:

Nelson Antonio de Souza

Diretores:

Francisco das Chagas Soares
Isaias Matos Dantas
Luiz Carlos Everton de Farias
Manoel Lucena dos Santos
Paulo Sérgio Rebouças Ferraro
Romildo Carneiro Rolim

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE

Superintendente: Francisco José Araújo Bezerra

Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação

Tibério Rômulo Romão Bernardo

Célula de Avaliação de Políticas e Programas

Luiz Fernando Gonçalves Viana, em exercício

Revisão Vernacular:

Hermano José Pinho



Equipe Técnica:

Luiz Fernando Gonçalves Viana – Coordenador

Elizabeth Castelo Branco
Iraci Soares Ribeiro Maciel
Jane Mary Gondim de Souza
Renato Alves dos Santos
Lorena Maciel Farias Leandro - Bolsista

Colaboradores:

Antônio Ricardo de Norões Vidal
Carlos Alberto Pinto Barreto
Cláudio Pereira Bentemuller
Hamilton Reis de Oliveira
João Bosco Ximenes Carmo
Luísa Maria Tessman
Manoel Evangelista Neto
Maria Neidevanya Feitosa Melo
Sâmia Araújo Frota
Wellington Santos Damasceno

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
1 – INTRODUÇÃO	12
2 – POLÍTICAS REGIONAIS E O DESEMPENHO DA ECONOMIA DO NORDESTE	14
3 – A EXECUÇÃO DO FNE	21
3.1 – Contratações Setoriais	26
3.1.1 – Setor Rural	27
3.1.1.1 – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).....	30
3.1.2 – Setor Agroindustrial	45
3.1.3 – Setor Industrial	47
3.1.4 – Setor Turismo	50
3.1.5 – Setor Comércio e Serviços.....	52
3.1.6 – Setor Infraestrutura.....	55
3.2 – Valores Programados e Valores Realizados.....	56
3.3 – Impactos Redistributivos das Aplicações do FNE	60
3.3.1 – Contratações por Estado.....	60
3.3.2 – Contratações no Semiárido e Fora do Semiárido.....	65
3.3.3 – Contratações por Porte de Beneficiário.....	68
3.3.4 – Municípios Atendidos pelo FNE	72
3.4 – Repasses do FNE a Outras Instituições.....	74
3.5 – Prioridades Definidas pelo Condrel/Sudene para a Aplicação do FNE	81
3.5.1 – Prioridades Espaciais.....	81
3.5.2 – Prioridades Setoriais	84
3.6 – O FNE no Contexto da PNDR	90
4 – GESTÃO DO ATIVO OPERACIONAL.....	109
4.1 – Inadimplemento das Operações	109
4.2 – Recuperação de Crédito	110
4.3 – Operações Renegociadas com base no Art. 15-D, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989	112
4.4 - Operações liquidadas/renegociadas com base nas medidas legais de regularização de dívidas (Resoluções CMN nº 4.211, 4.212, 4.250, 4.251, 4.289, 4.298, 4.299, 4.314, 4.315, 4.365 e Art. 8º e 9º da Lei 12.844/2013)	113
5 – RESULTADOS DOS ACOMPANHAMENTOS E FISCALIZAÇÕES DOS EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS	114
5.1 – Síntese das Visitas de Acompanhamento Realizadas no ano de 2014	115
5.2 – Principais Ocorrências.....	115
6 – AVALIAÇÃO DE RESULTADOS E IMPACTOS DO FNE	116
6.1 - Síntese dos Indicadores Utilizados na Avaliação de Resultados e Impactos do FNE – Exercício 2014	116
6.1.1 Indicadores de Eficácia	116

6.1.2 Indicadores de Efetividade	120
6.1.3 Indicadores de Eficiência Operacional	121
6.2 – Avaliação do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf)	121
6.2.1 Introdução	121
6.2.2 Principais aspectos da metodologia	122
6.2.3 Caracterização das Famílias dos Beneficiários	123
6.3 Matriz de Insumo-Produto do Nordeste – Impacto das Contratações	
Realizadas pelo FNE no Exercício de 2014	159
6.2.1 Considerações sobre a Matriz de Insumo-Produto	159
6.2.2 Impactos Socioeconômicos do FNE na Região Nordeste – Contratações no ano de 2014	162
REFERÊNCIAS	168
ANEXOS	169

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Participação % dos setores do Nordeste no Valor Adicionado Bruto nacional 2002 – 2012.....	16
Gráfico 2– Número de domicílios extremamente pobres por Região	17
Gráfico 3 – Rendimentos do trabalho e variação, por Região, de 2001 a 2011 (valores em R\$ de 2011)	18
Gráfico 4– Índice de Gini por Região 1989-2013	19
Gráfico 5– FNE – Ingressos Mensais de Recursos – Valores em R\$ Mil– Exercícios de 2013 e 2014.....	24
Gráfico 6– Contratação Pronaf - Distribuição por Setor	35
Gráfico 7– Setor Pecuário – Distribuição por Atividade.....	36
Gráfico 8– Agroamigo – Unidades de Atendimento - 2014.....	38
Gráfico 9– Agroamigo – Quantidade de Operações Contratadas por Ano	38
Gráfico 10– Agroamigo – Valores Contratadas por Ano.....	39
Gráfico 11– Agroamigo – Número de Clientes Ativos por Ano.....	39
Gráfico 12– Agroamigo – Carteira Ativa por Ano (R\$ Mil).....	40
Gráfico 13– Agroamigo – Distribuição por Setor – 2014	40
Gráfico 14– Agroamigo – Distribuição por Atividade – Pecuária – 2014	41
Gráfico 15- Agroamigo Crescer – Distribuição por Faixa de Valor Financiado 2014.	41
Gráfico 16– Agroamigo Mais – Distribuição por Faixa de Valor Financiado - 2014..	42
Gráfico 17- Agroamigo Crescer – Distribuição por Prazo Médio – 2014.....	42
Gráfico 18- Agroamigo Mais – Distribuição por Prazo Médio – 2014.....	43
Gráfico 19– Distribuição da Carteira por Gênero	43
Gráfico 20– Clientes Agroamigo Beneficiários do Bolsa Família – 2014.....	44
Gráfico 21– Situação dos Empreendimentos Vistoriados pelo FNE no ano de 2014	115
Gráfico 22- Distribuição das famílias pela vinculação a programas de transferência de renda/aposentadoria, por Grupos.....	127
Gráfico 23- Distribuição das famílias pela vinculação a programas de transferência de renda/ aposentadoria, por Regiões.....	127
Gráfico 24- Distribuição das famílias pela vinculação a programas de transferência de renda/aposentadoria, por Categorias.	128
Gráfico 25- Distribuição das famílias, pelo número de pessoas ocupadas no mercado de trabalho (%), por Grupos.	129
Gráfico 26 - Distribuição das famílias, pelo número de pessoas ocupadas no mercado de trabalho (%), por Região.....	130
Gráfico 27- Distribuição das famílias, pelo número de pessoas ocupadas no mercado de trabalho (%), por Categorias.....	130
Gráfico 28- Distribuição das famílias pelo número de pessoas que migram sazonalmente, por Grupos.	132
Gráfico 29 - Distribuição das famílias pelo número de pessoas que migram sazonalmente, por Regiões.	133
Gráfico 30- Distribuição das famílias pelo número de pessoas que migram sazonalmente, por Categorias.....	133
Gráfico 31- Distribuição das famílias em função da existência de migrantes que retornaram à família após seu ingresso no Pronaf, por Grupos.....	134

Gráfico 32– Distribuição das famílias em função da existência de migrantes que retornaram à família após seu ingresso no Pronaf, por Região.	134
Gráfico 33- Distribuição das famílias em função da existência de migrantes que retornaram à família após seu ingresso no Pronaf, por Categorias	134
Gráfico 34- Distribuição das famílias em função da existência de pessoas que deixaram de migrar após seu ingresso no Pronaf, por Grupos.	135
Gráfico 35- Distribuição das famílias em função da existência de pessoas que deixaram de migrar após seu ingresso no Pronaf, por Regiões.	136
Gráfico 36- Distribuição das famílias em função da existência de pessoas que deixaram de migrar após seu ingresso no Pronaf, por categorias.....	136
Gráfico 37- Índice de Condições de Residência (%), por Grupos.....	140
Gráfico 38 - Índice de Condições de Residência (%), por Região	141
Gráfico 39- Índice de Condições de Residência (%), por Categorias	141
Gráfico 40- Renda familiar média mensal oriunda do trabalho assalariado (R\$), por Grupos	147
Gráfico 41- Renda familiar média mensal oriunda do trabalho assalariado (R\$), por Região	148
Gráfico 42- Renda familiar média mensal oriunda do trabalho assalariado (R\$), por Categorias.	148
Gráfico 43- Renda familiar média mensal oriunda de aposentadorias e pensões (R\$), por Grupos.	149
Gráfico 44- Renda familiar média mensal oriunda de aposentadorias e pensões (R\$), por Região	150
Gráfico 45- Renda familiar média mensal oriunda de aposentadorias e pensões (R\$), por Categorias.....	150
Gráfico 46- Renda familiar média mensal oriunda de programas de transferência de renda (R\$), por Grupos	151
Gráfico 47- Renda familiar média mensal oriunda de programas de transferência de renda (R\$), por Região	152
Gráfico 48- Renda familiar média mensal oriunda de programas de transferência de renda (R\$), por Categorias.....	152
Gráfico 49- Renda monetária média mensal oriunda da produção familiar (R\$), por Grupos	153
Gráfico 50- Renda monetária média mensal oriunda da produção familiar (R\$), por Região.....	154
Gráfico 51- Renda monetária média mensal oriunda da produção familiar (R\$), por Categorias.	154
Gráfico 52- Renda média mensal total por família (R\$), por Grupos	157
Gráfico 53- Renda média mensal total por família (R\$), por Categorias.....	158

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Tipologia de Renda dos Municípios na Área de Atuação do FNE	92
Figura 2 – Mesorregiões na Área de Atuação do FNE.....	101

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Indicadores de Eficácia – FNE 2014	118
Quadro 2 – Indicadores de Eficácia – Contratação por Estado – FNE 2014.....	119
Quadro 3 – Indicadores de Efetividade – FNE 2014.....	120
Quadro 4 – Indicadores de Eficiência Operacional – FNE 2014	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1– Evolução PIB <i>per capita</i> das Regiões 1989-2011 e variação % – R\$ Mil..	15
Tabela 2 – Evolução PIB <i>per capita</i> Estadual 1989-2011 e comparação com o PIB <i>per capita</i> Médio da Região – R\$ Mil	15
Tabela 3 – Evolução do PIB regional e participação % 1989-2011 – R\$ Mil	16
Tabela 4 – Evolução da participação % setorial do Valor Adicionado Bruto do Nordeste na economia nacional.....	16
Tabela 5 – Evolução do Valor Adicionado na Agropecuária Regional 2002-2012 – R\$ Milhão.....	17
Tabela 6 - Evolução do número de domicílios extremamente pobres e variação no período de 1992-2013	18
Tabela 7 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) por estado até o último estado do Nordeste ranqueado	20
Tabela 8 – FNE – Desempenho Operacional e Propostas em Carteira – Exercício de 2014	22
Tabela 9 – FNE – Prospecção de Negócios - Exercício de 2014	23
Tabela 10– FNE – Demonstrativo do Patrimônio Líquido – Posição em 31.12.2014 .	23
Tabela 11– FNE – Ingressos Mensais de Recursos – Exercício de 2014.....	24
Tabela 12 - FNE – Demonstrativo das Variações das Disponibilidades – Exercício de 2014	25
Tabela 13 – FNE – Participação Setorial nas Contratações ⁽¹⁾ – Período: 1998 a 2014	26
Tabela 14 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Setor Rural – Exercício de 2014	27
Tabela 15– FNE – Setor Rural Contratações ⁽¹⁾ Estaduais – Exercício de 2014.....	30
Tabela 16 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Pronaf – Exercício de 2014.....	34
Tabela 17 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Setor Agroindustrial – Exercício de 2014	46
Tabela 18– FNE - Setor Agroindustrial – Contratações ⁽¹⁾ Estaduais – Exercício de 2014	47
Tabela 19 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Setor Industrial – Exercício de 2014	48
Tabela 20 – FNE – Setor Industrial – Contratações ⁽¹⁾ Estaduais – Exercício de 2014	50
Tabela 21 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Setor Turismo – Exercício de 2014.....	51
Tabela 22 – FNE – Setor Turismo – Contratações ⁽¹⁾ Estaduais – Exercício de 2014 .	52
Tabela 23 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Comércio e Serviços – Exercício de 2014	53
Tabela 24 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Estado nos Setores Comércio e Serviços – Exercício de 2014	54
Tabela 25 – FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Atividade no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2014	55
Tabela 26 – FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Estado no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2014	56

Tabela 27– FNE – Valores Programados e Realizados por Estado – Exercício de 2014	57
Tabela 28 – FNE – Valores Programados e Realizados por Setor – Exercício de 2014	58
Tabela 29 – Contratações ⁽¹⁾ por Região – Exercício de 2014.....	58
Tabela 30 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ nas Mesorregiões PNDR – Exercício de 2014	60
Tabela 31 – FNE – Valores Programados e Realizados por Tipo de Município – Exercício de 2014	60
Tabela 32 – FNE – Contratações e Demanda de Recursos por Estado – Exercício de 2014	61
Tabela 33– FNE – Contratações ⁽¹⁾ Acumuladas por Estado – Período: 1989 a 2014 ..	62
Tabela 34– FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Relação ao Número de Beneficiários – Exercício de 2014	63
Tabela 35 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Relação à População Residente – Exercício de 2014	63
Tabela 36 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Relação ao PIB dos Estados – Exercício de 2014	64
Tabela 37 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Região – Exercício de 2014.....	66
Tabela 38 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ Acumuladas por Porte de Beneficiários – Período: 1989 a 2014	68
Tabela 39 – FNE – Beneficiários por Porte e Setor – Exercício de 2014	70
Tabela 40– FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Porte dos Beneficiários e Setor – Exercício de 2014	71
Tabela 41 – FNE – Distribuição Territorial dos Recursos – Exercício de 2013	72
Tabela 42– FNE – Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos – Exercício de 2014	73
Tabela 43 – FNE – Distribuição Territorial dos Recursos por Faixa de Valor Contratado – Exercício de 2014	73
Tabela 44 – FNE – Contratações por Tipo de Município ⁽¹⁾ – Exercício de 2014	73
Tabela 45– FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ – Exercício de 2014	74
Tabela 46 – FNE – Bancos Repassadores – Desempenho Operacional – Contratações ⁽¹⁾ Exercício de 2014	75
Tabela 47 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade no Setor Rural – Exercício de 2014	76
Tabela 48 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Industrial e Turismo – Exercício de 2014	76
Tabela 49– FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade nos Setor de Comércio e Serviços – Exercício de 2014.....	76
Tabela 50– FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Região – Exercício de 2014	77
Tabela 51– FNE – Bancos Repassadores – Beneficiários por Porte e Setor – Exercício de 2014	77
Tabela 52– FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Porte e Setor do Beneficiário – Exercício de 2014	78
Tabela 53– FNE – Bancos Repassadores – Saldos Devedores e Inadimplência – Exercício de 2014	79
Tabela 54 – FNE – Bancos Repassadores – Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos – Exercício de 2014	80

Tabela 55 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Município – Exercício de 2014	80
Tabela 56 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Arranjos Produtivos Locais – APLs – Exercício de 2014	82
Tabela 57– FNE – Contratações ⁽¹⁾ com Mini, Micro e Pequenos Produtores Rurais ⁽²⁾ /Empresas – Exercício de 2014.....	85
Tabela 58– FNE – Contratações ⁽¹⁾ com Empreendedores Individuais – Exercício de 2014	86
Tabela 59– FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ na Indústria Automotiva – Exercício de 2014	86
Tabela 60 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ na Indústria Química, Petroquímica e Biocombustíveis – Exercício de 2014	87
Tabela 61– FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ na Indústria Metal-Mecânica e Siderúrgica – Exercício de 2014	87
Tabela 62– FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ no Setor da Indústria Extrativa de Minerais – Exercício de 2014	88
Tabela 63– FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ nas Indústrias de Calçados, Mobiliários e Vestuário e Acessórios – Exercício de 2014	89
Tabela 64 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ no Setor de Exportação – Exercício de 2014	90
Tabela 65– FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Segmento de Informática e Medicamentos – Exercício de 2014	90
Tabela 66– FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Tipo de Município e Porte (Áreas Prioritárias) – Exercício de 2014	94
Tabela 67– FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Tipo de Município e Setor (Áreas Prioritárias) – Exercício de 2014	96
Tabela 68– FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Tipo de Município e Estado (Áreas Prioritárias) – Exercício de 2014	97
Tabela 69– FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Tipo de Município e Região (Áreas Prioritárias) – Exercício de 2014.	98
Tabela 70– FNE – Projetos Contratados ¹ nas Mesorregiões – Exercício de 2014.....	100
Tabela 71– FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Mesorregiões por Porte – Exercício de 2014	102
Tabela 72– FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Mesorregiões por Estado – Exercício de 2014	104
Tabela 73– FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Mesorregiões – Região Semiárida e Outras Regiões – Exercício de 2014	105
Tabela 74– FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Mesorregiões por Setor – Exercício de 2014	106
Tabela 75– FNE – Contratações ⁽¹⁾ na RIDE Petrolina-Juazeiro – Por Município – Exercício de 2014	107
Tabela 76– FNE – Contratações ⁽¹⁾ na RIDE Petrolina-Juazeiro – Por Setor – Exercício de 2014	107
Tabela 77– FNE – Contratações ⁽¹⁾ na RIDE Grande Teresina - Timon – Por Município – Exercício de 2014	108
Tabela 78– FNE – Contratações ⁽¹⁾ na RIDE Grande Teresina - Timon – Por Setor – Exercício de 2013	108
Tabela 79– FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Porte dos Beneficiários ⁽¹⁾ – Posição: 31.12.2014.....	109
Tabela 80– FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Setor ⁽¹⁾ – Posição: 31.12.2014	110

Tabela 81– FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Data de Contratação ⁽¹⁾ – Posição: 31.12.2014.....	110
Tabela 82– FNE – Recuperação de Dívidas(1) – Posição: 31.12.2014.....	111
Tabela 83– FNE – Liquidações pelo Equivalente Financeiro em 2014 – Resolução 55/2012 do CONDEL – Posição 31.12.2014	113
Tabela 84– FNE – Regularizações de operações realizadas em 2014 com base nas Resoluções CMN nº 4.211, 4.212, 4.250, 4.251, 4.289, 4.298, 4.299, 4.314, 4.315, 4.365 e Art. 8º e 9º da Lei 12.844/2013 – Posição 31.12.2014	113
Tabela 85 - Municípios sorteados por tipologia PNDR – Dentro e Fora do Semiárido	123
Tabela 86 - Distribuição das famílias, pelo número de pessoas, por Grupos e por Regiões.	123
Tabela 87– Distribuição das famílias, pelo número de pessoas, por categorias.....	124
Tabela 88 - Distribuição dos componentes familiares por idade, por Grupos e por Regiões.	125
Tabela 89 - Distribuição dos componentes familiares por idade, por Categorias	125
Tabela 90 - Distribuição das famílias pelo número de pessoas alfabetizadas, por Grupos e por regiões.....	126
Tabela 91 - Distribuição das famílias pelo número de pessoas alfabetizadas, por categorias.	126
Tabela 92 - Distribuição das famílias com pessoas empregadas no mercado, por ramos de atividade, por Grupos e por Região.	131
Tabela 93 - Distribuição das famílias com pessoas empregadas no mercado, por ramos de atividade, por Categorias.	131
Tabela 94 - Condições típicas da moradia, por Grupos e por Região (%)	137
Tabela 95 - Condições típicas da moradia, por Categorias (%)	138
Tabela 96 - Distribuição das famílias em função da realização de construções e reformas residenciais após o Pronaf, por Grupos e por Região	138
Tabela 97 - Distribuição das famílias em função da realização de construções e reformas residenciais após o Pronaf, por Categorias.....	139
Tabela 98 - Distribuição das famílias pela posse de equipamentos domiciliares (%), por Grupos e por Região.....	142
Tabela 99 - Distribuição das famílias pela posse de equipamentos domiciliares (%), por Categorias.....	143
Tabela 100 - Valores médios dos equipamentos domiciliares (R\$), por Grupos e por Região.....	144
Tabela 101 - Valores médios dos equipamentos domiciliares (R\$), por Categorias..	144
Tabela 102 - Distribuição das famílias pelo Índice de segurança alimentar, por Grupos e por Região (%).	145
Tabela 103 - Distribuição das famílias pelo Índice de (In) segurança alimentar, por Categorias	146
Tabela 104 - Distribuição da renda familiar mensal total (R\$) por fonte de origem, por Grupos e por Região	156
Tabela 105– Repercussões Econômicas das Contratações do FNE – 2014 ¹ - R\$ Milhões e Empregos em Número de Pessoas.....	164
Tabela 106 - Repercussões Econômicas das Contratações do FNE por Porte da Empresa (micro, mini, pequena e média) – 2014 ¹ – R\$ Milhões e Empregos em Número de Pessoas	166

PREFÁCIO

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) encaminha ao Ministério da Integração Nacional e à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) o Relatório de Resultados e Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), referente ao ano de 2014.

Além de informações sobre a execução do Fundo, este Relatório traz os resultados e impactos do FNE objeto das avaliações concluídas no mesmo período. Estas avaliações foram realizadas em conformidade com a Metodologia de Avaliação do FNE, desenvolvida pelo BNB.

O BNB contratou, desde o início da operacionalização do FNE, em 1989, até dezembro de 2014, o montante de R\$ 152,2 bilhões¹. Tais financiamentos foram direcionados a empreendimentos predominantemente de mini, pequeno e médio portes dos setores rural, industrial e agroindustrial, comércio e serviços, turismo e de infraestrutura, localizados nos onze estados da área de atuação do FNE.

Diante da magnitude dos recursos aplicados, da abrangência espacial da ação e da natureza de política pública que assumem as operações no âmbito do FNE, ressalta-se a importância da elaboração deste Relatório. Ele permite dar transparência à execução das ações, monitorar e avaliar sistematicamente o desempenho operacional e, à luz dos resultados alcançados, rever continuamente o processo de financiamento, sob a perspectiva da conjuntura socioeconômica da Região Nordeste.

Assim, espera-se que este Relatório seja um instrumento que contribua para o aperfeiçoamento do processo de financiamento produtivo, no âmbito do FNE, com foco na geração de emprego e renda.

Francisco José Araújo Bezerra
Superintendente do ETENE

¹ Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991. Exercícios de 1992 em diante - valores atualizados pelo IGP-DI, até 31.12.2014.

1 – INTRODUÇÃO

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) foi criado através do artigo 159 da Constituição Federal de 1988 e regulamentado por força da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, tendo como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Nordeste.

O presente Relatório apresenta os principais resultados e impactos do FNE no ano de 2014, tendo por base as contratações realizadas nesse período.

As operações contratadas com recursos do FNE, no período considerado, alcançaram o montante de R\$ 13,5 bilhões, distribuídos em 468.911 operações de crédito.

Em termos de demanda por recursos, no final do ano de 2014, tinha-se um estoque de propostas em carteira no valor de R\$ 2,1 bilhões e ainda uma prospecção de negócios da ordem de R\$ 2,5 bilhões.

Setorialmente, os recursos do FNE foram distribuídos da seguinte forma: as atividades relacionadas ao meio rural absorveram R\$ 5,1 bilhões ou 37,9% do total contratado pelo FNE no ano de 2014, enquanto o Setor Industrial contratou R\$ 3,7 bilhões (27,3%). Ao Setor Comércio e Serviços foram direcionados R\$ 3,9 bilhões (29,1%) e ao Setor de Turismo, R\$ 488,5 milhões (3,6%). O Setor de Infraestrutura contratou R\$ 233,6 milhões (1,7%) e o Setor Agroindustrial R\$ 46,2 milhões (0,3%).

No que se refere à distribuição por região climática, as contratações no Semiárido totalizaram, aproximadamente, R\$ 3,8 bilhões, contemplando aproximadamente, 881,3 mil produtores, agricultores familiares e empreendimentos foram beneficiados com recursos do FNE nesse território do Nordeste.

Os mini, os micros, os pequenos e os pequeno-médios empreendedores contrataram recursos da ordem de R\$ 6,4 bilhões. Cerca de 1,3 milhão de beneficiários do FNE, no período, pertenciam a essas categorias.

À agricultura familiar, por meio do Pronaf, foram destinados recursos do Fundo no total de R\$ 2,1 bilhões. Os financiamentos do FNE beneficiaram, aproximadamente, 1,3 milhão de pessoas pertencentes a esse Programa.

O FNE contratou recursos em todos os estados de sua área de atuação e em todos os municípios que compõem esta área.

Utilizando-se a Matriz de Insumo-Produto, acredita-se que as contratações realizadas no exercício de 2014 pelo FNE possam gerar para a Região, por meio de efeitos diretos, indiretos e de renda, acréscimo de produção bruta regional de aproximadamente R\$ 30,3 bilhões; valor adicionado estimado em R\$ 17,6 bilhões; geração de aproximadamente 1.0

milhão de ocupações (considerando-se empregos diretos, indiretos e induzidos); pagamento de salários por volta de R\$ 4,8 bilhões e geração de impostos estimada em R\$ 4,2 bilhões. Ressalte-se que os impactos acima não consideram os efeitos de transbordamento refletidos pelo Fundo.

O presente Relatório está dividido em seis capítulos. Esta **Introdução** faz uma síntese dos principais resultados das aplicações do FNE no período analisado.

O segundo capítulo, **Políticas Regionais e o Desempenho da Economia do Nordeste**, apresenta um panorama da economia nordestina, que serve de subsídio para a compreensão da dinâmica do Fundo.

A **Execução do FNE** discrimina a aplicação do Fundo, analisando em consonância com os cortes por setor, estado, região climática (dentro e fora do semiárido), porte dos empreendimentos, mesorregiões e tipologias da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), além das prioridades definidas pelo Ministério da Integração Nacional.

A **Gestão do Ativo Operacional** analisa o comportamento da adimplência do FNE no período e o processo de gerenciamento de crédito, enquanto o **Resultado dos Acompanhamentos e Fiscalizações dos Empreendimentos Financiados** faz uma síntese das visitas ao longo do ano de 2014, as principais ações e ocorrências.

Finalizando, o sexto capítulo, **Avaliação dos Resultados e Impactos do FNE** apresenta uma síntese dos indicadores utilizados, bem como faz uma análise das externalidades provocadas nas economias regional e brasileira, utilizando-se da Matriz de Insumo-Produto Regional, além dos resultados preliminares da Avaliação do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf).

2 – POLÍTICAS REGIONAIS E O DESEMPENHO DA ECONOMIA DO NORDESTE

A Constituição de 1988 registrou importante conquista para o Nordeste: a criação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE. O resgate dessa recente memória foi registrada no livro, FNE 25 Anos, editado pelo Banco do Nordeste em 2014. A criação do Fundo é uma clara declaração da necessidade de tratamento diferenciado para o Nordeste e o semiárido brasileiro.

Em 1949, foi criado o Fundo das Secas, constituído na época por 1% da renda tributária da União, arrecadada no exercício anterior, para o amparo às populações atingidas pela seca do Nordeste. A Lei nº. 1.004, dizia, em seu Art.1º. §2º. que oitenta por cento, no mínimo, do Fundo das Secas deveriam ser aplicados anualmente em empréstimos a agricultores e industriais estabelecidos na área abrangida pela seca, podendo destiná-los somente a dez finalidades específicas nela previstas.

A Constituição de 1967 extinguiu o Fundo das Secas e a região semiárida nordestina só reconquistou recursos creditícios específicos em 1988, com a instituição do FNE. Nesse novo dispositivo, 1,8% do total arrecadado com o Imposto de Renda (IR) e com o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), reservado ao Nordeste, deveria ser utilizado na concessão de crédito diferenciado dos créditos usualmente adotados pelas instituições financeiras, em função das reais necessidades das regiões beneficiárias, devendo o FNE destinar ao semiárido metade dos recursos ingressados para financiar atividades econômicas, em condições compatíveis com as peculiaridades da área.

No relatório de avaliação do FNE, em 2013, foi destacada a institucionalização da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), por meio do Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007 e a implantação dos diversos programas sociais do Governo. Ao mesmo tempo, ações de Governo foram retomadas, nos diversos níveis da administração, para recomposição e ampliação da infraestrutura econômica regional.

Em 2014 foi elaborada de forma participativa, Proposta de Lei da “nova” PNDR que deverá ser oportunamente votada. A nova Política cria instrumentos regulares para ações explícitas de planejamento, promoção e acompanhamento do desenvolvimento regional.

Em função de diversas ações nos últimos anos, foi possível verificar a ampliação do PIB *per capita* do Nordeste que cresceu 78,9% de 1989 a 2011, sendo a maior elevação relativa quando comparada com outras regiões (Tabela 1). Apesar do crescimento verificado, a Região ainda possui o menor PIB regional, o que justifica e exige contínua atenção. A região possui aproximadamente 27% da população brasileira. No que diz respeito ao PIB *per capita*, apesar de todos os esforços recentes, é necessário continuar e acelerar os investimentos produtivos e sociais dos últimos anos.

Tabela 1– Evolução PIB *per capita* das Regiões 1989-2011 e variação % – R\$ Mil

Região	1989	2011	Variação %
Centro-Oeste	16,4	26,0	58,3
Norte	8,3	13,0	57,1
Nordeste	5,4	9,7	78,9
Sul	14,4	22,8	57,8
Sudeste	20,9	26,5	26,8

Fonte : Ipeadata – Contas Regionais.

Alguns estados nordestinos apresentaram situações que demonstram resultados econômicos importantes na Região e que se aproximam dos resultados médios de outras regiões. Estados como o Ceará o Rio Grande do Norte tiveram evoluções de destaque no PIB *per capita*, com crescimento de 108,4% e 105,0% respectivamente. Outro destaque é Sergipe que apesar do menor crescimento no período, possui PIB *per capita* 20,8% superior à média regional (Tabela 2).

Tabela 2 – Evolução PIB *per capita* Estadual 1989-2011 e comparação com o PIB *per capita* Médio da Região – R\$ Mil

Estado	1989	2011	Variação %	% da Média do Nordeste 2011
Alagoas	5,8	8,5	47,1	87,5
Bahia	5,6	10,6	89,0	109,3
Ceará	4,6	9,6	108,4	99,4
Maranhão	4,7	7,3	56,1	75,7
Paraíba	5,0	8,7	73,5	90,1
Pernambuco	6,3	11,0	75,6	113,5
Piauí	4,2	7,3	75,3	75,5
Rio Grande do Norte	5,1	10,6	105,0	108,8
Sergipe	8,5	11,7	37,4	120,8
Nordeste	5,4	9,7	79,0	100,0

Fonte: Ipeadata – Contas Regionais.

O PIB nordestino cresceu 127,6% no período de 1989 a 2011, saindo de uma participação de 11,0% em 1989 para 13,4% em 2011. Esse resultado positivo conduz a Região para uma aproximação com os indicadores de geração de riqueza média das demais Regiões e do Brasil. Se essa direção continuar nos próximos anos, os indicadores de renda serão mais positivos aproximando o Nordeste da média nacional. (Tabela 3).

Tabela 3 – Evolução do PIB regional e participação % 1989-2011 – R\$ Mil

Região	1989	Participação %	2011	Participação %	Variação %
Região Centro-Oeste	152,5	7,3	370,6	9,6	143,1
Região Norte	81,3	3,9	209,0	5,4	157,1
Região Nordeste	228,1	11,0	519,1	13,4	127,6
Região Sul	317,1	15,3	628,3	16,2	98,1
Região Sudeste	1.297,7	62,5	2.146,1	55,4	65,4
Brasil	2.076,6	100,0	3.873,1	100,0	86,5

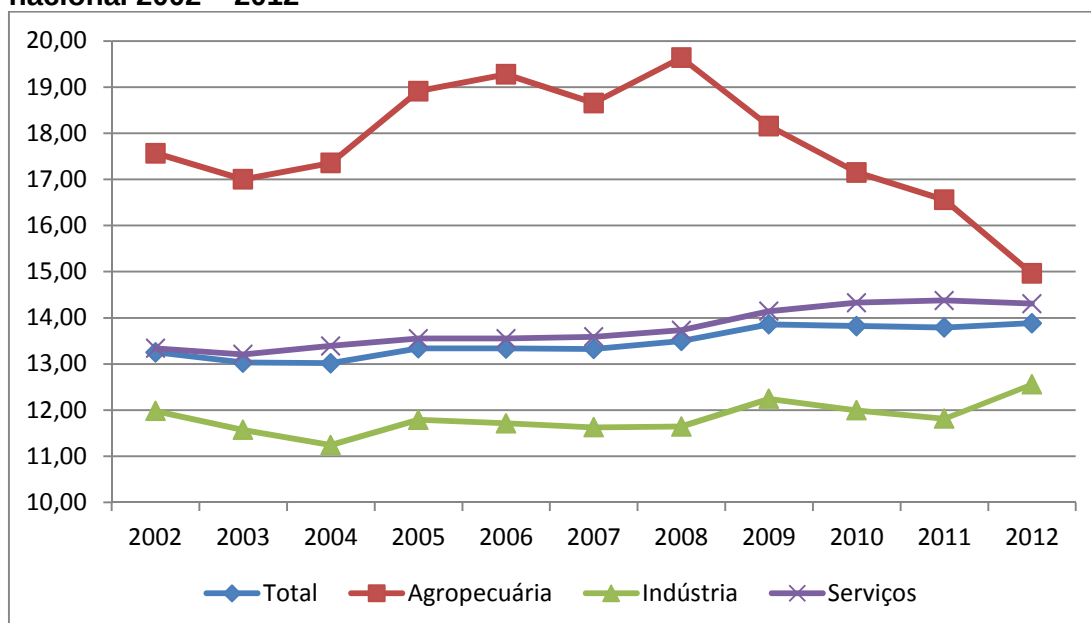
Fonte: IBGE – Contas Regionais.

Tabela 4 – Evolução da participação % setorial do Valor Adicionado Bruto do Nordeste na economia nacional

Setor	2.002,0	2.003,0	2.004,0	2.005,0	2.006,0	2.007,0	2.008,0	2.009,0	2.010,0	2.011,0	2.012,0
Total	13,3	13,0	13,0	13,3	13,3	13,3	13,5	13,9	13,8	13,8	13,9
Agropecuária	17,6	17,0	17,4	18,9	19,3	18,7	19,6	18,2	17,1	16,6	15,0
Indústria	12,0	11,6	11,2	11,8	11,7	11,6	11,6	12,2	12,0	11,8	12,6
Serviços	13,3	13,2	13,4	13,6	13,6	13,6	13,7	14,1	14,3	14,4	14,3

Fonte: IBGE - Contas Nacionais.

Ainda sobre a participação da Região Nordeste na economia nacional, pode-se perceber na tabela anterior, ganhos relativos dos setores Industrial e de Serviços nordestinos, na participação do valor adicionado nacional. A agropecuária, como pode ser vista no gráfico a seguir, perdeu participação nacional na última década.

Gráfico 1 – Participação % dos setores do Nordeste no Valor Adicionado Bruto nacional 2002 – 2012

Fonte: IBGE – Contas Regionais.

Essa perda relativa poderia denotar a involução da atividade agropecuária nordestina, mas o resultado absoluto demonstra o contrário.

Tabela 5 – Evolução do Valor Adicionado na Agropecuária Regional 2002-2012 – R\$ Milhão

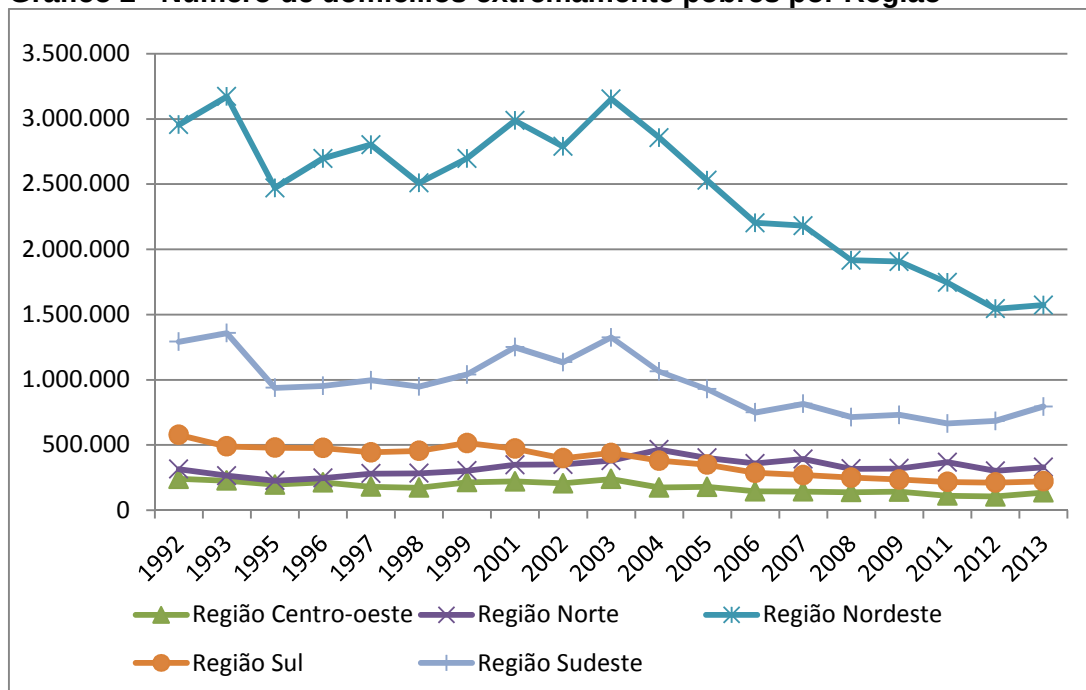
Região	2002	2012	Variação %
Brasil	84 251	198 137	135,2
Norte	7 428	20 213	172,1
Nordeste	14 801	29 647	100,3
Sudeste	25 189	59 133	134,8
Sul	21 877	46 491	112,5
Centro-Oeste	14 956	42 652	185,2

Fonte: IBGE – Contas Regionais.

Ainda que apresentando crescimento menor na comparação com as demais regiões, o Nordeste dobrou o valor adicionado na Agropecuária no período analisado, mesmo com os problemas causados pela irregularidade das chuvas e deficiências de solo em muitos pontos do semiárido.

Apesar dos avanços econômicos ainda exigirem a ação de instituições como o Banco do Nordeste, com fim de manter e acelerar o crescimento da Região, os indicadores sociais apresentaram grandes avanços nos últimos anos.

Gráfico 2– Número de domicílios extremamente pobres por Região



Fonte: Ipeadata – Social / Renda.

A Região Nordeste tem se aproximado mais rapidamente dos indicadores brasileiros no campo social. No gráfico anterior, pode ser vista a redução de quase metade do número de domicílios extremamente pobres.

Tabela 6 - Evolução do número de domicílios extremamente pobres e variação no período de 1992-2013

Região	1992	2013	Variação %
Centro-Oeste	239.792	135.890	-43,33
Norte	314.505	328.971	4,60
Nordeste	2.955.045	1.572.132	-46,80
Sul	576.888	220.996	-61,69
Sudeste	1.291.306	794.372	-38,48

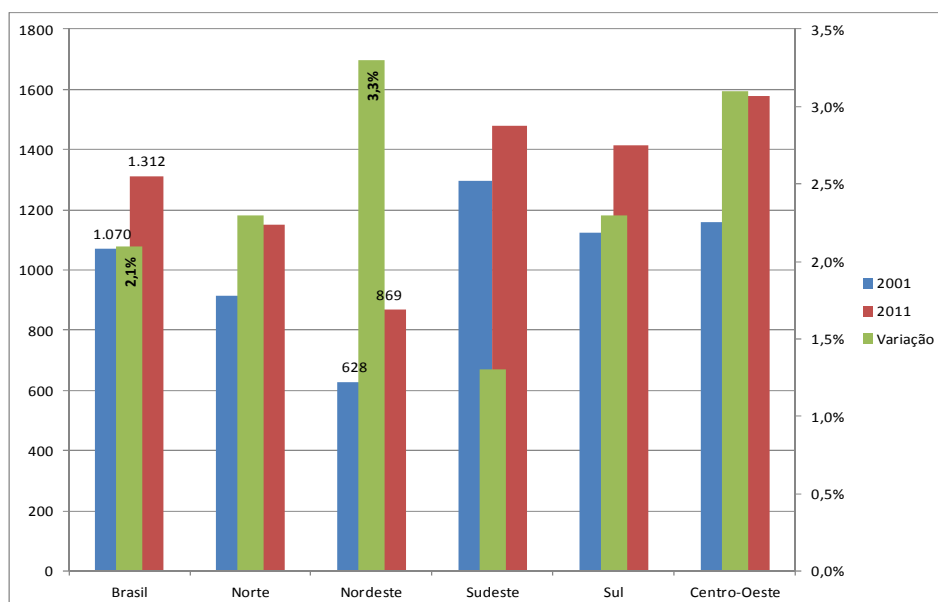
Fonte: Ipeadata – Social / Renda.

Como poder ser observado na tabela anterior, o Nordeste acompanhou o esforço de redução do número de domicílios extremamente pobres. Entretanto, o desafio para a região continua, pois ainda possui em termos absolutos o maior número de domicílios na extrema pobreza.

Um fato positivo a ser destacado no Nordeste é o aumento da renda do trabalho que se contrapõe ao argumento de que o aumento da renda nordestina estaria somente relacionado às transferências e benefícios sociais.

Como se pode observar, o Nordeste foi a região com maior variação nos rendimentos do trabalho entre 2001 e 2011 (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Rendimentos do trabalho e variação, por Região, de 2001 a 2011 (valores em R\$ de 2011)

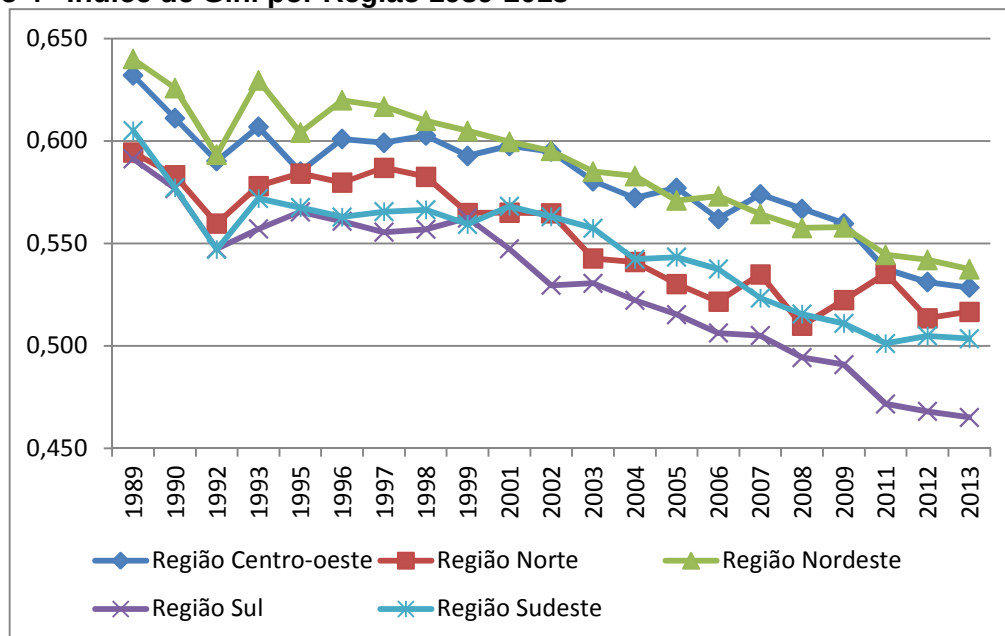


Fonte : Indicadores de Desenvolvimento – MPOG

Também no que diz respeito aos indicadores de desigualdade, a Região acompanhou as demais regiões na melhoria da distribuição de renda. No gráfico a seguir está disposta a evolução do Índice de Gini nos últimos anos. A redução do indicador demonstra melhoria contínua da distribuição da

renda. O Nordeste ainda possui o pior indicador, no entanto, está próximo dos indicadores das demais regiões. A região Sul teve melhor resultado, 0,465.

Gráfico 4– Índice de Gini por Região 1989-2013



Fonte: Ipeadata – Social / Renda.

A melhoria nos indicadores econômicos e sociais propiciou avanço na principal medida regional de desenvolvimento humano. Assim, o IDHM do Nordeste que era de apenas 0,393 em 1991, passou para 0,660 em 2010 (PNUD, 2013), registrando crescimento de 67,8% e menor dispersão, ao passo que o Brasil, no mesmo período, cresceu 47,8% (passou de 0,492 em 1991 para 0,727 em 2010). Apesar desse crescimento, os Estados nordestinos continuam com o IDHM inferior ao dos demais Estados do Brasil, ocupando nove das doze últimas posições no *ranking* nacional (Tabela 7).

Tabela 7 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) por estado até o último estado do Nordeste ranqueado

Ranking IDHM 2010	UF	IDHM 2010	IDHM Renda 2010	IDHM Longevidade 2010	IDHM Educação 2010
1 °	Distrito Federal	0,824	0,863	0,873	0,742
2 °	São Paulo	0,783	0,789	0,845	0,719
3 °	Santa Catarina	0,774	0,773	0,860	0,697
4 °	Rio de Janeiro	0,761	0,782	0,835	0,675
5 °	Paraná	0,749	0,757	0,830	0,668
6 °	Rio Grande do Sul	0,746	0,769	0,840	0,642
7 °	Espírito Santo	0,740	0,743	0,835	0,653
8 °	Goiás	0,735	0,742	0,827	0,646
9 °	Minas Gerais	0,731	0,730	0,838	0,638
10 °	Mato Grosso do Sul	0,729	0,740	0,833	0,629
11 °	Mato Grosso	0,725	0,732	0,821	0,635
12 °	Amapá	0,708	0,694	0,813	0,629
13 °	Roraima	0,707	0,695	0,809	0,628
14 °	Tocantins	0,699	0,690	0,793	0,624
15 °	Rondônia	0,690	0,712	0,800	0,577
16 °	Rio Grande do Norte	0,684	0,678	0,792	0,597
17 °	Ceará	0,682	0,651	0,793	0,615
18 °	Amazonas	0,674	0,677	0,805	0,561
19 °	Pernambuco	0,673	0,673	0,789	0,574
20 °	Sergipe	0,665	0,672	0,781	0,560
21 °	Acre	0,663	0,671	0,777	0,559
22 °	Bahia	0,660	0,663	0,783	0,555
23 °	Paraíba	0,658	0,656	0,783	0,555
24 °	Piauí	0,646	0,635	0,777	0,547
24 °	Pará	0,646	0,646	0,789	0,528
26 °	Maranhão	0,639	0,612	0,757	0,562
27 °	Alagoas	0,631	0,641	0,755	0,520

Fonte: PNUD – IDHM UF 2010.

Com ações ora diretamente voltadas para o Nordeste, como é o caso de instituições como o Banco do Nordeste, ora beneficiando indiretamente a Região, a exemplo da consistente valorização do salário mínimo, pode-se verificar nos últimos anos importantes avanços nos campos econômico e social do Nordeste.

Entretanto, dado o atraso histórico que castigou o Nordeste por anos, a evolução recente ainda não foi suficiente para reduzir a pobreza a níveis mais baixos e as diferenças que ainda persistem na comparação com outras regiões e mesmo entre estados e municípios nordestinos.

A Região continuará a demandar a criação de empregos, investimentos em infraestrutura física e a consolidação de uma rede de

proteção social. Essas transformações estruturais exigirão a contínua ampliação da oferta de crédito e de financiamentos para o setor produtivo regional, de modo a garantir a ampliação da oferta de infraestrutura, bens e serviços, postos de trabalho e renda, o que aponta para a relevância do FNE também nos próximos anos.

O avanço e a continuação das obras de infraestrutura de transporte e de recursos hídricos, bem como o estímulo aos setores produtivos, desburocratizando processos e o anacronismo da legislação (especialmente ambiental), reduzindo encargos de financiamento compatíveis com uma política de desenvolvimento regional planejada de longo prazo e, consoante com a atual conjuntura econômica, são exemplos, dentre outros, de redução do custo Brasil. Estas são ações necessárias para melhoria da competitividade dos produtos regionais, substituindo importações e, consequentemente, gerando emprego e renda na Região.

3 – A EXECUÇÃO DO FNE

As contratações do FNE, no ano de 2014, somaram R\$ 13,5 bilhões, registrando incremento de 6,3% em relação ao ano de 2013, quando foram contratados cerca de R\$ 12,7 bilhões.

Observa-se que o Setor de infraestrutura apresentou incremento significativo de 107,8% em relação ao ano de 2013, seguido do Setor Industrial, que cresceu 28,0% e o Setor de Comércio e Serviços, com 6,5%. Entretanto, o setor Agroindustrial, o de Turismo e o Rural, apresentaram decréscimo no volume de contratações entre o ano de 2013 e o ano de 2014, de 51,6%, 24,9% e 4,2%, respectivamente (Tabela 8).

Tabela 8 – FNE – Desempenho Operacional e Propostas em Carteira – Exercício de 2014

Valores em R\$ Mil

Setores e Programas	Nº de Operações	Contratações (1)			Valor das Propostas em Carteira (2)
		Quant. Benef.	Valor	%	
RURAL	441.731	1.321.025	5.102.195	37,9	490.360
FNE Rural - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste	8.542	25.614	2.665.422	19,8	183.378
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF - Grupo A)	4.710	11.865	92.349	0,7	6.499
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF – Grupo B)	394.807	1.184.346	1.386.006	10,3	28.086
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF – Grupo C)	194	582	610	-	-
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF - Demais Grupos)	33.131	97.590	618.619	4,6	49.329
FNE Aquipisca - Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca	66	189	19.354	0,1	1.155
FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	73	212	178.311	1,3	168.085
FNE Irrigação - Programa de Financiamento à Agricultura Irrigada	208	627	141.524	1,1	53.828
AGROINDUSTRIAL	154	154	46.164	0,3	29.861
FNE Agrin - Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste	43	43	29.114	0,2	28.161
FNE MPE - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	109	109	17.034	0,1	1.700
FNE EI - Programa FNE Empreendedor Individual	2	2	16	-	-
INDUSTRIAL	3.353	3.353	3.667.159	27,3	543.737
FNE Industrial - Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste	611	611	2.656.044	19,7	452.800
FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	6	6	69.058	0,5	-
FNE MPE - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	2.635	2.635	336.263	2,5	20.375
FNE Inovação - Programa de Financiamento à Inovação	6	6	604.733	4,5	70.486
FNE EI - Programa FNE Empreendedor Individual	95	95	1.061	0,0	76
TURISMO	671	671	488.468	3,6	55.620
FNE Proatur - Programa de Apoio ao Turismo Regional	69	69	394.061	2,9	50.333
FNE MPE - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	568	568	94.010	0,7	5.237
FNE EI - Programa FNE Empreendedor Individual	34	34	397	-	50
INFRAESTRUTURA	4	4	233.610	1,7	370.615
FNE Proinfra - Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste	4	4	233.610	1,7	370.615
COMÉRCIO E SERVIÇOS	22.998	22.998	3.916.113	29,1	630.303
FNE Comércio e Serviços - Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços	2.140	2.140	2.200.916	16,4	512.241
FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	2	2	62	-	-
FNE Inovação - Programa de Financiamento à Inovação	5	5	509	-	878
FNE MPE - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	19.949	19.949	1.704.507	12,7	116.413
FNE EI - Programa FNE Empreendedor Individual	902	902	10.119	0,1	771
Total	468.911	1.348.205	13.453.709	100,0	2.120.496

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - Ambiente da Administração das Centrais de Crédito.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. **(2)** Valor do estoque das propostas em carteira ao final do período.

O crescimento no Setor de Infraestrutura, notadamente caracterizado pelas grandes inversões, pode ser explicado pela contratação de operações referentes a atividades auxiliares de transportes terrestres, em Salvador, e à produção e distribuição de gás, no Ceará. Quanto ao Setor Industrial, vale salientar que 78,6% dos recursos deste setor foram aplicados pelo Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas.

Com relação à demanda por recursos do Fundo, ao final do ano de 2014, o estoque de propostas em carteira (em fase de análise e/ou em fase de contratação) totalizou R\$ 2,1 bilhões. Referidas propostas estão distribuídas da seguinte forma: 29,7% do Setor de Comércio e Serviços; 25,6% do Setor Industrial; 23,1% do Setor Rural; 17,5% do Setor Infraestrutura; 2,6% do Setor Turismo; e 1,4% do Setor Agroindustrial (Tabela 8).

Além das propostas em carteira, a prospecção de negócios registrou uma demanda da ordem de R\$ 2,5 bilhões, destacando-se com maiores volumes de prospecções os estados da Bahia (R\$ 973,6 milhões), Pernambuco (R\$ 443,8 milhões), e Ceará (R\$ 437,1 milhões) (Tabela 9).

Tabela 9 – FNE – Prospecção de Negócios - Exercício de 2014

Valores em R\$	
Estado	Projetos em Negociação^{(1) (2)}
Alagoas	74.974
Bahia	973.553
Ceará	437.096
Espírito Santo	12.160
Minas Gerais	118.898
Maranhão	166.977
Paraíba	-
Pernambuco	443.795
Piauí	68.298
Rio Grande do Norte	1.687
Sergipe	-
Extraregionais ³	173.945
Total	2.471.383

Fonte: BNB – Área de Negócios.

Notas: (1) Referem-se a valores a financiar, por projeto, acima de R\$ 3,0 milhões; (2) Cartas-Consultas aprovadas, não contratadas. (3) Valores referentes a projetos que serão implantados na área de atuação do FNE, prospectados em Agências extraregionais

O patrimônio líquido do Fundo de R\$ 47,6 bilhões em 31.12.2013 passou para R\$ 53,5 bilhões em 31.12.2014, apresentando crescimento nominal de 12,3%. O referido acréscimo de R\$ 5,8 bilhões decorreu, basicamente, dos ingressos de recursos oriundos da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Integração Nacional (Tabelas 10 e 11).

Tabela 10– FNE – Demonstrativo do Patrimônio Líquido – Posição em 31.12.2014

Valores em R\$ Mil	
(1) Até 31.12.2013	47.642.619
. Recebido da STN/Ministério da Integração Nacional	48.734.498
. Resultados Acumulados	-1.091.906
. Provisões para Pagamentos a Efetuar	27
(2) No Exercício de 2014	5.836.246
. Recebido da STN/Ministério da Integração Nacional	6.078.784
. Resultado do Exercício	-172.940
. Ajustes de Resultados de Exercícios Anteriores	-69.622
. Provisões para Pagamentos a Efetuar	24
Patrimônio Total em 31.12.2014 (1) + (2)	53.478.865

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

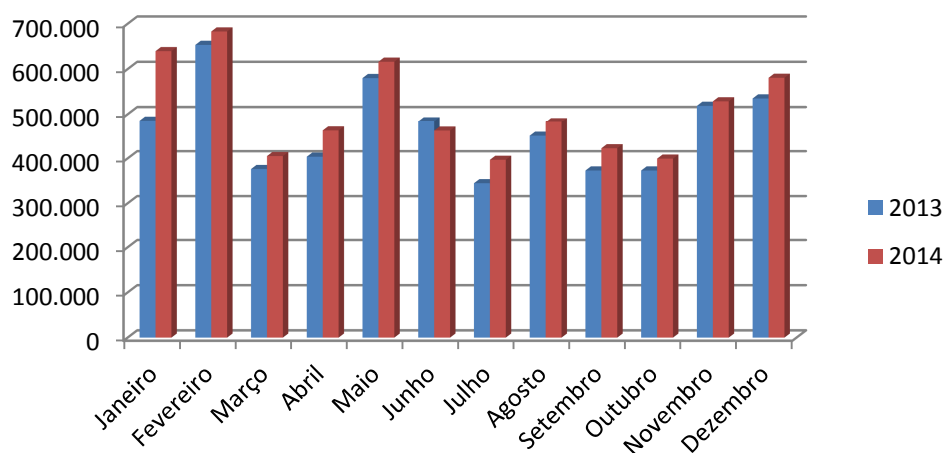
Tabela 11– FNE – Ingressos Mensais de Recursos – Exercício de 2014
Valores em R\$ Mil

Mês	Ingressos	Ingressos Acumulados
Janeiro	639.551	639.551
Fevereiro	682.946	1.322.497
Março	405.120	1.727.617
Abril	462.377	2.189.994
Maio	616.174	2.806.168
Junho	462.091	3.268.259
Julho	396.877	3.665.136
Agosto	482.139	4.147.275
Setembro	422.635	4.569.910
Outubro	399.433	4.969.343
Novembro	528.701	5.498.044
Dezembro	580.740	6.078.784

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

No Gráfico 5 verifica-se que os repasses mensais de recursos oscilaram bastante em 2014, acompanhando a tendência do ano de 2013, em virtude da Política Fiscal adotada pelo Governo Federal no período analisado.

Gráfico 5– FNE – Ingressos Mensais de Recursos – Valores em R\$ Mil– Exercícios de 2013 e 2014



Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

O reembolso dos recursos emprestados aumentou de R\$ 7,5 bilhões no exercício de 2013, para R\$ 7,8 bilhões em 2014, com incremento nominal de 4,0%. As disponibilidades do FNE apresentaram acréscimo ao final do exercício de 2014, de 12,8% em relação ao final do exercício de 2013. Mencionadas disponibilidades totalizaram R\$ 7,8 bilhões ao final do ano de 2014, dos quais R\$ 6,3 bilhões representados por valores a liberar por conta

de operações já contratadas, e R\$ 1,5 bilhão para contratação de novos financiamentos (Tabela 12).

Tabela 12 - FNE – Demonstrativo das Variações das Disponibilidades – Exercício de 2014

Disponibilidades em 31.12.2013	6.908.697
Disponibilidades para Novas Contratações	1.766.402
Recursos a Liberar por Conta de Financiamentos Contratados	5.142.295
Disponibilidades em 31.12.2014	7.790.705
Disponibilidades para Novas Contratações	1.530.838
Recursos a Liberar por Conta de Financiamentos Contratados	6.259.867
Variação das Disponibilidades	882.008
- Transferências da STN/Ministério da Integração Nacional	6.078.784
- Remuneração das Disponibilidades	840.648
- Reembolsos Ops Crédito/Repasse (Líquido Bônus Adimplência)	7.810.900
- Ressarcimento Parcelas de Risco pelo BNB	387.527
- Recebimento de Valores Baixados como Prejuízo	118.828
- Cobertura Ops p/Fundos de Aval	635
- Cobertura de Ops pelo PROAGRO	4.598
- Dispensa/Remissão/Rebate Ops FNE - Lei 12.249 - Ônus BNB	22
- Desembolsos de Ops Crédito/Repasse Outras Instituições	-11.662.810
- Taxa de Administração	-1.215.757
- Del credere do BNB - Repasse Lei 7.827 Art. 9º A	-42.710
- Del credere do BNB - Demais Operações	-1.041.268
- Del credere Instituições Operadoras	-3.544
- Remuneração do BNB sobre Saldos Operações PRONAF	-200.339
- Remuneração do BNB sobre Desembolsos Operações PRONAF	-43.540
- Prêmio de Desempenho do BNB sobre operações PRONAF	-13.908
- Despesa Auditoria Externa	-67
- Rebate de Principal de Ops Lei 10.193/2001 – FAT/BNDES -Estiagem 98	-2
- Bônus/Dispensas Ops PJ-Parcela Risco BNB-Reneg Leis 11.322/11.775	-231
- Bônus/Dispensas Ops Repasse DESENBAHIA - Lei 11.775	-16.258
- Bônus Adimplência Ops Repasse BNB - Art 9º A Lei 7.827	-11.172
- Dispensa/Remissão/Rebate Ops FNE - Lei 12.249 - Ônus FNE	-18.608
- Dispensa/Remissão/Rebate Outras Ops - Lei 12.249 - Ônus FNE	-3.268
- Conversão de Ops para o FNE - Lei 10.464/10.696	-2.574
- Reclassificação Ops Outras Fontes para FNE - Lei 11.775	-693
- Devolução ao BNB Ops PJ Renegociadas - Parcela Risco BNB	-82.120
- Outros Eventos	-1.065
Total	882.008

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

3.1 – Contratações Setoriais

As contratações setoriais do FNE, em 2014, quando comparadas ao exercício anterior, apresentam pequena variação negativa no Setor Rural, que diminuiu sua participação de 41,8% em 2013 para 37,9% em 2014, gerando um decréscimo de 3,9 p.p. No Setor Agroindustrial a redução foi de apenas 0,5 p.p. cuja participação passou de 0,8% em 2013 para 0,3% em 2014.

Por outro lado, o setor com maior variação positiva foi o Industrial/Turismo, que passou de 27,6% em 2013 para 30,9% em 2014 apresentando acréscimo de 3,3 p.p. Apresentaram variação positiva, ainda, embora em menor grau, o Setor de Infraestrutura e o de Comércio e Serviços (Tabela 13).

Ainda que tenha apresentado um pequeno decréscimo de participação nos valores contratados de 2014, o Setor Rural continua com a maior participação em relação aos outros setores econômicos. É importante salientar que o fortalecimento do meio rural é fundamental para o desenvolvimento sustentável das economias do Nordeste, Norte de Minas Gerais e Norte do Espírito Santo, objetivando, sobretudo, a implantação de empreendimentos bem-sucedidos, que contribuam para a melhoria da qualidade de vida rural, possibilitando a permanência das pessoas no campo, reduzindo-se as migrações para as cidades, daí a grande participação desse setor na distribuição dos recursos do FNE.

Tabela 13 – FNE – Participação Setorial nas Contratações ⁽¹⁾ – Período: 1998 a 2014

Exercício	Rural	Agroindustrial	Industrial/ Turismo	Infraestrutura	Comércio e Serviços	Total
1998	84,5	1,4	14,1	-	-	100,0
1999	80,2	0,9	18,9	-	-	100,0
2000	49,5	0,7	49,8	-	-	100,0
2001	35,4	1,2	63,4	-	-	100,0
2002	76,4	0,7	14,2	-	8,7	100,0
2003	47,5	0,3	44,9	-	7,3	100,0
2004	25,7	1,2	25,9	21,1	26,1	100,0
2005	51,4	1,0	14,2	19,4	14,0	100,0
2006	48,9	2,5	24,1	11,6	12,9	100,0
2007	45,2	3,3	21,1	16,8	13,6	100,0
2008	29,7	4,2	23,2	25,8	17,1	100,0
2009	28,2	5,1	20,2	25,4	21,1	100,0
2010	40,7	2,9	23,0	8,0	25,4	100,0
2011	38,4	2,3	19,7	15,9	23,6	100,0
2012	40,6	1,1	33,4	2,6	22,3	100,0

2013	41,8	0,8	27,6	0,9	28,9	100,0
2014	37,9	0,3	30,9	1,7	29,1	100,0

Fonte: BNB – Ambiente Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Nos itens seguintes será analisado o desempenho de cada setor.

3.1.1 – Setor Rural

Conforme Tabela 14, as contratações do FNE no Setor Rural, no ano de 2014, totalizaram cerca de R\$ 5,1 bilhões, representando 37,9% do volume de contratações com recursos do FNE. Nesse período, as atividades relacionadas à pecuária consumiram quase metade dos recursos disponibilizados pelo Fundo para o Setor Rural.

Tabela 14 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Setor Rural – Exercício de 2014

Atividades	Valores em R\$ Mil		
	Valor	% Setor	% FNE
PECUÁRIA	2.448.529	48,0	18,2
Bovinocultura	1.744.252	34,2	13,0
Avicultura	189.451	3,7	1,4
Ovinocaprinocultura	310.341	6,1	2,3
Suinocultura	124.716	2,4	0,9
Apicultura	8.742	0,2	0,1
Equinocultura	299	-	0,0
Bubalinocultura (Búfalo)	976	-	0,0
Outras Atividades ⁽²⁾	69.752	1,4	0,5
AQUICULTURA E PESCA	37.827	0,7	0,3
Carcinicultura	11.914	0,2	0,1
Piscicultura	25.913	0,5	0,2
AGRICULTURA DE SEQUEIRO	1.834.378	36,0	13,6
Grãos	1.072.455	21,0	8,0
Fibras e Têxteis	503.575	9,9	3,7
Fruticultura	87.136	1,7	0,6
Gramíneas	67.553	1,3	0,5
Raízes e Tubérculos	23.512	0,5	0,2
Bebidas e Fumo ⁽³⁾	71.619	1,4	0,5
Outras Atividades ⁽⁴⁾	8.528	0,2	0,1
AGRICULTURA IRRIGADA	350.579	6,9	2,6
Fruticultura	150.856	3,0	1,1
Bebidas e Fumo	85.994	1,7	0,6

Gramíneas	11.908	0,2	0,1
Grãos	57.252	1,1	0,4
Fibras e Têxteis	12.795	0,3	0,1
Olericultura	15.284	0,3	0,1
Raízes e Tubérculos	9.396	0,2	0,1
Flores	446	0,0	0,0
Oleaginosas	906	0,0	0,0
Mudas e Sementes	4.052	0,1	0,0
Cactáceas	8	-	0,0
Outras Atividades ⁽⁵⁾	1.682	0,0	0,0
OUTRAS ATIVIDADES RURAIS	430.882	8,5	3,2
Processamento e Benef Cana de Açúcar	15.847	0,3	0,1
Process.e Benef Castanha de Cajú	1.009	0,0	0,0
Process.e Benef Frutas e Hortaliças	602	0,0	0,0
Florestamento e Reflorestamento	70.765	1,4	0,5
Extração Vegetal	24.535	0,5	0,2
Atividades não Agrícolas no Rural ⁽⁶⁾	318.124	6,2	2,4
Total	5.102.195	100,0	37,9

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Outras atividades pecuárias referem-se à criação de avestruz, ranicultura e microcrédito rural, dentre outras. (3) Refere-se ao cultivo de café. (4) Outras atividades agrícolas de sequeiro referem-se a olericultura, extração vegetal, oleaginosa, especiarias e leguminosas, dentre outras. (5) Outras atividades agrícolas irrigadas referem-se a plantas ornamentais, especiarias e leguminosas, dentre outras. (6) As atividades não agrícolas no rural referem-se a serviços auxiliares à agropecuária, à pesca, à intermediação financeira, ecologia, silvicultura, artesanato, dentre outras.

No que concerne à quantidade de beneficiários, o Setor Rural alcançou aproximadamente 1,3 milhão, soma que representa 98,0% dos beneficiários do FNE. Referido desempenho foi equivalente ao realizado em 2013 (Tabela 39).

Relativamente aos valores contratados, por atividade, no período em análise, a pecuária, que sempre lidera os investimentos no Setor, obteve recursos da ordem de R\$ 2,4 bilhões, respondendo por 48,0% das contratações do FNE Setor Rural e por 18,2% das aplicações do FNE.

A principal atividade pecuária financiada no âmbito do FNE continua sendo a bovinocultura, com valor contratado superior a R\$ 1,7 bilhão, respondendo por 34,2% das contratações do Setor Rural e por 13,0% do FNE, no período sob análise. Em relação ao ano de 2013, quando contratou pouco mais de R\$ 2,0 bilhões, essa atividade sofreu diminuição nos recursos absorvidos da ordem de 16%, resultado possivelmente influenciado pela sequência de 4 anos de estiagem na Região, com precipitações pluviométricas significativamente abaixo da média histórica.

As atividades agrícolas (sequeiro e irrigada) que obtiveram os maiores volumes de recursos aplicados no Setor Rural, em 2014, foram: Grãos (22,1%), Fibras e Têxteis (10,2%), Fruticultura (4,7%) e Bebidas e Fumo (3,1%). Juntas, essas atividades responderam por, aproximadamente, 93,4% do montante contratado na agricultura, somando pouco mais de R\$ 2,0 bilhões (Tabela 14).

No âmbito da agricultura de sequeiro, as contratações foram da ordem de R\$ 1,8 bilhão, o que corresponde a 36,0% das contratações no âmbito do Setor Rural e 13,6% daquelas realizadas pelo Fundo. Apesar do cenário de seca, o volume de recursos ainda é superior ao do exercício anterior para essas culturas. Nesta modalidade, destacam-se os grãos, que absorveram 21,0% dos recursos destinados a esse tipo de produção (Tabela 14).

Observa-se que a agricultura de sequeiro aumentou seu volume de contratação em 7,56%, aplicando montante superior a R\$ 1,8 bilhão em 2014, contra R\$ 1,7 bilhão de 2013, com destaque, conforme mencionado, para as atividades de Grãos (R\$ 1,1 bilhão).

Participando com 6,9% e 2,6% das contratações do FNE Setor Rural e do FNE total, respectivamente, a agricultura irrigada totalizou, em 2014, cerca de R\$ 350,6 milhões, volume de recursos pouco inferior ao montante aplicado em 2013, o qual totalizou R\$ 393,2 milhões. As atividades que receberam os maiores aportes neste segmento, no período, foram Fruticultura (R\$ 150,9 milhões); Bebidas e Fumo² (R\$ 86,0 milhões) e Grãos (R\$ 57,3 milhões). Mencionadas atividades responderam, no período, por 3,0%, 1,7% e 1,1% das aplicações do Setor Rural, respectivamente (Tabela 14).

Relativamente ao semiárido nordestino, esta região absorveu, em 2014, cerca de R\$ 2,0 bilhões em financiamentos do FNE Setor Rural, o que representa 52,8% do volume de recursos aplicados na região Semiárida (R\$ 3,8 bilhões), no período (Tabela 1 A).

O FNE Setor Rural destinou cerca de R\$ 3,6 bilhões aos mini / micro, pequenos e pequeno-médios produtores em 2014, representando 71,2% dos recursos desse Setor, atendendo a aproximadamente 1,3 bilhão de beneficiários – quase 100% deles. Aos médios produtores foram destinados R\$ 556,3 milhões ou 10,9% dos recursos contratados no âmbito do FNE Setor Rural. Os de grande porte receberam 17,9% (R\$ 914,8 milhões) do referido montante (Tabelas 39 e 40).

Esse resultado reflete a capilaridade do Setor Rural e o cumprimento, pelo BNB, da diretriz do Governo Federal de financiar especialmente os empreendimentos de menor porte.

Os onze estados da área de atuação do Fundo Constitucional receberam recursos do FNE Setor Rural. Assim, dos 1.990 municípios da área de atuação do FNE, 1.917 foram beneficiados com recursos do FNE

8 Aproximadamente 100,0% das contratações refere-se a Café.

Setor Rural, alcançando praticamente toda a área de abrangência do Fundo, com expressivos 96,3% de cobertura (Tabelas 15 e 42).

Em 2014, os estados que obtiveram os maiores volumes de recursos do FNE Setor Rural foram: Bahia (R\$ 1,6 bilhão); Maranhão (R\$ 825,6 milhões) e Piauí (R\$ 707,4 milhões). Juntos, referidos estados obtiveram 61,6% do volume de recursos contratados no Setor Rural (Tabela 15).

Tabela 15– FNE – Setor Rural Contratações ⁽¹⁾ Estaduais – Exercício de 2014
Valores em R\$ Mil

Estado	Valor	%
Alagoas	129.001	2,5
Bahia	1.604.849	31,5
Ceará	457.495	9,0
Espírito Santo	54.594	1,1
Maranhão	825.627	16,2
Minas Gerais	405.031	7,9
Paraíba	200.904	3,9
Pernambuco	374.773	7,3
Piauí	707.369	13,9
Rio Grande do Norte	172.451	3,4
Sergipe	170.101	3,3
Total	5.102.195	100,0

Fontes: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entenda-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.1.1.1 – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

O Pronaf foi criado em 1995, inicialmente como uma linha de crédito de custeio e, em 1996, adquiriu características de programa governamental, passando a integrar o Orçamento Geral da União. Criado através do Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, teve suas normas consolidadas na Resolução nº 2.310, de 29 de agosto de 1996 estando vinculado institucionalmente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

As diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais foram estabelecidas pela Lei nº 11.326, de 2006, passando a agricultura familiar a ser reconhecida como segmento produtivo, o que garantiu a institucionalização das políticas públicas para ela voltadas.

O Pronaf tem como finalidade promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda,

por meio do apoio financeiro às atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante o emprego direto da força de trabalho da família produtora rural.

Entendem-se como atividades não agropecuárias os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviços no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão de obra familiar.

O público-alvo do Pronaf é classificado por grupos ou modalidades, com especificidades próprias no que se refere às taxas de juros, aos limites de financiamento, ao bônus de adimplência, ao público-alvo e às finalidades, dentre outros aspectos. Para efeito de classificação dos agricultores familiares nos grupos do Pronaf, são excluídos da composição da renda familiar os benefícios sociais e os proventos da Previdência Rural.

O BNB, na qualidade de principal agente financeiro do Pronaf na Região, operacionaliza o Programa com uma proposta de desenvolvimento rural. Essa proposta tem como objetivo contribuir para melhorar a articulação das ações do Governo Federal, visando criar e fortalecer as condições objetivas para o aumento da capacidade produtiva no meio rural, a melhoria da qualidade de vida desses agricultores e o exercício da cidadania no campo.

Como forma de maximizar suas ações no processo de operacionalização, acompanhamento e orientação técnica aos agentes produtivos, o BNB desenvolve parcerias com empresas públicas e privadas, com destaque para a existente com o MDA.

São discriminadas, abaixo, as modalidades, o público-alvo e as finalidades de crédito de acordo com os grupos classificados pelo Governo Federal:

Pronaf Grupo A – Crédito na modalidade de investimento para agricultores familiares, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não foram contemplados com operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera) ou que ainda não foram contemplados com o limite do crédito de investimento para estruturação no âmbito do Pronaf.

Pronaf Grupo A/C – Refere-se ao crédito de custeio, isolado ou vinculado, a agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou a beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Microcrédito Produtivo Rural (Pronaf Grupo B) – É a linha de microcrédito estabelecida para combater a pobreza rural. Os recursos de investimentos são destinados a agricultores com renda anual familiar bruta até R\$ 20,0 mil (vinte mil reais). Os créditos destinam-se às atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas. Nesse contexto, o crédito é utilizado para implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, atividades não agropecuárias como turismo rural, produção de artesanato ou outras atividades compatíveis com o melhor emprego da mão de obra familiar no meio rural. Os financiamentos para custeio agrícola para

os agricultores do Grupo B são permitidos para a aquisição de matérias-primas e outros insumos destinados à produção artesanal, gastos de custeio da atividade de turismo rural e da prestação de serviços no meio rural e com o processo de beneficiamento e industrialização da produção própria.

Pronaf Linha de Crédito para Custeio (Comum) e Linha de Crédito para Investimento (Mais Alimentos) – É uma linha de investimento destinada a agricultores que tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 (doze) meses de produção normal que antecedem a solicitação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) de até R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais). Nesse valor deve estar incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais. As taxas de juros são definidas pelo valor financiado. Este grupo foi criado da fusão dos Grupos C, D e E.

Modalidades Especiais de Crédito:

Custeio do Beneficiamento, Industrialização de Agroindústrias Familiares e de Comercialização da Agricultura Familiar (Pronaf Agrinf) – Linha de crédito de apoio financeiro às atividades agropecuárias e não agropecuárias de agricultores familiares, mediante financiamento das necessidades de custeio dos seguintes itens: beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros, inclusive aquisição de embalagens, rótulos, condimentos, conservantes, adoçantes e outros insumos, formação de estoques de insumos, formação de estoques de matéria-prima, formação de estoque de produto final e serviços de apoio à comercialização, adiantamentos por conta do preço de produtos entregues para venda, financiamento da armazenagem e conservação de produtos para venda futura em melhores condições de mercado;

Crédito de Investimento para Agregação de Renda à Atividade Rural (Pronaf Agroindústria) – Trata-se de crédito de apoio a atividades agropecuárias e não agropecuárias de agricultores familiares, mediante o financiamento de investimentos, inclusive em infraestrutura, que visem ao beneficiamento, ao processamento e à comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e à exploração de turismo rural.

Crédito de Investimento para Silvicultura e Sistemas Agroflorestais (Pronaf Floresta) – Estimula a implantação de projetos de sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo e manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas, para o cumprimento de legislação ambiental e enriquecimento de áreas que já apresentam cobertura florestal diversificada, com o plantio de uma ou mais espécies florestais, nativas do bioma.

Crédito de Investimento para Obras Hídricas e Produção para Convivência com o Semiárido (Pronaf Semiárido) – Trata-se de investimento em projetos de convivência com o semiárido, focado na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando projetos de infraestrutura

hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários.

Crédito de Investimento para Mulheres (Pronaf Mulher) – Linha de crédito dirigida às mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares de produção enquadradas no Pronaf, independentemente de sua condição civil. A mesma unidade familiar de produção pode contratar até dois financiamentos ao amparo do Pronaf Mulher.

Crédito de Investimento para Jovens (Pronaf Jovem) – Refere-se à linha de investimento para jovens agricultores familiares maiores de 16 anos e com até 29 anos, que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância, ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino, ou que tenham participado de curso ou estágio de formação profissional que preencha os requisitos definidos pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), pertencente ao MDA.

Crédito de Investimento para Agroecologia (Pronaf Agroecologia) – Financiamento dos sistemas de produção agroecológicos e/ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento. É destinado à modalidade Pronaf Agricultores Familiares (Comum), Grupo A, Grupo A/C e Grupo B.

Crédito para Investimento em Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental (Pronaf ECO) – Destina-se a investimento para implantação, utilização ou recuperação de tecnologias de energia renovável, tecnologias ambientais, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura, adoção de práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo. É destinado à modalidade Pronaf Agricultores Familiares (Comum) Grupo A, Grupo A/C e Grupo B.

Com o objetivo de manter a boa qualidade no atendimento aos agricultores familiares, o Banco implementou várias ações em 2014, dentre as quais se destacam:

- Renovação de contratos com a União, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para continuidade da operacionalização dos programas de Crédito Fundiário.
- Realização de treinamento interno para formação de facilitadores de capacitação de Gerentes de Negócios do Pronaf.
- Implantação de alterações na ferramenta de Avaliação das Carteiras de Crédito, considerando modelo definido para 2014.
- Implementação de melhorias nos processos operacionais do Banco para agilizar a renegociação de dívidas.
- Realização do **Dia da Agricultura Familiar** com a participação de aproximadamente 20.700 clientes, com vistas a incrementar o relacionamento negocial, divulgação dos programas de crédito, renovação de cadastro,

renegociação de dívidas, além de outros serviços ofertados por parceiros do Banco que trabalham com esse segmento.

- Realização do **Fórum dos Gerentes Executivos do Pronaf** que visou a avaliação dos resultados obtidos e definição de estratégias para o alcance das metas do Pronaf e Mini Produtor Rural no ano de 2014.
- Realização de **Encontros Estaduais dos Gerentes de Negócios Pronaf** para qualificação da atuação desses profissionais, em que foram discutidos o papel da agência na execução e gestão do Pronaf, processos e controles internos e externos, principais ocorrências na devolução de propostas pelas Centrais e Programa de Ação, metas para 2014 e avaliação das Carteiras de Crédito.
- Contribuição na definição das diretrizes do **Plano Safra 2014/2015** do Governo Federal.
- Melhoria do processo de elaboração de propostas de investimento Pronaf, visando a sua agilização.
- Realização de **2.133 Agências Itinerantes** pelas unidades do banco que se destinam ao atendimento de agricultores familiares em municípios onde não há agência do Banco do Nordeste, com disponibilização de diversos serviços. Foram atendidos 50.656 agricultores em mais 790 municípios.

Serão analisados a seguir os resultados alcançados no segmento da agricultura familiar, considerando, inclusive, os resultados do Agroamigo. No ano de 2014, o Banco contratou, com recursos do FNE, 431.454 financiamentos com agricultores familiares, envolvendo o total de R\$ 2,1 bilhões de recursos, dos quais 66,6% foram destinados a financiamentos na região semiárida. Estão incluídas nessas informações as operações realizadas pela metodologia Agroamigo (Microcrédito Rural).

Tabela 16 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Pronaf – Exercício de 2014

Valores em R\$ Mil				
Grupo	Nº de Beneficiários	%	Valor	%
PRONAF-Grupo A	11.865	0,9	92.349	4,4
PRONAF-Grupo B	1.184.346	91,5	1.386.006	66,1
PRONAF-Grupo C	582	0,0	610	0,0
PRONAF-Grupo A/C	2.178	0,2	3.418	0,2
PRONAF-Semiárido	40.542	3,1	215.459	10,3
PRONAF-Mulher	2.181	0,2	11.865	0,6
PRONAF-Comum	15.957	1,2	63.030	3,0
PRONAF-Demais Grupos	36.732	2,8	324.848	15,5
Total	1.294.383	100,0	2.097.585	100,0

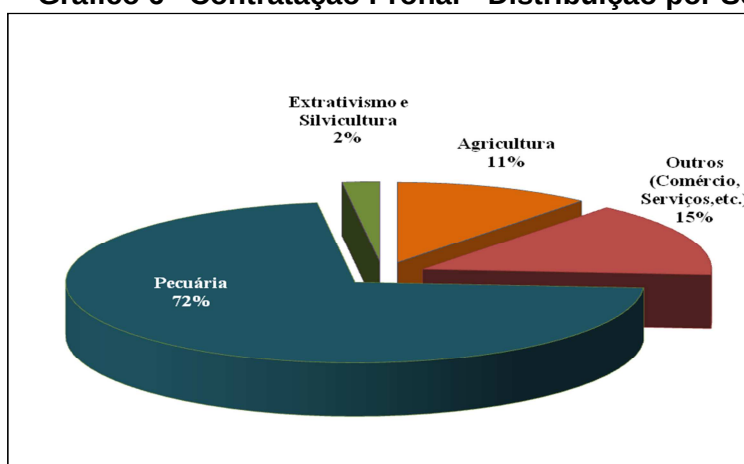
Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

O Banco aplicou R\$ 1,4 bilhão, correspondentes a 23,6% do montante de recursos do FNE transferidos pela União ao Banco (R\$ 6,07 bilhões) em cumprimento ao Art. 7º da Lei nº 9.126/95, complementada pela Lei 12.249/2010, que estabelecem a destinação de 10% dessa fonte para aplicação no Pronaf Grupo A, Grupo A/C, Pronaf Floresta, Pronaf Agroecologia, Pronaf Eco, Pronaf Semiárido, demais programas PRONAF aplicados na região semiárida, bem como valores correspondentes a obras de recuperação e proteção do solo, pagamento de assistência técnica e remuneração da mão de obra pra implantação das atividades.

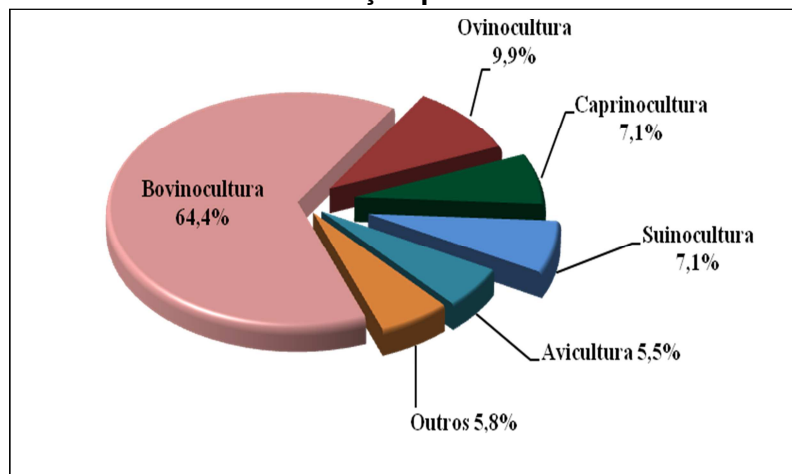
A distribuição por setor de atividade das contratações Pronaf, conforme o Gráfico 6 a seguir, mostra um maior percentual de aplicação na pecuária que representa o setor tradicionalmente mais explorado pelos agricultores familiares.

Gráfico 6– Contratação Pronaf - Distribuição por Setor



Fonte: Ambiente de Microfinança e Agricultura Familiar.

O Gráfico 7 mostra a distribuição, em 2014, das aplicações no setor pecuário, verificando-se que a bovinocultura é a atividade mais representativa no total de financiamentos, o que reflete a tendência da ocupação econômica dos agricultores familiares da Região. Todavia, verifica-se também uma boa diversificação neste setor.

Gráfico 7– Setor Pecuário – Distribuição por Atividade

Fonte: Ambiente de Microfinança e Agricultura Familiar.

Na distribuição das contratações por gênero, as mulheres representam 47,0 % das contratações em 2014. Quanto à carteira ativa, a participação das mulheres está em 39,0%.

O Programa Agroamigo

O Agroamigo é o Programa de Microcrédito Rural do Banco do Nordeste, idealizado em parceria com o MDA, que visa à concessão de financiamento para a área rural, com metodologia própria de atendimento. Implantado em 2005, é o programa de microcrédito rural produtivo e orientado pioneiro no Brasil, cujos principais objetivos são:

- ✓ Orientação para o crédito e acompanhamento;
- ✓ Maior agilidade no processo de concessão do crédito;
- ✓ Expansão de atendimento aos agricultores familiares; e
- ✓ Maior proximidade com os clientes da área rural através do atendimento ao agricultor na sua própria comunidade pelo assessor de microcrédito.

Em relação ao programa Pronaf B tradicional, o Agroamigo apresenta as seguintes inovações operacionais:

- ✓ Atendimento ao cliente por profissional especializado, o assessor de microcrédito rural;
- ✓ Uso de metodologia adequada para as atividades de microcrédito rural;
- ✓ Promoção e atendimento no local;
- ✓ Acompanhamento sistemático;
- ✓ Identificação das necessidades financeiras do cliente; e

- ✓ Orientação para transformar a agricultura de subsistência em agricultura sustentável.

O assessor de microcrédito rural do Agroamigo presta orientação para o crédito e faz o seu acompanhamento. Em geral, o assessor de microcrédito tem origem na área de sua atuação, o que traz como vantagens conhecer as potencialidades econômicas locais, comprometimento com o desenvolvimento local, além de inspirar confiança na comunidade.

Assim, o Agroamigo tem como objetivo geral qualificar o atendimento aos agricultores familiares do Grupo B do Pronaf mediante a concessão de microcrédito produtivo e orientado. Nesse Programa, o Banco conta com a parceria do MDA.

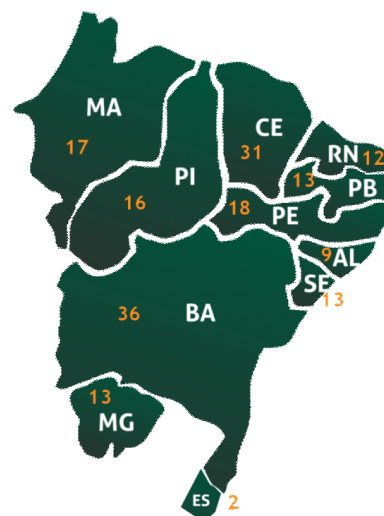
Em 2012, teve início a operacionalização do Agroamigo Mais, que é a expansão do Agroamigo, idealizado pelo Banco do Nordeste em conjunto com o Governo Federal, passando este a atender, além dos agricultores familiares do Grupo B, os demais grupos de Pronaf, exceto os grupos A e A/C, por meio da metodologia de microcrédito rural orientado e acompanhado, desenvolvida pelo Banco, em propostas de valor até R\$ 15 mil, considerando os seguintes aspectos:

- ✓ Elevar a qualidade das propostas e planos simplificados de financiamentos Pronaf;
- ✓ Permitir elevação da quantidade de financiamentos de custeio;
- ✓ Dar maior agilidade no processo de concessão do crédito;
- ✓ Permitir acompanhamento sistemático aos empreendimentos financiados;
- ✓ Expandir o atendimento à agricultura familiar, com melhoria qualitativa.
- ✓ Elevação da adimplência da carteira;
- ✓ Proporcionar elevação da renda e melhoria da qualidade de vida dos(as) agricultores(as) familiares e de suas famílias.

O Agroamigo estava presente no ano de 2014, em 180 agências, atendendo a 1.990 municípios do Nordeste brasileiro e Norte de Minas Gerais, contando com 919 Assessores de Crédito, todos eles funcionários do Instituto Nordeste Cidadania (INEC), parceiro na operacionalização do Programa (Gráfico 8).

Gráfico 8– Agroamigo – Unidades de Atendimento - 2014

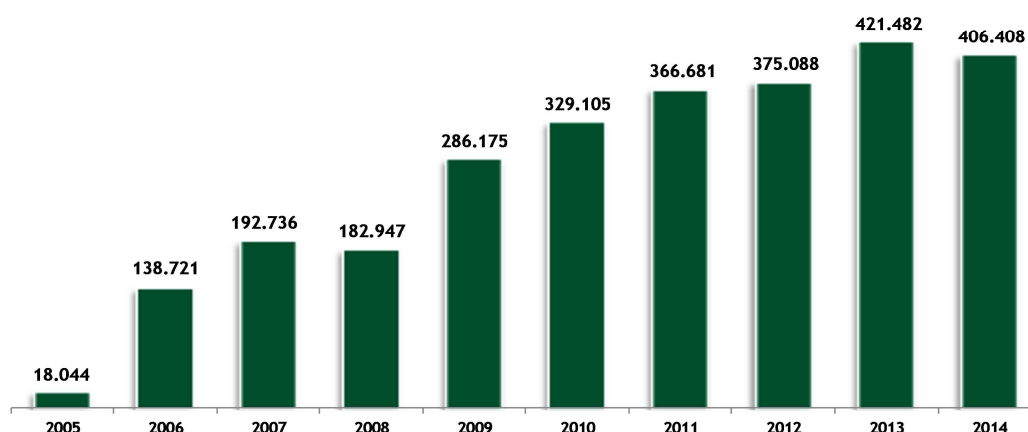
Estados Atendidos	11
Unidades de Atendimento	180
Municípios Atendidos	1.990
Coordenadores	177
Assistentes de Coordenação	273
Assessores de Crédito	919
Funcionários do Banco	55



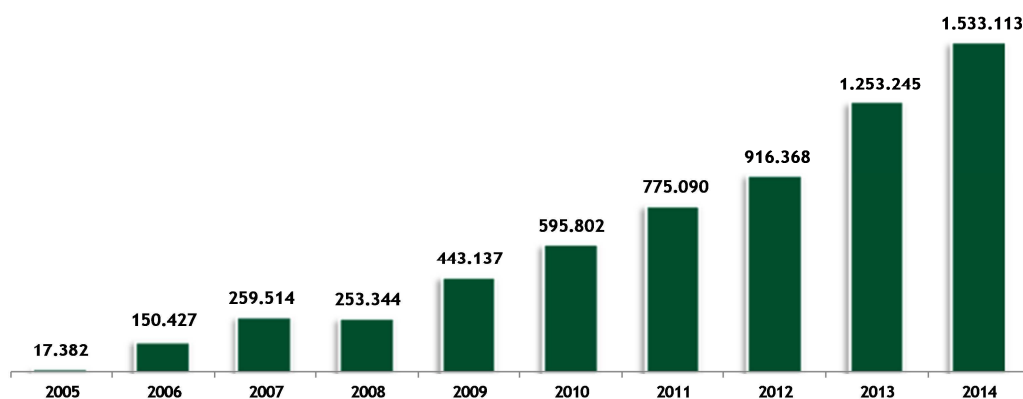
Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

A concessão de crédito orientado, de forma gradativa e sequencial, possibilita a educação financeira e o fortalecimento econômico do cliente. Aliado a isto, foram simplificados os processos, objetivando promover maior velocidade na aprovação e liberação dos créditos, sem perder de vista os riscos inerentes à concessão de um financiamento.

No ano de 2014, o Programa, considerando o Agroamigo Crescer e o Agroamigo Mais, contratou 406.408 mil operações em toda área de atuação do Banco, correspondendo a um montante de R\$ 1,5 bilhão (Gráficos 9 e 10), sendo que 67,7% dos financiamentos concedidos estão localizados na região semiárida.

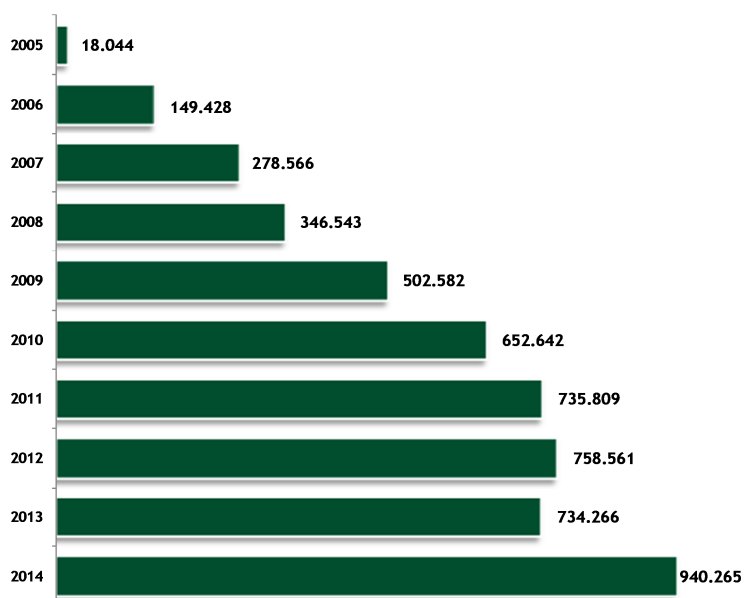
Gráfico 9– Agroamigo – Quantidade de Operações Contratadas por Ano

Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

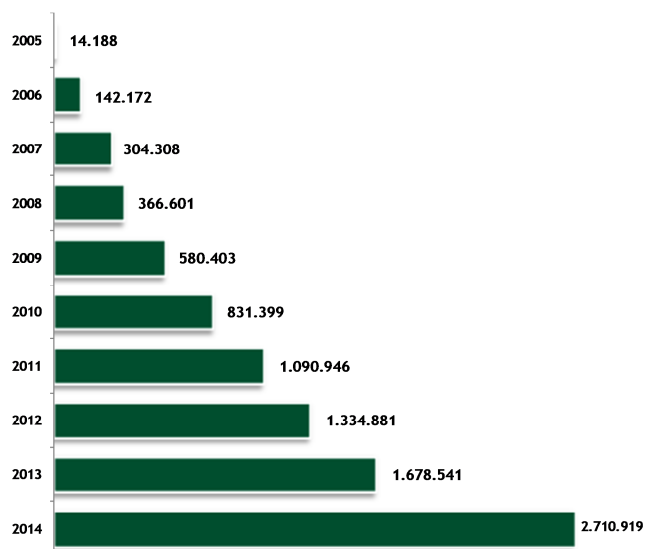
Gráfico 10– Agroamigo – Valores Contratadas por Ano.

Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

Na posição de 31 de dezembro de 2014, o Agroamigo (Crescer e Mais) detinha em sua carteira 940.265 clientes ativos e mais de R\$ 2,7 bilhão aplicado, conforme gráficos (Gráficos 11 e 12).

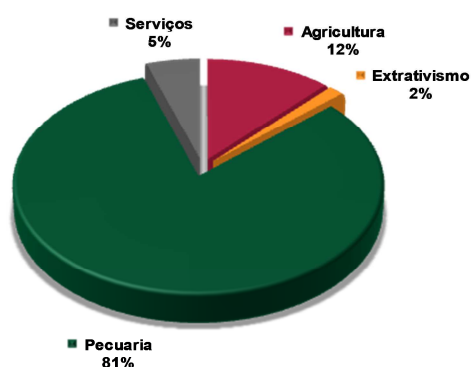
Gráfico 11– Agroamigo – Número de Clientes Ativos por Ano

Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

Gráfico 12– Agroamigo – Carteira Ativa por Ano (R\$ Mil).

Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

Quanto à distribuição dos recursos por atividade econômica, a carteira ativa com posição em dezembro de 2014, apresenta a pecuária com 81,0% dos recursos do Agroamigo, seguido de agricultura (12%), serviços (6%) e extrativismo (2%) (Gráfico 13).

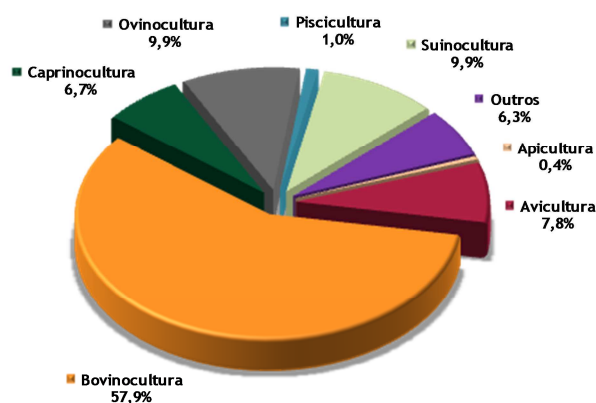
Gráfico 13– Agroamigo – Distribuição por Setor – 2014

Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

Esse fato pode ser explicado pela própria estrutura econômica da Região, bastante influenciada pela pecuária, em particular a bovinocultura. Quando se analisa o volume de recursos destinados à pecuária, verifica-se que 57,9% foram para bovinocultura. Contudo, há um estímulo à diversificação da carteira. Outras atividades contempladas são a suinocultura

(9,9%), a ovinocultura (9,9%), a avicultura (7,8%) e a caprinocultura (6,7%) (Gráfico 14).

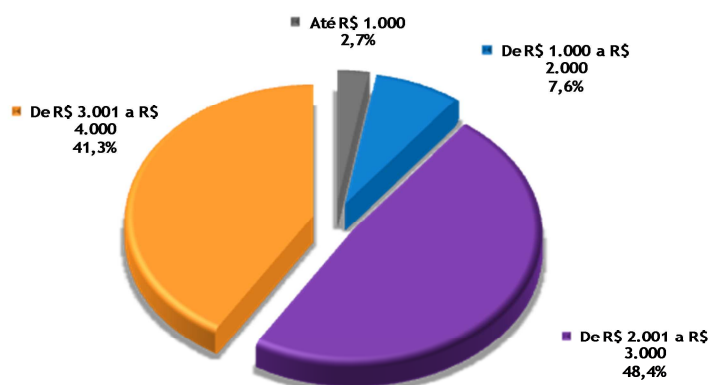
Gráfico 14- Agroamigo – Distribuição por Atividade – Pecuária – 2014



Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

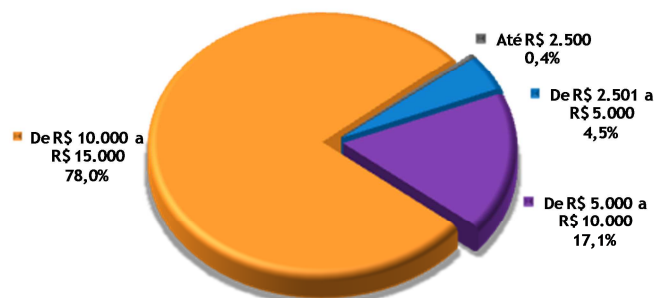
Quanto aos valores financiados pelos clientes do Agroamigo (Crescer e Mais), a estratégia é a concessão de crédito gradual e sequencial, destacando-se que, para o Agroamigo Crescer, o maior percentual de operações situa-se entre os valores de R\$ 2,0 mil e R\$ 3,0 mil, que representa 48,4% das operações contratadas (Gráfico15).

Gráfico 15- Agroamigo Crescer – Distribuição por Faixa de Valor Financiados 2014



Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

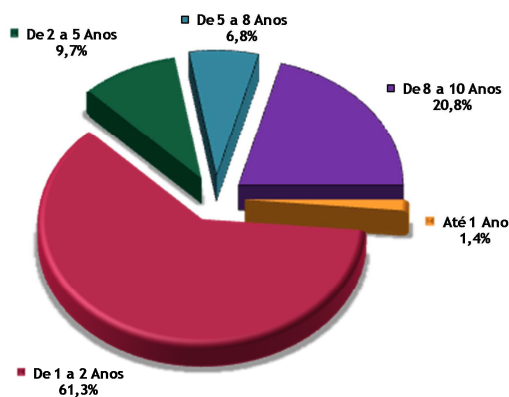
Gráfico 16– Agroamigo Mais – Distribuição por Faixa de Valor Financiado - 2014



Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

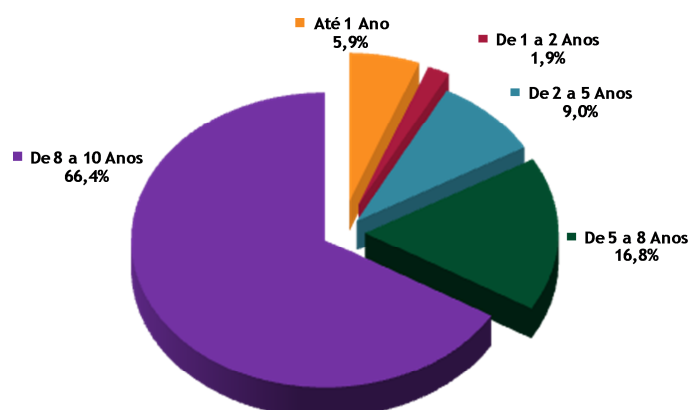
No que tange ao prazo de financiamento, 61,3% das operações do Agroamigo Crescer, possui prazo entre um e dois anos (Gráfico 17).

Gráfico 17- Agroamigo Crescer – Distribuição por Prazo Médio – 2014



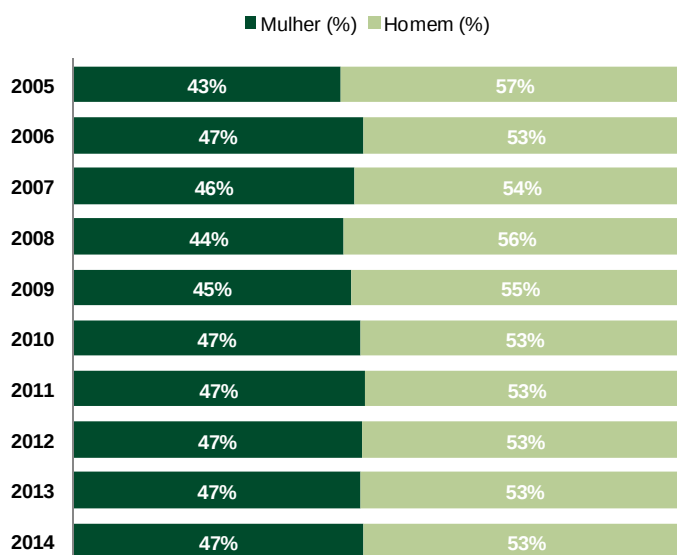
Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

Considerando o Agroamigo Mais, a faixa de prazo mais expressiva situa-se entre oito e dez anos (Gráfico 18).

Gráfico 18- Agroamigo Mais – Distribuição por Prazo Médio – 2014

Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

Outra estratégia do Agroamigo é a política de inserção econômica do gênero. Assim, em 2005, quando o Programa foi criado, o número de financiamentos com mulheres, em relação à carteira ativa representava 43% e, em dezembro de 2014, já somam 47% (Gráfico 19). Isto representa, nesta data, mais de 490 mil mulheres desenvolvendo atividades produtivas.

Gráfico 19– Distribuição da Carteira por Gênero

Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

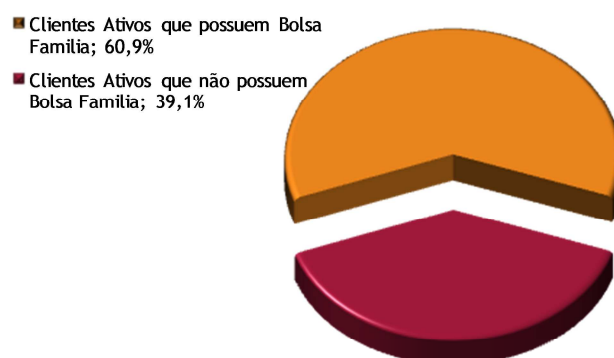
No âmbito do Programa Brasil sem Miséria, lançado pelo Governo Federal, o Banco do Nordeste tem atuado, por meio do Agroamigo, proporcionando atendimento aos beneficiários dos programas abaixo citados

e de ações integradas com os mesmos, com o objetivo de contribuir para assegurar possibilidades de inclusão produtiva e social, bem como se constituindo em uma oportunidade de crescimento e de diminuição da dependência em relação aos programas sociais do Governo:

- ✓ Programa Bolsa Família, operacionalizado pelo MDS; e
- ✓ Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, operacionalizado pelo MDA.

Nessa perspectiva, na posição de junho de 2014, cerca de 570 mil clientes do Agroamigo eram também beneficiados pelo Programa Bolsa Família, o que representa 60,9% da carteira ativa de clientes (Gráfico 20).

Gráfico 20– Clientes Agroamigo Beneficiários do Bolsa Família – 2014



Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

As ações realizadas em 2014 voltadas ao Agroamigo objetivaram divulgação do Programa, melhorias no atendimento aos clientes e capacitação da equipe, destacando-se:

- ✓ Realização do **Encontro de Coordenadores 2014** com 352 participantes que discutiram resultados, desempenho, perspectivas do Programa e o planejamento estratégico, dentre outros temas.
- ✓ **Encontro de Monitores** do Programa para apresentar as diretrizes da monitoração, orientar a equipe para os novos desafios e mudanças, além de visualizar e identificar o grau de alinhamento entre as diretrizes definidas e as ações realizadas no dia-a-dia.
- ✓ Realização de treinamentos, envolvendo 946 participantes (Treinamento do Agroamigo Mais; Treinamento de Formação de Assessor de Microcrédito Rural e Treinamento de Formação de Assessor Coordenador Rural).

- ✓ Realização pelo INEC de 1.743 cursos de capacitação por meio da **Comunidade virtual** para seus colaboradores que operacionalizam o Agroamigo.
- ✓ Realização do **Fórum de Gestão do Agroamigo** para promover a discussão e a avaliação dos resultados operacionais e financeiros do Programa, alcance das metas, difusão de práticas de sucesso adotadas nas unidades, promoção da integração e o alinhamento estratégico entre as equipes.
- ✓ Atendimento aos beneficiários do **Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais** do Plano Brasil sem Miséria, operacionalizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).
- ✓ Expansão do atendimento dos beneficiários do **Programa Bolsa Família**, com atendimento de 529.766 agricultores familiares.
- ✓ Conclusão do **Projeto de Simplificação do Agroamigo** com implementação de diversas melhorias nos processos de crédito e nos sistemas que tornaram a concessão de crédito mais agil.

3.1.2 – Setor Agroindustrial

O Setor Agroindustrial aplicou, no decorrer do ano de 2014, R\$ 46,2 milhões, o que representou 0,3% do volume contratado pelo FNE no período (Tabela 8). Considerando o volume de recursos contratados pelo Setor no exercício de 2013, no valor de R\$ 95,5 milhões, observa-se uma redução de 51,6% entre os dois períodos. A repetição desse ciclo de encolhimento das atividades agroindustriais coincide com os recentes e sucessivos períodos de estiagem que têm vitimado os agricultores da região.

Dentre as atividades agroindustriais financiadas, duas delas (laticínios e fruticultura), foram responsáveis por quase metade dos recursos, tendo sido contratados, nestas atividades, o valor de R\$ 20,9 milhões, representando 45,2% das contratações no Setor. Estas atividades, juntamente com a de abate e preparo da produção de carnes, aves e pescado (R\$ 5,9 milhões) e a atividade de processamento e beneficiamento de frutas e hortaliças (R\$ 5,0 milhões), foram responsáveis por quase 70% das contratações do Setor Agroindustrial (Tabela 17).

Tabela 17 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Setor Agroindustrial – Exercício de 2014

Atividades	Valores em R\$ Mil		
	Valor	% Setor	% FNE
Laticínios	10.514	22,8	0,1
Fruticultura	10.346	22,4	0,1
Abate e Prepar.Prod.Carne, Aves e Pescado	5.948	12,9	0,0
Proces.Benef.Frutas e Hortalicas	5.006	10,8	0,0
Ind.Prod.Alimentícios	4.049	8,8	0,0
Moagem e Benef.	3.539	7,7	0,0
Intermediação Financeira	1.477	3,2	0,0
Produção de Ovos	1.125	2,4	0,0
Proces.Benef.Oleos e Gorduras Vegetais e Anim	1.028	2,2	0,0
Suinocultura	687	1,5	0,0
Avicultura	513	1,1	-
Proces.Benef.Cana de açúcar	488	1,1	-
Benef. Fibras	415	0,9	-
Ind.Bebidas, Exceto Agroindustria	404	0,9	-
Bubalinocultura(Bufalo)	240	0,5	-
Outras Atividades	385	0,8	-
Total	46.164	100,0	0,3

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Outras atividades referem-se a processamento e beneficiamento do mel de abelha, de castanha de caju, bebidas e fumo, fibras e textéis, ind.prod.borracha e alimentação.

O Setor Agroindustrial contratou, na região do semiárido nordestino, o montante de R\$ 26,2 milhões, representando 56,7% das contratações realizadas por esse segmento e 0,7% do total contratado na região semiárida (Tabelas 1.A). Importante salientar que o setor agroindustrial aumentou sua participação na região semiárida em 2014, passando de 31,6% em 2013 para 56,7% no ano de 2014.

No que se refere à quantidade de beneficiários, o Setor Agroindustrial beneficiou 154 empreendimentos, sendo 128 de mini/micro, pequeno e pequeno-médio portes, abrangendo 83,1% das agroindústrias financiadas (Tabela 39). Para tais empreendimentos, o Setor Agroindustrial destinou R\$ 24,1 milhões, perfazendo 52,1% do total das contratações do Setor, em 2014. Para os grandes e médios empreendimentos foram destinados R\$ 22,1 milhões, totalizando 47,9% das contratações do Setor. Assim, em termos proporcionais, houve significativo crescimento no montante destinado às empresas de menor porte, as quais passaram de uma participação de 35,4% em 2013 para 52,1% em 2014 (Tabela 40).

Os contratos realizados com recursos do FNE no Setor Agroindustrial beneficiaram todos os estados da área de atuação do BNB, num total de 83 municípios, que representam 4,2% dos municípios da área de atuação do Fundo (Tabela 39). O estado da Bahia foi responsável pela maior parte do volume de recursos contratados, com cerca de R\$ 13,5 milhões, o que representa 29,3% do total de recursos destinados ao Setor, seguido pelo Rio

Grande do Norte, R\$ 9,4 milhões (20,5%) e Paraíba R\$ 9,4 milhões (20,3%) no ano de 2014 (Tabela 18).

Tabela 18– FNE - Setor Agroindustrial – Contratações ⁽¹⁾ Estaduais – Exercício de 2014

Valores em R\$ Mil		
Estado	Valor	%
Alagoas	946	2,0
Bahia	13.512	29,3
Ceará	1.552	3,4
Espírito Santo	2.972	6,4
Maranhão	1.890	4,1
Minas Gerais	178	0,4
Paraíba	9.357	20,3
Pernambuco	2.747	6,0
Piauí	2.251	4,9
Rio Grande do Norte	9.443	20,5
Sergipe	1.316	2,9
Total	46.164	100,0

Fontes: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entenda-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

O estado da Paraíba foi o que apresentou o maior incremento no volume de recursos em relação ao ano de 2013, passando de R\$ 5,7 milhões para R\$ 9,4 milhões contratados. Grande parte desses recursos (R\$ 4,5 milhões³) foi destinada ao município de Sousa, na atividade de Laticínios. Também absorveram acréscimos no montante de recursos os estados do Rio Grande do Norte e o Ceará. Os demais estados apresentaram decréscimo em relação ao ano anterior.

Destaque-se a importância da Agroindústria para agregação de valor aos produtos primários regionais. Como foi observado, o Setor Rural continua preponderante no volume financiado pelo FNE (37,9%), constituindo potencial oferta para a Agroindústria. Permanece, então, a necessidade de adoção de políticas específicas para esse Setor.

3.1.3 – Setor Industrial

No período referente ao ano de 2014, o FNE Setor Industrial contratou R\$ 3,7 bilhões, correspondendo a 27,3% das contratações totais do FNE no período (Tabela 8), apresentando acréscimo de 21,3% no volume de contratações, em relação ao exercício de 2013.

³ Base do Ativo do BNB.

As contratações com bens de consumo intermediários destacaram-se, totalizando quase R\$ 2,0 bilhões, ou seja, participação de 53,2% nas contratações do Setor e de 14,5% no total contratado no âmbito do FNE. As atividades da indústria de minerais não metálicos, bem como as indústrias vinculadas a bebidas, além de celulose e papel foram as grandes responsáveis pelo desempenho do Setor Industrial, nesse exercício, contratando, em conjunto, aproximadamente R\$ 2,1 bilhões (Tabela 19).

Tabela 19 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Setor Industrial – Exercício de 2014

Atividades	Valores em R\$ Mil		
	Valor	% Setor	% FNE
BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS	1.475.552	40,3	11,0
Calçados	10.242	0,3	0,1
Produtos Alimentícios	142.672	3,9	1,1
Têxteis	68.714	1,9	0,5
Gráfica	38.193	1,0	0,3
Cosméticos	16.201	0,4	0,1
Celulose e Papel	328.467	9,0	2,4
Bebidas	720.808	19,7	5,4
Eletrônica	63.469	1,7	0,5
Vestuários e Acessórios	58.196	1,6	0,4
Ind.Prod.Farmaceuticos e Defensivos Agrícolas	9.363	0,3	0,1
Outras Atividades ⁽²⁾	19.227	0,5	0,1
BENS DE CONSUMO INTERMEDIÁRIO	1.951.034	53,2	14,5
Indústria Siderúrgica	1.579	0,0	0,0
Produtos Químicos	205.362	5,6	1,5
Produtos Plásticos	75.027	2,1	0,6
Tintas, Vernizes e Esmaltes	3.599	0,1	0,0
Minerais não Metálicos (Inclui Extr. Min. Não Metal.)	1.087.753	29,7	8,1
Metal-mecânica	144.126	3,9	1,1
Madeira, exceto Mobiliário	7.675	0,2	0,1
Extração de Minerais Metálicos	125.980	3,4	0,9
Extração de Carvão, Petróleo e Gás	232.757	6,4	1,7
Produtos de Borracha	4.231	0,1	0,0
Resinas e Elastômeros	-	-	-
Outras Atividades ⁽³⁾	62.945	1,7	0,5
BENS DE CAPITAL E DE CONSUMO DURÁVEIS	240.573	6,6	1,8
Mobiliário	80.943	2,2	0,6
Edifícios e Obras de Eng. Civil	20.185	0,6	0,2
Ind. Adesivos, Selantes, Explosivos, Catalizadores	405	0,0	-
Ind. Transportes	13.467	0,4	0,1
Obras de Acabamento	72	-	-
Outras Atividades ⁽⁴⁾	125.501	3,4	0,9
Total	3.667.159	100,0	27,3

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Outras Atividade referem-se à laticínios, Proces.Benef.Oleos e Gorduras Vegetais e Animais e Abate e Prepar.Prod.Carne, Aves e Pescado, dentre outros (3) Outras Atividades referem-se à Ind.Combust.Nucleares, Refino Petroleo e álcool. (4) Outras Atividades referem-se a extração de minerais não-metálicos, dentre outros.

O segmento de bens de consumo não duráveis obteve participação de 40,3% no total contratado no Setor Industrial, o que representou um volume de recursos de R\$ 1,5 bilhão em 2014, ou seja, 11,0% das contratações efetivadas no FNE. A atividade de maior destaque nesse segmento foi a indústria de bebidas (R\$ 720,8 milhões), conforme Tabela 19.

No que se refere às contratações no segmento de bens de capital e de consumo duráveis, registram-se contratações no valor de R\$ 240,6 milhões no ano de 2014, o que corresponde a 6,6% do total contratado no Setor Industrial e 1,8% dos valores contratados no âmbito do FNE (Tabela 19).

A região semiárida foi beneficiada com R\$ 393,6 milhões dos recursos do FNE Setor Industrial no ano de 2014, correspondendo a 10,7% das contratações desse Setor. Registre-se, ainda, que do total de recursos destinados ao semiárido, o FNE Setor Industrial contribuiu com 10,4% (Tabela 1.A). A maior parte das aplicações (52,3%), no semiárido, foi direcionada para a atividade de produção de minerais não metálicos, indústria eletro eletrônica e indústria mobiliária.

Por outro lado, no que se refere às contratações fora do semiárido, o FNE Setor Industrial foi responsável por cerca de R\$ 3,3 bilhões, o que representa 89,3% do total contratado nesse Setor e 33,8% do total de recursos destinados à Região fora do semiárido (Tabela 2.A).

O FNE beneficiou 3.353 empreendedores/empresas no Segmento Industrial no ano de 2014. Em relação ao porte dos empreendimentos, 92,0% dos beneficiários situaram-se nas categorias mini / micro, pequeno e pequeno-médio portes (Tabela 39).

Quanto ao volume de recursos nas contratações do Setor, a categoria de beneficiários de grande porte foi responsável por contratação superior a R\$ 3,0 bilhões, o que corresponde a 82,4% dos recursos (Tabela 40).

O FNE Setor Industrial atendeu a todos os estados da área de atuação do Banco, beneficiando 529 municípios no ano de 2014, o que representa 26,6% dos municípios da área de atuação do FNE (Tabela 42). Os estados de Pernambuco, Bahia e Sergipe, receberam a maior parcela dos recursos e, juntos, foram responsáveis por 67,6% das contratações do FNE no Setor Industrial (Tabela 20).

Tabela 20 – FNE – Setor Industrial – Contratações ⁽¹⁾ Estaduais – Exercício de 2014

Estado	Valores em R\$ Mil	
	Valor	%
Alagoas	286.994	7,8
Bahia	793.863	21,6
Ceará	289.638	7,9
Espírito Santo	113.410	3,1
Maranhão	106.546	2,9
Minas Gerais	25.745	0,7
Paraíba	101.177	2,8
Pernambuco	969.981	26,5
Piauí	143.080	3,9
Rio Grande do Norte	119.966	3,3
Sergipe	716.759	19,6
Total	3.667.159	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.1.4 – Setor Turismo

O Setor Turismo é composto pelo Programa de Apoio ao Turismo Regional (FNE Proatur), com o objetivo de integrar e fortalecer a cadeia produtiva do turismo, ensejando o aumento da oferta de empregos e o aproveitamento das potencialidades turísticas da Região, em bases sustentáveis (BNB, 2013). Além do FNE Proatur, o Setor Turismo conta, ainda, com o Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas (FNE-MPE) e o Programa FNE Empreendedor Individual (FNE-EI).

Foi contratado pelo referido Setor, no período em análise, o montante de R\$ 488,5 milhões, representando 3,6% das contratações totais do FNE no período. Ressalte-se que o total contratado nesse segmento decresceu 24,9% em relação ao ano anterior, quando foram contratados R\$ 650,6 milhões (Tabela 8).

As atividades imobiliárias e de aluguéis cresceram substancialmente em relação ao ano anterior e absorveram 38,7% dos recursos desse Setor (R\$ 189,0 milhões). Em segundo lugar, encontra-se a atividade de hospedagem representando 35,6% dos recursos contratados pelo Setor, embora tenha apresentado retração de 62,7% em relação ao ano de 2013. Observou-se, ainda, um incremento bastante significativo no segmento de transporte que passou de um volume de contratações de R\$ 1,4 milhão em 2013 para R\$ 37,9 milhões em 2014 (Tabela 21). No ano de 2014, foram realizadas 671 operações no Setor Turismo com recursos do FNE (Tabela 8).

Tabela 21 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Setor Turismo – Exercício de 2014**Valores em R\$ Mil**

Atividades	Valor	% Setor	% FNE
Hospedagem	173.730	35,6	1,3
Transportes	37.872	7,8	0,3
Alimentação	35.454	7,3	0,3
Entretenimento	46.494	9,5	0,4
Imobiliárias e aluguéis	189.034	38,7	1,4
Outras atividades relacionadas ao turismo	5.884	1,2	0,0
Total	488.468	100,0	3,6

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.
(2) Outras Atividades referem-se a serviços auxiliares e administrativos, aluguéis de palcos, atividades de iluminação e sonorização, etc

A região semiárida foi beneficiada com R\$ 47,3 milhões dos recursos do FNE Setor Turismo em 2014, correspondendo a 9,7% das contratações desse Setor. Registre-se, ainda, que do total de recursos destinados ao semiárido, o FNE Setor Turismo contribuiu com 1,3% (Tabela 1.A). No que se refere às contratações fora do semiárido, o FNE Setor Turismo foi responsável por cerca de R\$ 441,2 milhões, o que representa 90,3% do total contratado nesse Setor e 4,6% do total de recursos destinados à Região fora do semiárido (Tabela 2.A).

Em relação ao porte dos empreendimentos, 96,1% dos beneficiários no FNE Setor Turismo situaram-se nas categorias mini/micro, pequeno e pequeno-médio portes (Tabela 39).

Quanto ao volume de recursos nas contratações do Setor, a categoria de beneficiários de médio porte foi responsável pela contratação de 68,8% dos recursos do Setor (R\$ 336,0 milhões), conforme Tabela 40.

O FNE Setor Turismo atendeu aos onze estados da área de atuação do Banco, beneficiando 211 municípios em 2014, o que representa 10,6% dos municípios da área de atuação do FNE (Tabela 44). O estado do Rio Grande do Norte recebeu a maior parcela dos recursos (40,2%) e, somados à Paraíba, Bahia, e Pernambuco, foram responsáveis por 79,2% das contratações do FNE no Setor (Tabela 22).

Tabela 22 – FNE – Setor Turismo – Contratações ⁽¹⁾ Estaduais – Exercício de 2014

Estado	Valores em R\$ Mil	
	Valor	%
Alagoas	21.662	4,4
Bahia	60.220	12,3
Ceará	50.929	10,4
Espírito Santo	6.776	1,4
Maranhão	12.915	2,6
Minas Gerais	1.994	0,4
Paraíba	74.924	15,3
Pernambuco	55.084	11,3
Piauí	4.532	0,9
Rio Grande do Norte	196.351	40,2
Sergipe	3.081	0,6
Total	488.468	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.1.5 – Setor Comércio e Serviços

O FNE Setor Comércio e Serviços contratou, no ano de 2014, cerca de R\$ 3,9 bilhões, representando 29,1% do total do FNE (Tabela 11). Em relação ao número de operações, observou-se, no período, a contratação de 22.998 operações (Tabela 11). A grande demanda por recursos nesse segmento está relacionada com a importância do Setor para a economia do Nordeste, tanto no que se refere à geração de empregos quanto no que diz respeito ao valor adicionado à produção.

No contexto do Setor, as atividades relacionadas ao Comércio obtiveram participação de 48,6% (R\$ 1,9 bilhão), enquanto o segmento de Serviços obteve 51,4%, com pouco mais de R\$ 2,0 bilhões dos valores contratados. No Setor de Serviços, observou-se incremento de 16,4% no volume de contratações, em relação ao exercício de 2013.

No segmento de Serviços, as principais atividades financiadas foram imobiliárias e aluguéis, saúde e telecomunicações. As três atividades absorveram 31,7% dos recursos do Setor de Comércio e Serviços. Em relação ao Comércio, destaca-se o comércio varejista, com participação de 40,3% dos recursos do Setor, totalizando R\$1,6 bilhão (Tabela 23).

Tabela 23 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Comércio e Serviços – Exercício de 2014

Valores em R\$ Mil			
Atividade	Valor	% Setor	% FNE
COMÉRCIO	1.901.511	48,6	14,1
Comércio Varejista	1.576.708	40,3	11,7
Comércio Atacadista	232.695	5,9	1,7
Alimentação	62.256	1,6	0,5
Intermediários do Comércio	2.315	0,1	0,0
Outros	27.537	0,7	0,2
SERVIÇOS	2.014.602	51,4	15,0
Imobiliárias e Aluguéis	875.263	22,4	6,5
Saúde	196.492	5,0	1,5
Serv. Auxiliar à Indústria	1.355	0,0	0,0
Telecomunicações	166.828	4,3	1,2
Educação	124.066	3,2	0,9
Transporte Rodoviário	74.975	1,9	0,6
Reparação e conservação	22.001	0,6	0,2
Serviços Pessoais	25.791	0,7	0,2
Edifícios e Obras de Eng. Civil	100.377	2,6	0,7
Entretenimento e Lazer	4.624	0,1	0,0
Informática	2.563	0,1	0,0
Aluguel Máq. e Equipamento	46.106	1,2	0,3
Ativ. Aux. Transportes	113.260	2,9	0,8
Serv. Aux. Adm. Empresas	53.685	1,4	0,4
Outros	207.216	5,3	1,5
Total	3.916.113	100,0	29,1

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Na distribuição dos recursos por região climática, o semiárido foi beneficiado com R\$ 1,3 bilhão dos recursos do FNE Setor Comércio e Serviços no ano de 2014, correspondendo a 33,5% dos valores contratados pelo Setor (Tabela 1A).

Vale ressaltar que na área de abrangência do Banco, as capitais dos estados são as maiores demandantes de recursos deste Setor, e estão situadas fora do semiárido, podendo justificar a diferença percentual entre as duas regiões.

Em relação ao porte dos empreendimentos beneficiados (Tabela 40), o FNE Setor Comércio e Serviços destinou 53,3% das contratações, ou seja,

R\$ 2,1 bilhões, para empreendimentos de mini/micro, pequeno e pequeno-médio portes. Esse resultado sinaliza o esforço do BNB em priorizar os clientes de menor porte.

Tradicionalmente, o Setor de Comércio no Nordeste brasileiro é marcado por empreendimentos de menor porte, daí a importância de financiamento ao Setor como medida para reduzir a concentração de recursos, dinamizando a economia, principalmente em pequenos municípios.

Em relação à distribuição espacial, o FNE Setor Comércio e Serviços esteve presente em todos os estados pertencentes à área de atuação do Banco. As unidades federativas que obtiveram maior volume de contratações foram: Ceará e Bahia, 20,8% (R\$ 816,5 e R\$ 813,0 milhões, respectivamente), Pernambuco, 12,5% (R\$ 490,9 milhões), Rio Grande do Norte, 10,3% (R\$ 403,7 milhões) e Maranhão, 9,7% (R\$ 380,7 milhões). Juntos, estes estados participaram com 74,1% do total dos valores contratados (Tabela 24).

Tabela 24 – FNE – Contratações⁽¹⁾ por Estado nos Setores Comércio e Serviços – Exercício de 2014

Estado	Quantidade	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Alagoas	730	3,2	135.992	3,5
Bahia	3.963	17,2	813.010	20,8
Ceará	4.839	21,0	816.476	20,8
Espírito Santo	292	1,3	37.490	1,0
Maranhão	2.056	8,9	380.685	9,7
Minas Gerais	1.305	5,7	120.982	3,1
Paraíba	1.721	7,5	159.878	4,1
Pernambuco	2.949	12,8	490.872	12,5
Piauí	1.455	6,3	267.548	6,8
Rio Grande do Norte	2.479	10,8	403.657	10,3
Sergipe	1.209	5,3	289.523	7,4
Total	22.998	100,0	3.916.113	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Vale ressaltar que três estados tiveram expressivos crescimento nos valores contratados, em relação ao ano de 2013: Espírito Santo (101,4%), Rio Grande do Norte (83,4%) e Sergipe (75,3%). Em termos de valores absolutos, destacam-se Rio Grande do Norte e Sergipe, aos quais foram destinados R\$ R\$ 183,5 milhões e R\$ 124,3 milhões, respectivamente, a mais do que no exercício anterior.

Em relação aos municípios atendidos, o FNE Setor Comércio e Serviços, conforme já mencionado, esteve presente em todos os estados

pertencentes à área de atuação do Banco e em 1.466 municípios, representando 73,7% dos municípios da área de atuação do FNE (Tabela 42).

3.1.6 – Setor Infraestrutura

O Setor Infraestrutura, através do FNE, contratou cerca de R\$ 233,6 milhões no ano de 2014, o que correspondeu a 1,7% do total contratado pelo FNE no mesmo período (Tabela 8). Embora esse valor represente soma superior ao dobro do volume de recursos alocados para esse Setor em 2013, o indicador percentual reflete claramente a implementação, pelo Banco do Nordeste, de diretriz do Governo Federal no sentido de destinar os recursos do FNE aos empreendimentos de menor porte. Ressalte-se que, em geral, os financiamentos para infraestrutura requerem expressivo volume de recursos e são realizados por empreendedores de grande porte.

Em 2014, as atividades que obtiveram recursos foram as atividades auxiliares de transporte e aquelas relacionadas à produção e distribuição de eletricidade, gás e água, representando, 1,7% dos recursos do FNE para o período (Tabela 25).

Tabela 25 – FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Atividade no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2014

Atividade	Valor	% Setor	Valores em
			R\$ mil
			% FNE
Prod. e Distrib. Eletricidade, Gás e Água	51.705	22,1	0,4
Atividades Aux. De Transportes	181.905	77,9	1,4
Total	233.610	100,0	1,7

BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

O montante contratado neste Setor foi totalmente destinado à região fora do semiárido. Contudo, os efeitos destas contratações se espalham em todo o tecido econômico e social da Região.

Os recursos contratados no Setor de Infraestrutura foram destinados a somente três estados da área de atuação do FNE. Em 2014, foram beneficiados os estados da Bahia (77,9%), Ceará (20,7%) e Paraíba (1,4%), conforme a Tabela 26. Os recursos da Bahia foram aplicados no Setor de Transportes e os demais na produção de energia, água e gás (Tabela 25).

Tabela 26 – FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Estado no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2014

Estado	Valores em R\$ Mil	
	Valor	%
Bahia	181.905	77,9
Ceará	48.357	20,7
Paraíba	3.348	1,4
Total	233.610	100,0

BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.2 – Valores Programados e Valores Realizados

No exercício de 2014, foram contratados aproximadamente R\$ 13,5 bilhões no âmbito do FNE, o que corresponde a 102,7% do montante de recursos projetados para este exercício (Tabela 27), da ordem de R\$ 13,1 bilhões.

Observa-se que quatro estados ultrapassaram os valores programados para contratação em 2014, quais sejam: Bahia (121,2%), Maranhão (105,4%), Pernambuco (100,4%) e Sergipe (200,1%). O volume de contratações do Estado de Sergipe deveu-se, principalmente, à indústria extrativa e britamento de pedras e outros materiais para construção, com beneficiamento associado.

Os demais estados não atingiram os valores programados para contratações nesse exercício. Os estados do Espírito Santo, de Minas Gerais e da Paraíba apresentaram a menor relação valor contratado/valor programado o que corresponde, em média, a 71,3% dos valores programados para esses estados (Tabela 27). Para os demais estados os valores contratados atingiram valores entre 83,0% e 99,7% dos valores programados.

Tabela 27– FNE – Valores Programados e Realizados por Estado – Exercício de 2014

UF	Programação	Contratações ⁽¹⁾	Valores em R\$ Mil %
	(A)	(B)	B/A
Alagoas	615.000	574.595	93,4
Bahia	2.860.000	3.467.359	121,2
Ceará	2.005.000	1.664.447	83,0
Espírito Santo	325.000	215.242	66,2
Maranhão	1.260.000	1.327.663	105,4
Minas Gerais	695.000	553.930	79,7
Paraíba	810.000	549.588	67,9
Pernambuco	1.885.000	1.893.457	100,4
Piauí	1.150.000	1.124.780	97,8
Rio Grande do Norte	905.000	901.868	99,7
Sergipe	590.000	1.180.780	200,1
Total	13.100.000	13.453.709	102,7

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB – Ambiente de Coordenação Executiva Institucional.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Ressalta-se que os esforços empreendidos pelas unidades operadoras do BNB foram efetivos no sentido de estimular a demanda por investimentos nos vários setores produtivos, em consonância com as políticas e programas dos governos estaduais e municipais.

A programação elaborada para o exercício de 2014 foi revista, basicamente, realocando-se recursos para os setores Rural e Industrial da economia e reduzindo-se a meta de contratações na região do semiárido.

A redução da meta para o semiárido justifica-se pela redução da atividade econômica observada, de maneira geral, na economia brasileira, agravada no Nordeste devido ao longo período de estiagem que vem assolando a região semiárida, nos últimos três anos.

Nos setores Rural e Industrial as contratações atingiram mais de 100,0% da respectiva meta para o mesmo exercício. Nos demais setores as contratações não atingiram a meta programada (Tabela 28).

Tabela 28 – FNE – Valores Programados e Realizados por Setor – Exercício de 2014

UF	Valores em R\$ Mil		
	Programação (A)	Contratações ⁽¹⁾ (B)	% B/A
Rural	4.880.000	5.102.195	104,6
Agroindustrial	95.000	46.164	48,6
Industrial	3.210.000	3.667.159	114,2
Turismo	710.000	488.468	68,8
Infraestrutura	275.000	233.610	84,9
Comercial e Serviços	3.930.000	3.916.113	99,6
Total	13.100.000	13.453.709	102,7

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB – Ambiente de Coordenação Executiva Institucional.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

No âmbito das contratações por região climática (dentro e fora do semiárido), foram reprogramados para aplicação, na região semiárida, aproximadamente, 50,0% dos ingressos no exercício, no montante de R\$ 3,3 bilhões. Nesse exercício de 2014, foram aplicados R\$ 3,8 bilhões, ultrapassando a meta reprogramada em 14,2%. Observa-se que o valor programado de R\$ 4,1 bilhões, foi previsto, para esse exercício, em função de expectativa de ingressos que não se confirmaram (Tabelas 11 e 29).

Tabela 29 – Contratações⁽¹⁾ por Região – Exercício de 2014

Região	Nº. de Beneficiários	%	Valores em R\$ Mil
			Valor
Semiárido	881.305	65,4	3.779.382
Fora do Semiárido	466.900	34,6	9.674.327
Total	1.348.205	100,0	13.453.709

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

No que se refere às mesorregiões definidas pelo MI, atendendo às prioridades estabelecidas pela PNDR, os valores contratados ultrapassaram a reprogramação para o exercício de 2014 em 25,4% (Tabela 30).

Todas as sete mesorregiões da PNDR atingiram a meta programada para as contratações, e a relação realizado/programado está entre 108,6% e 151,0% (Tabela 30).

Na Mesorregião da Chapada das Mangabeiras 67,0% dos recursos foram contratados nas atividades de cultivo de grãos, predominantemente da soja; da bovinocultura e do comércio varejista, que totalizam R\$ 440,1milhões⁴.

A Mesorregião do Vale do Jequitinhonha/Mucuri apresentou aplicações de R\$ 391,8 milhões⁵ predominantemente nas atividades de bovinocultura, de cultivo do café e comércio varejista.

Na Mesorregião da Chapada do Araripe, os maiores volumes de contratações foram realizados nas atividades de bovinocultura, ovinocultura e comércio varejista⁶. E, na Mesorregião do Xingó, os maiores volumes contratados foram nas atividades de bovinocultura; cultivo de grãos, predominantemente milho; e comércio varejista⁷.

Na Mesorregião de Bico do Papagaio, o montante financiado em bovinocultura; silvicultura, com predominância para o cultivo do eucalipto; e comércio varejista, representa 75,8% do total contratado nessa mesorregião, no exercício de 2014⁸.

A Mesorregião do Seridó absorveu R\$ 125,7 milhões⁹ e, 69,3% dos financiamentos, estão relacionados às atividades de bovinocultura, comércio varejista e indústria de produtos minerais não-metálicos, predominantemente a indústria do cimento.

Por fim, na mesorregião de Águas Emendadas, aproximadamente R\$ 21,0 milhões¹⁰, o que equivale a 57,1% do total dos recursos aportados, estão relacionados às atividades de bovinocultura, de cultivo da soja e de silvicultura, principalmente, o cultivo de eucalipto e a produção de carvão vegetal de florestas plantadas.

⁴ Base do Ativo do BNB.

⁵ Base do Ativo do BNB.

⁶ Base do Ativo do BNB.

⁷ Base do Ativo do BNB.

⁸ Base do Ativo do BNB.

⁹ Base do Ativo do BNB.

¹⁰ Base do Ativo do BNB.

Tabela 30 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ nas Mesorregiões PNDR – Exercício de 2014

Valores em R\$ Mil			
Mesorregiões	Reprogramado (A)	Realizado (B)	% (B/A)
Águas Emendadas	25.000	36.645	146,6
Bico do Papagaio	90.000	135.905	151,0
Chapada das Mangabeiras	605.000	656.803	108,6
Chapada do Araripe	280.000	371.706	132,8
Seridó	105.000	125.702	119,7
Vale do Jequitinhonha/Mucuri	275.000	391.833	142,5
Xingo	230.000	299.890	130,4
Total	1.610.000	2.018.484	125,4

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Para os municípios das tipologias de renda da PNDR consideradas prioritárias, foram programados, nesse exercício de 2014, cerca de R\$ 13,1 bilhões. Ao final do exercício, foram contratados nesses municípios aproximadamente R\$ 13,5 bilhões, ultrapassando a meta em 2,7% (Tabela 31).

Tabela 31 – FNE – Valores Programados e Realizados por Tipo de Município – Exercício de 2014

Valores em R\$ Mil			
Tipologia	Programação (A)	Contratações ⁽¹⁾ (B)	% (B/A)
Alta Renda	3.930.000	3.351.169	85,3
Tipologias Prioritárias (Baixa Renda, Estagnada, Dinâmica)	9.170.000	10.102.540	110,2
Total	13.100.000	13.453.709	102,7

Fonte: BNB – Ambiente de Políticas de Desenvolvimento.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.3 – Impactos Redistributivos das Aplicações do FNE

3.3.1 – Contratações por Estado

Na área de atuação do FNE, no que tange às contratações desse Fundo pelos Estados, os valores mais expressivos foram aplicados nos estados da Bahia (R\$ 3,5 bilhões), Pernambuco (R\$ 1,9 bilhão) e do Ceará (R\$ 1,7 bilhão), que juntos representaram 52,3% dos recursos contratados (Tabela 32).

Tabela 32 – FNE – Contratações e Demanda de Recursos por Estado – Exercício de 2014

Estado	Valores em R\$ Mil				
	Contratações (1)	%	Propostas em Carteira (2)	Demanda Total	%
Alagoas	574.595	4,3	553.181	1.127.776	7,2
Bahia	3.467.359	25,8	485.151	3.952.510	25,4
Ceará	1.664.447	12,4	570.194	2.234.641	14,3
Espírito Santo	215.242	1,6	38.574	253.816	1,6
Maranhão	1.327.663	9,9	124.094	1.451.757	9,3
Minas Gerais	553.930	4,1	75.508	629.438	4,0
Paraíba	549.588	4,1	67.381	616.969	4,0
Pernambuco	1.893.457	14,1	114.627	2.008.084	12,9
Piauí	1.124.780	8,4	50.159	1.174.939	7,5
Rio Grande do Norte	901.868	6,7	29.829	931.697	6,0
Sergipe	1.180.780	8,8	11.798	1.192.578	7,7
Total	13.453.709	100,0	2.120.496	15.574.205	100,0

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - Ambiente de Coordenação Executiva Institucional.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Valor do estoque das propostas em carteira ao final do período.

As propostas em carteira totalizaram R\$ 2,1 bilhões no final do exercício de 2014. Os maiores volumes em carteira estão nos estados do Ceará (R\$ 570,2 milhões), Alagoas (R\$ 553,2 milhões) e Bahia (R\$ 485,2 milhões), conforme Tabela 32.

A demanda total de recursos pelos estados no exercício de 2014 (R\$ 15,6 bilhões) apresentou-se praticamente constante em relação à demanda total do exercício de 2013 (R\$ 15,4 bilhões). As maiores demandas registraram-se nos estados da Bahia, Ceará, Pernambuco e Maranhão que juntos resumem 61,9% da demanda total por recursos do FNE, de acordo com a Tabela 32.

Em relação aos percentuais de participação dos estados no total das contratações do FNE, no exercício de 2014, verifica-se que os estados de Alagoas, Minas Gerais e Paraíba não atingiram o piso de 4,5% do total de contratações do Fundo, ficando, em média, muito próximo da meta (4,2%). O estado do Espírito Santo que apresenta 1,6% das contratações realizadas em 2014, não está compreendido no limite mínimo estabelecido (MI, 2012). No que se refere ao limite máximo, observa-se que, a exemplo de anos

anteriores, nenhum estado obteve volume de contratações superior a 30,0%, conforme recomendações internas do BNB (Tabela 32).

Considerando-se o período acumulado de 1989 a 2014, todos os estados atingiram o piso de 4,5%, com exceção do estado do Espírito Santo (1,2%), cuja região norte, composta por 28 municípios de um total de 78 do Estado, foi integrada à área de atuação do Banco do Nordeste no ano de 1999, iniciando-se, a partir desse ano, o atendimento pelo FNE, com dez anos de defasagem em relação aos demais estados da área de atuação do Banco. Contudo, conforme abordado no parágrafo anterior, essa unidade da federação está excluída do atendimento a esse limite mínimo de contratações (Tabela 33).

Nesse período, os estados que mais receberam recursos do FNE foram Bahia (R\$ 38,0 bilhões), Ceará (R\$ 23,4 bilhões), Pernambuco (R\$ 21,3 bilhões) e Maranhão (R\$ 16,2 bilhões) que, em conjunto, foram responsáveis por, aproximadamente, 64,9% do total dos valores contratados. A distribuição de recursos por estado está diretamente relacionada às bases econômicas dos mesmos que tendem a crescer e tornar cada vez mais equitativa essa distribuição de recursos, na área de atuação do FNE (Tabela 33).

Tabela 33– FNE – Contratações ⁽¹⁾ Acumuladas por Estado – Período: 1989 a 2014

Estado	Valores em R\$ Mil	
	Valor ⁽²⁾	%
Alagoas	7.323.914	4,8
Bahia	37.992.779	25,0
Ceará	23.404.947	15,4
Espírito Santo	1.757.102	1,2
Maranhão	16.159.458	10,6
Minas Gerais	7.420.871	4,9
Paraíba	8.362.413	5,5
Pernambuco	21.281.186	14,0
Piauí	10.925.371	7,2
Rio Grande do Norte	9.994.699	6,6
Sergipe	7.562.110	5,0
Total	152.184.850	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.2014. Exercícios de 1992 em diante - valores atualizados pelo IGP-DI, até 31.12.2014.

O número de beneficiários do FNE totalizou 1,3 milhão no exercício de 2014. O estado com o maior número de beneficiários foi a Bahia (280,2 mil),

seguido do Ceará (186,9 mil), Pernambuco (156,7 mil) e Maranhão (140,8 mil) (Tabela 34).

Tabela 34– FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Relação ao Número de Beneficiários – Exercício de 2014

Estado	Contratações (R\$ mil)	Nº. de Beneficiários	Distribuição do Crédito	
			R\$/Benef.	Ordem
Alagoas	574.595	75.426	7.618,00	9
Bahia	3.467.359	280.222	12.373,61	3
Ceará	1.664.447	186.918	8.904,69	7
Espírito Santo	215.242	1.964	112.456,64	1
Maranhão	1.327.663	140.835	9.427,08	6
Minas Gerais	553.930	132.032	4.195,42	11
Paraíba	549.588	111.729	4.918,94	10
Pernambuco	1.893.457	156.672	12.085,48	4
Piauí	1.124.780	133.708	8.412,21	8
Rio Grande do Norte	901.868	76.168	11.840,51	5
Sergipe	1.180.780	52.581	22.456,40	2
Total	13.453.709	1.348.205	9.978,98	-

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Com relação à distribuição de crédito, o valor médio contratado por beneficiário no exercício de 2014 foi de R\$ 9.978,98, 26,7% superior àquele do exercício de 2013 (R\$ 7.877,06). A maior relação crédito por beneficiário foi observada no estado do Espírito Santo (R\$ 112.456,64) cujo valor apresenta-se distante da média das três maiores relações contratação/beneficiário, em torno de R\$ 15.638,50, apresentada pelos estados de Sergipe, Bahia e Pernambuco, conforme a Tabela 34.

Considerando-se toda a área de atuação do FNE, a relação valor contratado por residente foi de R\$ 224,19 por habitante, aproximadamente 4,9% superior aos R\$ 213,73 por habitante, registrado em 2013. O estado do Sergipe apresentou a relação mais elevada, equivalente a R\$ 531,98/habitante, seguido pelos estados do Piauí (R\$ 352,07/habitante), Rio Grande do Norte (R\$ 264,59/habitante) e Espírito Santo (R\$ 233,57/habitante) (Tabela 35).

Tabela 35 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Relação à População Residente – Exercício de 2014

Unidade Geográfica	Valor Contratado (R\$ mil)	População (mil hab.)	Valor Contratado/População	
			R\$/Hab.	Ordem
Alagoas	574.595	3.322	172,98	10
Bahia	3.467.359	15.126	229,23	5
Ceará	1.664.447	8.843	188,23	9
Espírito Santo	215.242	922	233,57	4
Maranhão	1.327.663	6.851	193,79	7
Minas Gerais	553.930	2.902	190,89	8
Paraíba	549.588	3.944	139,35	11
Pernambuco	1.893.457	9.278	204,09	6
Piauí	1.124.780	3.195	352,07	2
Rio Grande do Norte	901.868	3.409	264,59	3
Sergipe	1.180.780	2.220	531,98	1
Área de Atuação do FNE	13.453.709	60.009	224,19	-

Fontes: 1 - BNB/Ambiente de Controle de Operações de Crédito; 2 - IBGE/Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 01.07.2014.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Os PIBs Rural e Industrial do Norte do Espírito Santo correspondem à soma dos municípios da área de atuação do FNE. (3) Os PIBs Rural e Industrial do Norte de Minas Gerais correspondem à soma dos municípios da área de atuação do FNE; (4) O PIB setorial corresponde ao Valor Adicionado Bruto de 2012 atualizado para Junho de 2014 pelo IGP-DI da FGV.

Tendo em vista avaliar o grau de importância do FNE para as economias estaduais, a Tabela 36 apresenta a comparação entre as riquezas geradas por cada unidade federativa e o valor contratado com recursos do FNE.

No setor primário, o FNE–Setor Rural representou aproximadamente 12,6% do PIB desse setor, gerado nos estados da área de atuação do FNE. Os estados em que o Fundo obteve maior relevância, em relação ao desempenho do setor primário foram Piauí, Ceará, Sergipe e Paraíba, em torno de 66,1%; 15,4%, 14,6% e 14,5%, respectivamente. No restante dos estados, exceto no Espírito Santo, a relação contratações no Setor Rural por PIB Rural ficou, em média, 11,0%. No caso do Espírito Santo, essa relação ficou em 1,9% (Tabela 36).

Tabela 36 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Relação ao PIB dos Estados – Exercício de 2014

Unidade Geográfica	FNE Setor Rural/PIB Setor Primário		FNE Setor Industrial/PIB Setor Secundário	
	%	Ordem	%	Ordem
Alagoas	7,7	10	4,4	2
Bahia	13,4	5	1,9	6
Ceará	15,4	2	1,4	7
Espírito Santo ⁽²⁾	1,9	11	2,8	5
Maranhão	9,4	9	1,1	10
Minas Gerais ⁽³⁾	9,7	8	0,5	11
Paraíba	14,5	4	1,2	9
Pernambuco	12,5	7	3,5	3
Piauí	66,1	1	3,0	4
Rio Grande do Norte	13,0	6	1,3	8
Sergipe	14,6	3	9,0	1
Área de Atuação do FNE	12,6	-	2,5	-

Fontes: 1 - BNB/Ambiente de Controle de Operações de Crédito; 2 - IBGE/Produto Interno Bruto dos Municípios 2012.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Os PIBs Rural e Industrial do Norte do Espírito Santo correspondem à soma dos municípios da área de atuação do FNE. (3) Os PIBs Rural e Industrial do Norte de Minas Gerais correspondem à soma dos municípios da área de atuação do FNE; (4) O PIB setorial corresponde ao Valor Adicionado Bruto de 2012 atualizado para Junho de 2014 pelo IGP-DI da FGV.

No setor secundário, a importância relativa do FNE Setor Industrial sobre o PIB do Setor Secundário foi de 2,5%, com participações mais expressivas apresentadas pelos estados de Sergipe (9,0%), Alagoas (4,4%), Pernambuco (3,5%) e Piauí (3,0%) (Tabela 36).

3.3.2 – Contratações no Semiárido e Fora do Semiárido

A área de atuação do FNE não incluía as regiões mineiras do Vale do Mucuri e do Vale do Jequitinhonha e, ainda, o Norte do Espírito Santo que foram incorporadas em 1999. Observa-se que essa unidade da federação, bem como alguns dos municípios do estado de Minas Gerais que compõem os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha estão localizados fora do semiárido, o que ocasionou uma ampliação na relação dessa zona climática e a área de atuação total do FNE.

O BNB atende ao dispositivo legal que estabelece a obrigatoriedade de aplicação mínima no semiárido de 50,0% dos ingressos de recursos anuais para o FNE, relação que ficou em 62,2% em 2014 (Tabelas 11 e 37).

No âmbito do FNE foram alocados R\$ 58,5 bilhões para esse espaço no período 1989 a 2014. As localidades fora do semiárido, especialmente o litoral, a Zona da Mata, e as áreas dos serrados nordestinas que compõem a nova fronteira agrícola do País localizadas no oeste da Bahia, sul do

Maranhão e sul do Piauí, por possuírem maior base econômica instalada, captaram recursos na ordem de R\$ 93,6 bilhões, nesse mesmo período.

No exercício de 2014, foram contratados, com recursos do FNE, R\$ 3,8 bilhões na região do semiárido nordestino. Aproximadamente, 881,3 mil pessoas e empresas foram favorecidas com recursos do FNE nesse espaço territorial, equivalendo a 65,4% do total de beneficiários do Fundo, no período em análise (Tabela 37).

Tabela 37 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Região – Exercício de 2014

Região	Nº. de Beneficiários	%	Valor
Semiárido	881.305	65,4	3.779.382
Fora do Semiárido	466.900	34,6	9.674.327
Total	1.348.205	100,0	13.453.709

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.3.2.1 – Ações Desenvolvidas para Incremento das Aplicações no Semiárido

O Banco do Nordeste adota ações sistemáticas no sentido de elevar a participação do FNE no semiárido brasileiro.

Para isso, além de buscar a integração de suas ações com as iniciativas governamentais, do setor produtivo e da sociedade em geral, o Banco busca promover a superação dos obstáculos ao desenvolvimento ainda presentes nessa região climática.

A Programação do FNE, por exemplo, é o instrumento normativo e de planejamento, direcionador dos financiamentos anuais desse fundo constitucional. Anualmente, é elaborada sob a coordenação do Banco do Nordeste com ativa participação da Sudene e do Ministério da Integração Nacional, além da contribuição dos governos estaduais, movimentos sociais e setores produtivos.

Para elevar as aplicações nessa sub-região, projetos que venham a se localizar no semiárido continuam sendo considerados, para efeito de aplicação do FNE, como prioritários, podendo contar com maiores limites de financiamento e prazos para pagamento.

Entretanto, a partir da Lei nº 12.793/2013, os encargos financeiros e o bônus de adimplência do FNE e dos demais fundos constitucionais de

financiamento passaram a ser estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Assim, por meio da Resolução CMN nº 4.297, de 30/12/2013, foi definido um bônus de adimplência de 15% sobre a taxa de juros vigente, independente da localização do empreendimento financiado (dentro ou fora do semiárido).

Desde 2013, foram incluídas para as Superintendências Estaduais, metas específicas no Programa de Ação do Banco para aplicação dos recursos do FNE no semiárido. Por meio da atribuição de pontuação específica por eficácia, o objetivo dessa ação foi estimular superintendências estaduais e agências a aplicarem recursos do FNE em empreendimentos localizados na região semiárida.

Além disso, foram realizados 100 eventos FNE Itinerante, em 2014, em municípios do semiárido. Tais eventos são voltados para promoção e divulgação das bases e condições dos programas de financiamento com recursos do fundo constitucional.

Continuam merecendo destaque as seguintes iniciativas:

- (a) **Plano Safra Semiárido:** O Banco do Nordeste participou ativamente da elaboração desse plano, que é uma extensão do Plano Safra da Agricultura Familiar e complementa as ações para garantir a segurança hídrica e produtiva nessa sub-região;
- (b) **Extensão do programa de exportação a empresas do semiárido:** Em sintonia com as diretrizes do Governo Federal voltadas a estimular as exportações e a geração de divisas, a Diretoria do Banco aprovou a ampliação das condições do programa Nordeste Exportação (NEXPORT) estendendo seu alcance para as empresas exportadoras de grande porte da Região, desde que localizadas no semiárido;
- (c) **Promoção de debates nos Estados para alavancar atividades econômicas no semiárido brasileiro:** Com a intenção de fortalecer cadeias produtivas no semiárido e, conseqüentemente, impulsionar os respectivos financiamentos, o Banco organiza ou participa, constantemente, de eventos para discutir as dificuldades, desafios e medidas para incentivar a ampliação do mercado de atividades econômicas desenvolvidas na região semiárida, interagindo suas ações creditícia e supletiva de instituição financeira de desenvolvimento, bem como articulando parcerias com várias instituições para complementação de ações;
- (d) **Apoio a projetos de pesquisa para introdução e avaliação de cultivos alternativos no semiárido:** A ideia é propiciar a aclimação de fruteiras de outras áreas às condições de semiaridez, a exemplo do cacau, pera e maçã.

Ao final desse exercício, foram contratadas 303.401 operações com recursos do FNE no semiárido, totalizando R\$ 3,8 bilhões.

3.3.3 – Contratações por Porte de Beneficiário

As ações do BNB estão pautadas pelo apoio prioritário aos empreendedores de mini, micro e pequenos negócios, com financiamento a programas de conteúdo tecnológico capazes de prover sustentabilidade econômica às suas atividades. Contudo, faz-se necessário considerar o potencial de alavancagem de negócios das empresas de médio e grande portes para os pequenos empreendimentos.

Nesse contexto, os empreendimentos de mini/micro, pequeno e pequeno-médio portes receberam 40,5% do total de recursos contratados do FNE, o que equivale a, aproximadamente, R\$ 61,7 bilhões, no período de 1989 a 2014. O somatório de contratações para clientes de médio porte alcançou cerca de R\$ 20,0 bilhões, ou seja, 13,2% do total contratado pelo Fundo. Os clientes de grande porte receberam R\$ 70,4 bilhões, o equivalente a 46,3% do total dos valores contratados no âmbito do FNE (Tabela 38).

Tabela 38 – FNE – Contratações⁽¹⁾ Acumuladas por Porte de Beneficiários – Período: 1989 a 2014

Valores em R\$ Mil		
Porte	Valor ⁽²⁾	%
Mini / Micro	51.455.769	33,8
Pequeno	6.855.408	4,5
Pequeno / Médio	3.411.919	2,2
Médio	20.050.851	13,2
Grande	70.410.903	46,3
Total	152.184.850	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.2014. Exercícios de 1992 em diante - valores atualizados pelo IGP-DI, até 31.12.2014.

Os empreendedores de mini/micro, pequeno portes predominaram em todos os setores atendidos pelo FNE, exceto no de Infraestrutura, no exercício de 2014, relativamente à quantidade de beneficiários.

Em termos absolutos, a maior quantidade de beneficiários do FNE se verificou no Setor Rural (1,3 milhão), segmento que registra 99,4% dos beneficiários responsáveis por empreendimentos que pertencem à categoria

de mini/micro porte e 98,0% do total de beneficiários do Fundo no exercício de 2014 (Tabela 39).

Os beneficiários de pequeno-médio, médio e grande portes não tiveram participação significativa no total de beneficiários atendidos pelo FNE, em 2014 (Tabela 39).

Quanto aos valores contratados no exercício de 2014, 47,3% dos recursos do FNE foram destinados aos mini/micro, pequenos e pequeno-médios produtores, perfazendo um total de R\$ 6,4 bilhões. Os valores para estes portes de empreendedores foram mais expressivos nos setores Rural (R\$ 3,6 bilhões) e Comércio e Serviços (R\$ 2,1 bilhões), conforme a Tabela 40.

Os produtores de porte médio, no exercício de 2014, obtiveram recursos da ordem de R\$ 1,8 bilhão. A participação dos produtores de grande porte no volume de recursos contratados foi de R\$ 5,3 bilhões (Tabela 40).

Tabela 39 – FNE – Beneficiários por Porte e Setor – Exercício de 2014

Porte	Rural		Agroindustrial		Industrial		Turismo		Infraestrutura		Comércio e Serviços		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Mini / Micro	1.312.760	99,4	24	15,6	598	17,8	212	31,6	-	-	6.427	28,0	1.320.021	97,9
Pequeno	6.288	0,5	87	56,5	2.145	64,0	390	58,1	-	-	14.444	62,8	23.354	1,7
Pequeno / Médio	1.469	0,1	17	11,0	343	10,2	43	6,4	-	-	1.415	6,2	3.287	0,2
Médio	452	0,0	18	11,7	190	5,7	25	3,7	-	-	595	2,6	1.280	0,1
Grande	56	-	8	5,2	77	2,3	1	0,2	4	100,0	117	0,5	263	0,0
Total	1.321.025	100,0	154	100,0	3.353	100,0	671	100,0	4	100,0	22.998	100,0	1.348.205	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 40– FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Porte dos Beneficiários e Setor – Exercício de 2014

													Valores em R\$ Mil	
Porte	Rural	%	Agroin- dustrial	%	Indústria	%	Turis- mo	%	Infraes- trutura	%	Comércio e Serviços	%	Total	%
Mini / Micro	2.510.454	49,2	1.469	3,2	39.237	1,1	12.063	2,5	-	-	238.067	6,1	2.801.290	20,8
Pequeno Pequeno / Médio	537.636	10,5	15.582	33,8	312.056	8,5	82.344	16,9	-	-	1.477.405	37,7	2.425.023	18,0
	583.048	11,4	7.022	15,2	135.266	3,7	46.746	9,6	-	-	370.422	9,5	1.142.504	8,5
Médio	556.285	10,9	13.081	28,3	157.156	4,3	335.953	68,8	-	-	757.702	19,4	1.820.177	13,5
Grande	914.772	17,9	9.010	19,5	3.023.444	82,4	11.362	2,3	233.610	100,0	1.072.517	27,4	5.264.715	39,1
Total	5.102.195	100,0	46.164	100,0	3.667.159	100,0	488.468	100,0	233.610	100,0	3.916.113	100,0	13.453.709	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.3.4 – Municípios Atendidos pelo FNE

A área de abrangência do FNE é composta por 1.990 municípios e a totalidade dos municípios foi atendida com recursos do Fundo neste exercício de 2014, demonstrando a amplitude da abrangência territorial do FNE, em todos os estados (Tabela 41).

Tabela 41 – FNE – Distribuição Territorial dos Recursos – Exercício de 2013

Estado	Nº. de Municípios da Área de Atuação do FNE (A)	Nº. de Municípios Atendidos pelo FNE (B)	B/A (%)
Alagoas	102	102	100,0
Bahia	417	417	100,0
Ceará	184	184	100,0
Espírito Santo	28	28	100,0
Maranhão	217	217	100,0
Minas Gerais	168	168	100,0
Paraíba	223	223	100,0
Pernambuco ⁽¹⁾	185	185	100,0
Piauí	224	224	100,0
Rio Grande do Norte	167	167	100,0
Sergipe	75	75	100,0
Total	1.990	1990	100,0

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - ETENE.

Nota: (1) O Território Estadual de Fernando de Noronha está contido nessa estatística como município.

Territorialmente, o FNE difundiu-se de forma mais intensa no Setor Rural, estando presente em 96,3% da sua área de atuação, o que corresponde a 1.917 municípios atendidos. Destacam-se, também, as contratações efetuadas em 1.466 municípios no Setor Comércio e Serviços, equivalente a 73,7% da área de abrangência do Fundo (Tabela 42).

Tabela 42– FNE – Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos – Exercício de 2014

Setor	Nº. de Municípios Atendidos pelo FNE no Período	% em Relação ao Nº. de Municípios da Área de Atuação do FNE
1-Rural	1.917	96,3
2-Agroindustrial	83	4,2
3-Industrial	529	26,6
4-Infraestrutura	3	0,2
5-Comercial	1.466	73,7
6-Turismo	211	10,6

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Ao analisar as contratações por faixa de valor, verifica-se que o FNE destinou até R\$ 500,0 mil para 339 municípios no exercício de 2014. Na faixa de R\$501,0 mil a R\$10,0 milhões, 1.478 municípios receberam recursos, enquanto que 173 municípios receberam recursos acima de R\$ 10,0 milhões (Tabela 43).

Tabela 43 – FNE – Distribuição Territorial dos Recursos por Faixa de Valor Contratado – Exercício de 2014

Faixa de Valor Contratado	Nº. de Municípios Atendidos pelo FNE no Período ⁽¹⁾	% em Relação ao Total de Municípios Atendidos pelo FNE
R\$ 1 a R\$ 100 mil	41	2,1
de R\$ 101 mil a R\$ 500 mil	298	15,0
de R\$ 501 mil a R\$ 1 milhão	411	20,7
> R\$ 1 milhão a R\$ 10 milhões	1.067	53,6
> R\$ 10 milhões a R\$ 100 milhões	150	7,5
> R\$ 100 milhões a 500 milhões	20	1,0
> R\$ 500 milhões	3	0,2
Total	1.990	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) O enquadramento dos municípios por faixa ocorre nas operações de maior valor. Assim, se um município obteve 2 operações de empréstimos, sendo uma de R\$ 1 mil e a segunda de R\$ 100 mil, o enquadramento desse município ocorrerá na faixa 2.

Quanto à quantidade de operações por tipo de município, a Tabela 44 indica que os municípios de baixa e média rendas realizaram 98,1% de todas as operações do Fundo, no exercício de 2014. No que se refere aos valores contratados, nesse mesmo período, a maior parte destinou-se aos municípios de média renda (R\$ 7,6 bilhões ou 56,7% dos recursos contratados).

Tabela 44 – FNE – Contratações por Tipo de Município ⁽¹⁾ – Exercício de 2014

Tipologia	Quantidade de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor Contratado (em R\$ mil)	%
Alta Renda ⁽⁵⁾	8.758	1,9	3.351.169	24,9
Baixa Renda ⁽²⁾	140.250	29,9	2.481.630	18,4
Dinâmico de Média Renda ⁽⁴⁾	161.838	34,5	3.333.293	24,8
Estagnado de Média Renda ⁽³⁾	158.065	33,7	4.287.617	31,9
Total	468.911	100,0	13.453.709	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: **(1)** Classificação Municipal de Renda dos Municípios. **(2)** Baixa Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 16% a 33% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. **(3)** Estagnado de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. **(4)** Dinâmica de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% a 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998. **(5)** Alta Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante seja de no mínimo 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998.

3.4 – Repasses do FNE a Outras Instituições

Em conformidade com o artigo 9º, da Lei Nº 7.827 de 1989, que institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), os bancos administradores poderão repassar recursos dos fundos constitucionais a outras instituições autorizadas a funcionar, pelo Banco Central do Brasil, com comprovada capacidade técnica e com estruturas operacional e administrativa aptas a realizar, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, programas de crédito especificamente criados com essa finalidade, desde que observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional (Redação dada pela Lei nº 10.177, de 12.01.2001).

Assim, com o objetivo de ampliar ainda mais a capilaridade do FNE, o Banco do Nordeste vem repassando recursos a algumas instituições financeiras. No exercício de 2014, as duas instituições que receberam repasses de recursos do FNE absorveram cerca de R\$ 29,2 milhões. O Banco do Estado de Sergipe (Banese) destaca-se tanto em relação ao número de operações contratadas, com 93,5% do total, quanto em relação aos valores contratados, com 67,8% do total repassado às instituições financeiras (Tabela 45).

Tabela 45– FNE – Bancos Repassadores – Contratações⁽¹⁾ – Exercício de 2014

Valores em R\$ Mil					
UF	Bancos Repassadores	Nº. de Operações	%	Valor Contratado	%
RN	Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN)	-	-	-	-
SE	Banco do Estado de Sergipe (Banese)	43	93,5	19.782	67,8
BA	Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia)	3	6,5	9.375	32,2
MG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - (BDMG)	-	-	-	-
Total		46	100,0	29.157	100,0

Fontes: AGN, Banese, BDMG e Desenbahia.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Em relação à distribuição setorial dos recursos contratados, 62,5% foram destinados ao Setor Comércio e Serviços. Destaca-se, também, o Setor Rural que atingiu 25,8% do valor total contratado pelos bancos repassadores (Tabela 46).

Tabela 46 – FNE – Bancos Repassadores – Desempenho Operacional – Contratações ⁽¹⁾ Exercício de 2014

Valores em R\$ Mil				
Setor / Programa	Nº. de Operações	Contratações		
		Quant. Beneficiários	Valor	%
RURAL	32	32	7.507	25,8
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL) e Outros	31	31	6.030	20,7
Programa de Financ. à Agricultura Irrigada (FNE-IRRIGAÇÃO)	1	1	1.477	5,1
INDUSTRIAL E TURISMO	1	1	3.425	11,8
Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste (INDUSTRIAL)	1	1	3.425	11,8
COMÉRCIO E SERVIÇOS	13	13	18.225	62,5
Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços (COMÉRCIO E SERVIÇOS)	13	13	18.225	62,5
Total	46	46	29.157	100,0

Fontes: AGN, Banese, BDMG, Desenbahia.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Conforme pode ser observado na Tabela 47, a pecuária absorveu grande parte dos recursos destinados ao Setor Rural (68,1%). O montante de quase R\$ 5,0 milhões foi aplicado na bovinocultura e as atividades

relacionadas à Agricultura de Sequeiro absorveram 31,9% dos recursos destinados ao Setor.

Tabela 47 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade no Setor Rural – Exercício de 2014

Atividade	Nº. de Operações	Valores em R\$ Mil	
		Valor	%
PECUÁRIA	28	5.109	68,1
Avicultura	1	144	1,9
Bovinocultura	27	4.965	66,1
AGRICULTURA DE SEQUEIRO	4	2.398	31,9
Fruticultura	3	921	12,3
Cultivo de Soja	1	1.477	19,7
Total	32	7.507	100,0

Fontes: AGN, Banese, BDMG, Desenbahia.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Levando-se em consideração o financiamento no Setor Industrial (Tabela 48), os recursos foram integralmente aplicados na atividade de Fabricação de Peças Automotores.

Tabela 48 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Industrial e Turismo – Exercício de 2014

Atividade	Nº. de Operações	Valores em R\$ Mil	
		Valor	%
BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS	1	3.425	100,0
Fabricação de Peças Automotores	1	3.425	100,0
Total	1	3.425	100,0

Fontes: AGN, Banese, BDMG, Desenbahia.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

O Setor de Comércio absorveu aproximadamente R\$ 5,1 milhões, ou seja, 27,9% do total de recursos repassados para o Setor de Comércio e Serviços. Grande parte destes recursos, R\$ 4,5 milhões, foi destinada à atividade de Comércio Atacadista. No caso do Setor de Serviços, este absorveu R\$ 13,1 milhões, representando 72,1% do total das contratações no Setor de Comércio e Serviços (Tabela 49).

Tabela 49– FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade no Setor de Comércio e Serviços – Exercício de 2014

Valores em R\$ Mil			
Atividade	Nº. de Operações	Valor	% Setor
COMÉRCIO	4	5.085	27,9
Comércio Varejista	3	612	3,4
Comércio Atacadista	1	4.473	24,5
SERVIÇOS	9	13.140	72,1
Alimentação	3	968	5,3
Transporte	4	1.768	9,7
Outros	2	10.404	57,1
Total	13	18.225	100,0

Fontes: AGN, Banese, BDMG, Desenbahia.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Sob a perspectiva das regiões climáticas (Tabela 50), as áreas geográficas localizadas fora do semiárido absorveram 96,3% do volume de recursos contratados por meio das instituições repassadoras.

Tabela 50– FNE – Bancos Repassadoros – Contratações ⁽¹⁾ por Região – Exercício de 2014

Valores em R\$ Mil				
Área	Nº. de Beneficiários	%	Valor ⁽¹⁾	%
Semiárido	8	17,4	1.090	3,7
Fora do Semiárido	38	82,6	28.067	96,3
Total	46	100,0	29.157	100,0

Fontes: AGN, Banese, BDMG, Desenbahia.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Considerando-se o perfil dos beneficiários destas operações de crédito, verifica-se que a maioria encontra-se na categoria de mini/micro, pequeno e pequeno-médio produtores (89,1%). Outro aspecto a considerar é que do total de beneficiários, 69,6% desenvolvem atividades rurais (Tabela 51).

Tabela 51– FNE – Bancos Repassadoros – Beneficiários por Porte e Setor – Exercício de 2014

Porte/Setor	Rural		Industrial/Turismo		Comércio e Serviços		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Mini / Micro	-	-	-	-	3	23,1	3	6,5

Pequeno	31	96,9	-	-	7	53,9	38	82,6
Pequeno Médio	-	-	-	-	-	-	-	-
Médio	-	-	-	-	2	15,4	2	4,4
Grande	1	3,1	1	100,0	1	7,7	3	6,5
Total	32	100,0	1	100,0	13	100,0	46	100,0

Fontes: AGN, Banese, BDMG, Desenbahia.

No que concerne ao volume de recursos contratados segundo o porte dos beneficiários, constata-se que 31,8% do montante financiado foram destinados a mini/micro, pequeno e pequeno-médio produtores. As empresas de porte médio absorveram 36,0% dos recursos e as grandes empresas apenas 32,2% dos recursos repassados (Tabela 52).

Tabela 52– FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Porte e Setor do Beneficiário – Exercício de 2014

Porte	Valores em R\$ Mil			
	Rural	Industrial/ Turismo	Comércio e Serviços	Total
Mini / Micro	-	-	930	930
Pequeno	6.030	-	2.322	8.352
Pequeno / Médio	-	-	-	-
Médio	-	-	10.500	10.500
Grande	1.477	3.425	4.473	9.375
Total	7.507	3.425	18.225	29.157

Fontes: AGN, Banese, BDMG, Desenbahia.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Na posição de 31.12.2014, o saldo devedor total das instituições repassadoras é de R\$ 164,9 milhões, contra R\$ 165,9 milhões do exercício anterior. Quanto à pontualidade no reembolso dos créditos, o BDMG e o Banese mantêm-se com 100% de adimplência. Por outro lado, o maior percentual de inadimplência apresentado pelas instituições repassadoras dos recursos do FNE foi observado na AGN onde a inadimplência aumentou de 2,8% em 2013 para 10,0% em 2014 (Tabela 53).

Tabela 53– FNE – Bancos Repassadores – Saldos Devedores e Inadimplência – Exercício de 2014

Setor	Instituições Repassadoras											
	AGN			BANESE			DESENBÁHIA			BDMG		
	Saldo Aplicações	Saldo Atraso	% inad	Saldo Aplicações	Saldo Atraso	% inad	Saldo Aplicações	Saldo Atraso	% inad	Saldo Aplicações	Saldo Atraso	% inad
Rural	62	-	-	23.188	-	-	3.981	537	13,5	-	-	-
Agroindustrial	946	168	17,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Industrial/Turismo	407	-	-	13.952	-	-	14.499	3.590	24,8	-	-	-
Infraestrutura	-	-	-	-	-	-	28.655	-	-	-	-	-
Comércio/Serviços	2.404	212	8,8	23.115	-	-	33.628	2.533	7,5	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.083	-	-
TOTAL	3.819	380	10,0	60.255	-	-	80.763	6.660	8,2	20.083	-	-

Fontes: AGN, Banese, BDMG, Desenhahia.

Tendo em vista a distribuição espacial dos recursos do FNE, os financiamentos realizados pelos bancos repassadores alcançaram 23 municípios da área de atuação do FNE (Tabela 54). Nesse contexto, o Setor Rural atendeu maior número de municípios (91,3%). Os municípios que receberam maior volume de recursos foram Itabaiana (SE), Jaborandi (BA) e Eunápolis (BA), com respectivamente 34,9%, 16,8% e 15,3% do total de recursos contratados pelos bancos repassadores (Tabelas 54 e 55).

Tabela 54 – FNE – Bancos Repassadores – Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos – Exercício de 2014

Setores/Programas	Nº de Municípios Atendidos ⁽¹⁾
Rural	21
Industrial	1
Comércio/Serviços	6

Fontes: AGN, Banese, BDMG, Desenbahia.

Nota: Um mesmo município pode ter contratado operações em mais de um setor.

Tabela 55 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Município – Exercício de 2014

Município	Valores em R\$ Mil	
	Valor Contratado	%
JABORANDI (BA)	4.902	16,8
ARACAJU (SE)	2.759	9,5
AREIA BRANCA (SE)	332	1,1
BARRA DOS COQUEIROS (SE)	941	3,2
CAMPO DO BRITO (SE)	95	0,3
CARIRA (SE)	158	0,5
CUMBE (SE)	217	0,7
ESTANCIA (SE)	326	1,1
EUNÁPOLIS (BA)	4.473	15,3
FREI PAULO (SE)	249	0,9
INDIAROA (SE)	219	0,8
ITABAIANA (SE)	10.160	34,9
ITAPORANGA D'AJUDA (SE)	427	1,5
MOITA BONITA (SE)	46	0,2
MURIBECA (SE)	105	0,4
NOSSA SENHORA DAS DORES (SE)	63	0,2
PIRAMBU (SE)	106	0,4
RIACHÃO DO DANTAS (SE)	42	0,1
SALGADO (SE)	712	2,4
SANTA LUZIA DO ITANHY (SE)	2.125	7,3
SÃO CRISTOVÃO (SE)	110	0,4
SIMÃO DIAS (SE)	402	1,4
SIRIRI (SE)	188	0,6

TOTAL	29.157	100,0
--------------	---------------	--------------

Fontes: AGN, Banese, BDMG, Desenbahia.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.5 – Prioridades Definidas pelo Condel/Sudene para a Aplicação do FNE

Compete ao Condel/Sudene estabelecer anualmente as diretrizes e prioridades para aplicação dos recursos do FNE, observadas as diretrizes e orientações gerais do Ministério da Integração Nacional (MI).

Dessa forma, a Resolução nº 074/2013, de 13/12/2013, do Condel/Sudene aprovou as Diretrizes e Prioridades do FNE, para o exercício 2014.

O presente item retrata o monitoramento de tais prioridades para o referido exercício.

3.5.1 – Prioridades Espaciais

I. Apoio a Arranjos Produtivos Locais (APLs)

Conforme pode ser observado na Tabela 56, foram contratados, durante o ano de 2014, R\$ 93,5 milhões em projetos relacionados a arranjos produtivos locais. Nesse sentido, diversas atividades produtivas foram financiadas, em todos os Estados que compõem a atuação do FNE, com destaque para os APLs de Fruticultura, localizados nos municípios de Petrolina/PE e Juazeiro/BA, que juntos tiveram participação de 38,9% nos valores contratados. Vale ressaltar que essa região se constitui em um dos principais produtores de frutas do país. Em seguida se destaca o APL de Leite e Derivados, localizado em Açailândia/MA, que absorveu 27,2% dos recursos.

Tabela 56 – FNE – Contratações⁽¹⁾ em Arranjos Produtivos Locais – APLs – Exercício de 2014

Estado	APL	Produto	Nº. de Operações	Valores em R\$ Mil		
				%	Valor	%
AL	Mandioca no Agreste Alagoano - Arapiraca	Mandioca	15	0,5	62	0,1
	Ovinocaprinocultura - Delmiro Gouveia	Carne	27	0,9	114	0,1
	Laticínios do Sertão Alagoano - Major Isidoro	Leite	432	13,7	3.770	4,0
BA	Fruticultura - Juazeiro	Manga/Uva	91	2,9	8.774	9,4
	Transformação Plástica - Salvador	Transformação Plástica	1	0,0	140	0,2
	Caprinocultura - Senhor do Bonfim	Carne	4	0,1	65	0,1
CE	Cajucultura - Aracati	Castanha	172	5,5	823	0,9
	Calçados - Juazeiro do Norte	Calçados	21	0,7	2.905	3,1
	Bovinocultura Leiteira - Morada Nova	Leite	434	13,8	4.621	4,9
	Ovinocaprinocultura - Tauá	Carne	73	2,3	662	0,7
PB	Couro e calçados - Campina Grande	Calçados	9	0,3	1.174	1,3
	Ovinocaprinocultura do semiárido Paraibano - Serraria	Carne	104	3,3	496	0,5
ES	Café Conilon da Região Nordeste - São Gabriel da Palha	Café	4	0,1	160	0,2
MA	Leite e Derivados - Açailândia	Leite	125	4,0	25.473	27,2
	Leite e Derivados - Bacabal	Leite	123	3,9	4.623	4,9
	Ovinocaprinocultura - Chapadinha	Carne	106	3,4	541	0,6
MG	Fruticultura Irrigada - Janaúba	Banana / Citrus (Laranja / Limão)	5	0,2	530	0,6
PE	Confecções - Caruaru	Jeans	90	2,9	409	0,4
	Laticínios - Garanhuns	Leite	491	15,6	2.230	2,4
	Fruticultura - Petrolina	Manga / Uva	59	1,9	27.567	29,5
PI	Leite e Derivados da Região Norte - Parnaíba	Leite e Derivados	7	0,2	932	1,0
	Apicultura - Picos	Apicultura	16	0,5	123	0,1
	Cajucultura - Picos	Castanha	1	0,0	15	0,0

	Ovinocaprinocultura - Teresina	Corte	34	1,1	430	0,5
	Cerâmica - Assú	Olaria (Tijolo / Telha)	10	0,3	628	0,7
RN	Fruticultura - Assú	Todas as Frutas	32	1,0	675	0,7
	Laticínios - Caicó	Leite	211	6,7	2.332	2,5
	Tecelagem do Seridó - Jardim das Piranhas	Pano de Prato	1	0,0	18	0,0
	Cerâmica Vermelha - Itabaianinha	Tijolos, Telhas	1	0,0	198	0,2
SE	Mandioca - Lagarto	Mandioca	18	0,6	62	0,1
	Pecuária de Leite - N. S. da Glória	Leite	436	13,8	2.958	3,2
Total			3.153	100,0	93.510	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

II. Projetos que se Localizem nos Espaços Reconhecidos como Prioritários pela PNDR

Ver item 3.6

3.5.2 – Prioridades Setoriais

I. Apoio Preferencial a Agricultores Familiares e Mini e Micro Produtores Rurais, Empreendedores Individuais e às Micro e Pequenas Empresas, e às suas Associações e Cooperativas bem como empreendimentos localizados em municípios com situação de emergência ou de calamidade pública reconhecida pelo Ministério da Integração Nacional, em decorrência de seca ou estiagem;

I.I Apoio a agricultores familiares,

Ver item 3.1.1.1

I.II Apoio aos mini e micro produtores rurais, às micro e pequenas empresas e às suas associações e cooperativas

De acordo com a Tabela 57, foram destinados a essa prioridade, aproximadamente, R\$ 3,1 bilhões, distribuídos em 32.560 operações. Nesse segmento de beneficiários do FNE, destaque para o Setor Comércio e Serviços que efetivou 64,1% das operações, sendo responsável por 54,8% dos recursos contratados. Em seguida aparece o Setor Rural com participação de 25,3% no número de cotratos e de 30,4% nos valores alocados dentro dessa prioridade.

Tabela 57– FNE – Contratações ⁽¹⁾ com Mini, Micro e Pequenos Produtores Rurais⁽²⁾/Empresas – Exercício de 2014

Setores	Nº. de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Rural	8.233	25,3	950.520	30,4
Cooperativas/Associações	1	-	287	0,0
Demais	8.232	25,3	950.233	30,4
Agroindustrial	111	0,3	17.050	0,5
Cooperativas/Associações	-	-	-	-
Demais	111	0,3	17.050	0,5
Industrial	2.743	8,4	351.293	11,2
Cooperativas/Associações	-	-	-	-
Demais	2.743	8,4	351.293	11,2
Turismo	602	1,9	94.407	3,0
Cooperativas/Associações	-	-	-	-
Demais	602	1,9	94.407	3,0
Infraestrutura	-	-	-	-
Demais	-	-	-	-
Comércio e Serviços	20.871	64,1	1.715.472	54,8
Cooperativas/Associações	-	-	-	-
Demais	20.871	64,1	1.715.472	54,8
Cooperativas/Associações	1	-	287	-
Demais	32.559	100,0	3.128.455	100,0
Total	32.560	100,0	3.128.742	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exclusive operações com agricultores familiares.

I.III Apoio aos empreendedores individuais

O Programa FNE Empreendedor Individual (FNE EI) tem como objetivo fomentar o desenvolvimento dos empreendedores individuais, contribuindo para o fortalecimento e aumento da competitividade desse segmento. Nesse contexto, foram contratados no âmbito desse Programa R\$ 11,6 milhões, distribuídos em 1.033 operações. O Setor Comércio e Serviços é o grande responsável pelas contratações nessa prioridade, com participação de 87,3% dos recursos contratados. (Tabela 58).

Tabela 58– FNE – Contratações ⁽¹⁾ com Empreendedores Individuais – Exercício de 2014

Setor	Nº de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Agroindustrial	2	0,2	16	0,1
Turismo	34	3,3	397	3,4
Industrial	95	9,2	1.062	9,2
Comércio e Serviços	902	87,3	10.120	87,3
Total	1.033	100,0	11.595	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

II. Expansão, Diversificação e Modernização da Base Econômica Regional

II.I Infraestrutura;

Ver item 3.1.6

II.II Cadeia produtiva de veículos automotores, inclusive veículos pesados, enfocando a formação de rede de pequenos e médios fornecedores regionais;

Neste item serão tratados os projetos relacionados à atividade da Indústria de Transportes. Como pode ser observado na Tabela 59, foram contratadas 23 operações nessa prioridade, sendo que o produto Fabricação de Cabines, Carrocerias e Reboques para caminhão se destaca, obtendo participação de 79,1%, dos valores contratados.

Tabela 59– FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ na Indústria Automotiva – Exercício de 2014

Produto	Nº de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Fab. Cabines, carrocerias e reboques para caminhão.	15	65,2	10.194	79,1
Fab. de Peças e Acessórios	6	26,1	2.511	19,5
Fab. Carrocerias para ônibus	1	4,3	137	1,1
Fab Cabines, carrocerias, e reboques para veículos automotores, exceto caminhões e ônibus	1	4,3	50	0,4
	23	100,0	12.892	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

II.III Agroindústria;

Ver item 3.1.2

II.IV. Indústria química (excluídos os explosivos), petroquímicos e biocombustíveis;

A Tabela 60 mostra os projetos relacionados à Indústria Química, Petroquímica e de Biocombustíveis. Nessa prioridade foram efetivadas 27 operações que resultaram em R\$ 268,3 milhões contratados. A fabricação de produtos intermediários para resinas e fibras foi a grande responsável pelas contratações nessa prioridade com participação de 74,5% dos recursos.

Tabela 60 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ na Indústria Química, Petroquímica e Biocombustíveis – Exercício de 2014

Atividade	Nº de Operações	Valores em R\$ Mil	
		Valor	%
Usina de Alcool	3	62.742	23,4
Fab .Prod. Quim. Orgânicos, Exceto Petroquímicos Básicos e Intermediários p/ Resinas	10	3.274	1,2
Fabricação de desinfetantes domissanitários	3	1.229	0,5
Fab. Intermediários p/Resinas e Fibras	1	200.000	74,5
Outras Atividades	10	1.092	0,4
Total	27	268.337	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

II.V. Metalurgia, siderurgia e mecânica;

Conforme a Tabela 61 foram alocados para esta prioridade R\$ 221,1 milhões. A atividade de fabricação de embalagens metálicas foi responsável pelo maior volume de recursos dentre as atividades da Indústria Metal-Mecânica, tendo contratado o R\$ 100,2 milhões¹¹.

Tabela 61– FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ na Indústria Metal-Mecânica e Siderúrgica – Exercício de 2014

Segmento	Nº de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Ind. Metal-Mecânica	226	97,8	144.898	65,5
Ind. Siderúrgica	5	2,2	76.226	34,5
Total	231	100,0	221.124	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e desembolsar.

¹¹ Base do Ativo do BNB.

II.VI. Extração de minerais metálicos e não metálicos;

De acordo com a Tabela 62, nesta prioridade foi alocado o maior volume de recursos nas atividades relativas à extração de minerais não metálicos (93,8%). O bom desempenho dessa atividade deve-se aos investimentos realizados para extração de minerais para fabricação de adubos, fertilizantes e produtos químicos que contratou R\$ 125,9 milhões¹².

Tabela 62– FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ no Setor da Indústria Extrativa de Minerais – Exercício de 2014

Atividade	Nº. de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Extração de Minerais Metálicos	13	32,5	125.980	93,8
Extração de Minerais Não Metálicos	27	67,5	8.316	6,2
Total	40	100,0	134.296	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

II.VII. Pecuária;

Ver item 3.1.1

II.VIII. Agricultura

Ver item 3.1.1

II.X. Turismo;

Ver item 3.1.4

II.XII. Indústria de calçados e artefatos, mobiliários, confecções, inclusive artigos de vestuários;

No exercício de 2014, o BNB financiou, através do FNE, 1.125 operações relacionadas às indústrias de calçados, de mobiliários e de vestuário e acessórios, totalizando R\$ 159,5 milhões.

Importante destacar que nessa prioridade 54,3%¹³ dos recursos foram destinados a empresas instaladas na Região Semiárida, evidenciando a importância dessas atividades para o desenvolvimento dos municípios localizados nesse espaço sub-regional (Tabela 63).

¹² Base do Ativo do BNB.

¹³ Base do Ativo do BNB.

Tabela 63– FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ nas Indústrias de Calçados, Mobiliários e Vestuário e Acessórios – Exercício de 2014

Atividade	Produto	Qtde Oper	Valores em R\$ Mil			
			%	Valor	%	
Indústria de Calçados		73	6,5	10.431	6,5	
	Calçados de Couro	27	2,4	2.848	1,8	
	Calçados de Tecidos, Fibras, Madeira ou Borracha	20	1,8	3.171	2,0	
	Partes para calçados, de qualquer material	17	1,5	3.543	2,2	
	Outras Atividades	9	0,8	869	0,5	
Indústria de Mobiliário		283	25,2	81.793	51,3	
	Colchões	18	1,6	40.145	25,2	
	Moveis com predominância de metal	31	2,8	6.760	4,2	
	Moveis estofados	21	1,9	4.338	2,7	
	Móveis com Predominância de Madeira	181	16,1	29.450	18,5	
	Outras Atividades	32	2,8	1.100	0,7	
Indústria de Vestuário e Acessórios		769	68,4	67.228	42,2	
	Vestuário, exceto roupas íntimas e as confecções sob medida	238	21,2	20.832	13,1	
	Confecção de roupas íntimas	41	3,6	3.109	1,9	
	Artigos do Vestuário	344	30,6	32.051	20,1	
	Acessórios do Vestuário	29	2,6	5.441	3,4	
	Bijuterias	4	0,4	1.283	0,8	
	Facção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	45	4,0	2.130	1,3	
	Estamparia e texturização em fios, tecidos, etc.	5	0,4	1.275	0,8	
	Outras Atividades	63	5,6	1.107	0,7	
Total		1.125	100,0	159.452	100,0	

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

III. Apoio aos setores exportadores regionais;

No segmento relacionado às exportações regionais, de acordo com a Tabela 64, foram contratados aproximadamente R\$ 20,5 milhões. As contratações no Setor Comércio e Serviços foram realizadas, exclusivamente, na atividade comércio atacadista (R\$ 1,1 milhão¹⁴). No Setor Industrial, as atividades de processamento e beneficiamento de castanha de caju foi a principal responsável pelas contratações, tendo contratado R\$12,5 milhões¹⁵.

¹⁴ Base do Ativo.

¹⁵ Base do Ativo.

Tabela 64 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ no Setor de Exportação – Exercício de 2014

Setores	Nº. de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Industrial	11	78,6	19.443	94,6
Comércio e Serviços	3	21,4	1.100	5,4
Total	14	100,0	20.543	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

IV. Instalação de uma base produtiva contemplando setores/atividades portadoras de futuro

Dentro dessa prioridade foram identificados os projetos relacionados às atividades de Informática e da Indústria de Medicamentos. Nesse sentido, o Banco do Nordeste contratou aproximadamente R\$ 9,7 milhões dentro das opções estratégicas da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), conforme demonstrado na Tabela 65.

Tabela 65– FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Segmento de Informática e Medicamentos – Exercício de 2014

Atividade	Nº de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Medicamentos	5	8,5	7.039	72,3
Informática	54	91,5	2.701	27,7
Total	59	100,0	9.740	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.6 – O FNE no Contexto da PNDR

I. Projetos localizados no Semiárido

Ver item 3.3.2

II. Projetos localizados nas sub-regiões prioritárias da PNDR.

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) tem como objetivo reduzir as desigualdades regionais e ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões no País. Especificamente, esta Política se propõe: i) a dotar as regiões das condições necessárias de infraestrutura,

crédito e tecnologia para o aproveitamento de oportunidades econômico-produtivas promissoras para seu desenvolvimento; ii) a promover a inserção social produtiva da população, a capacitação dos recursos humanos e a melhoria da qualidade da vida em todas as regiões; iii) a fortalecer as organizações socioprodutivas regionais, com a ampliação da participação social e estímulo a práticas políticas de construção de planos e programas sub-regionais de desenvolvimento; e iv) a estimular a exploração das potencialidades sub-regionais que advêm da magnífica diversidade socioeconômica, ambiental e cultural do País (BRASIL, 2010).

A PNDR adotou uma metodologia na intenção de qualificar, por tipologia, as sub-regiões objetos de sua política, utilizando as seguintes variáveis:

- a) Rendimento Médio Mensal por Habitante, englobando todas as fontes declaradas (salários, benefícios e pensões); e
- b) Taxa Geométrica de Variação dos Produtos Internos Brutos Municipais por habitante.

Assim, foram definidos quatro tipos de sub-regiões, a saber: 1 - Sub-regiões de Alta Renda; 2 - Sub-regiões Dinâmicas; 3 - Sub-regiões Estagnadas; e 4 - Sub-regiões de Baixa Renda, sendo consideradas como áreas prioritárias as microrregiões pertencentes às sub-regiões 2, 3 e 4.

O BNB vem priorizando a distribuição de recursos nas sub-regiões prioritárias da PNDR. Dessa forma, nessa prioridade, foram aplicados no exercício de 2014, 75,1% dos recursos contratados pelo Fundo (Tabela 46).

Os municípios enquadrados na tipologia *Dinâmica* foram responsáveis pelo maior número de operações (34,5%), vindo logo em seguida as tipologias *Estagnada* (33,7%) e *Baixa Renda* (29,9%) (Tabela 46).

Quanto ao volume de recursos contratados, a tipologia *Estagnado de Média Renda* ficou com a maior participação (31,9%). Esse aspecto pode ser um fator positivo ao considerarmos que os investimentos realizados nos municípios estagnados, podem contribuir para o processo de dinamização dessas economias.

A Figura 1 mostra a distribuição dos municípios conforme as tipologias. Como pode ser observado, entre os municípios considerados de alta renda estão Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju e Salvador, bem como alguns municípios localizados no entorno dessas cidades. Com isso, constata-se que os recursos do FNE podem contribuir para o fortalecimento das atividades produtivas dos municípios prioritários da PNDR, localizados na área de atuação do FNE, onde foram contratados R\$ 10,1 bilhão em 460.153

operações (98,1% do total de operações no âmbito do FNE, em 2014) (Tabela 66).

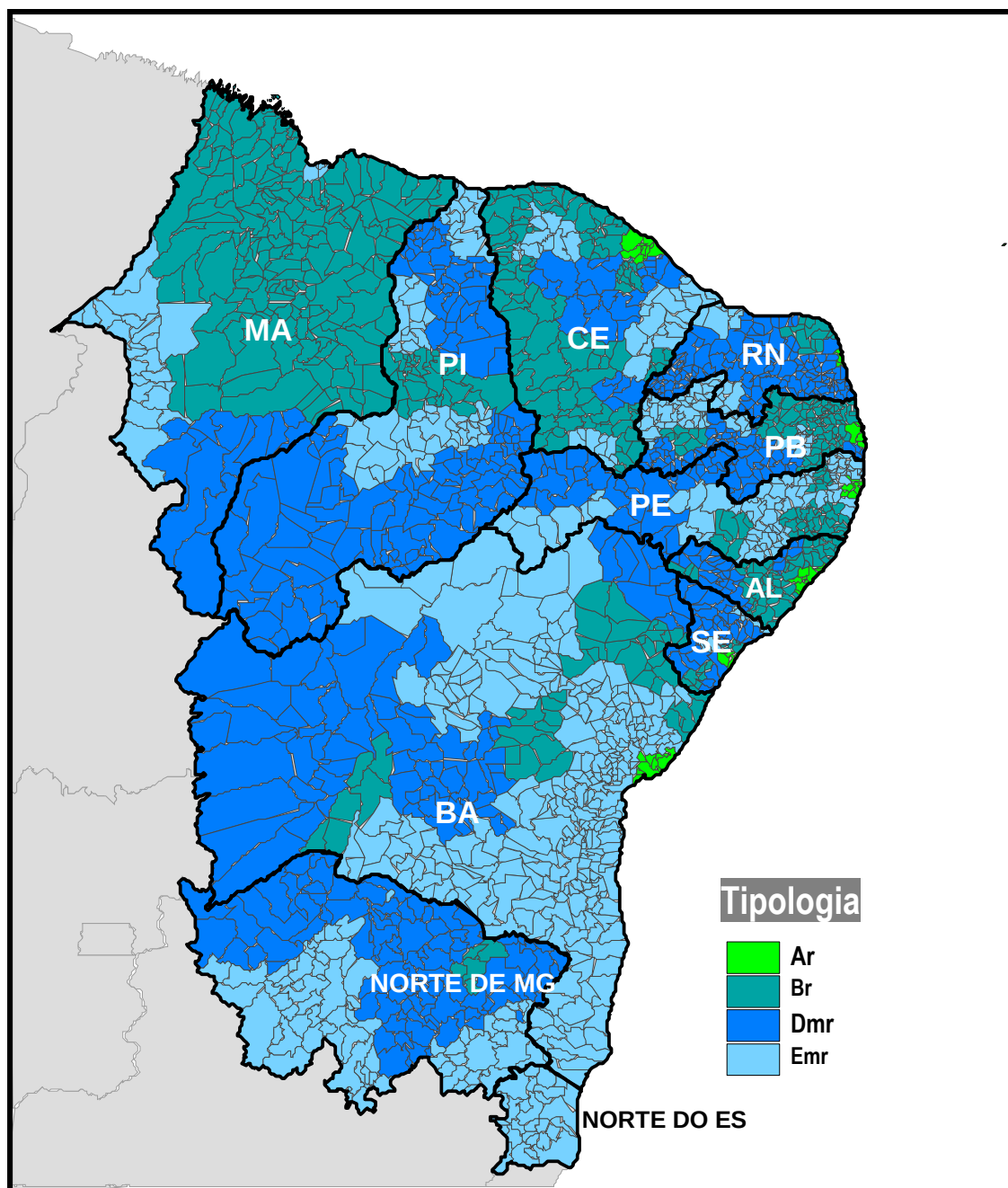


Figura 1 – Tipologia de Renda dos Municípios na Área de Atuação do FNE

Nota: Ar = Alta renda; BR = Baixa renda; Dmr = Dinâmico de menor renda; Emr = Estagnado de média renda.

Fonte: Manual Auxiliar – Operações de Crédito do BNB.

II.1 Contratações por Tipo de Município e Porte (Áreas Prioritárias)

De acordo com a Tabela 66, verifica-se que os empreendimentos de porte mini/micro, pequeno e pequeno-médio, foram responsáveis dentro das áreas prioritárias, por 56,2% do volume contratado, evidenciando a preocupação do BNB em atender, principalmente, os empreendedores de menor porte.

Tabela 66– FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Tipo de Município e Porte (Áreas Prioritárias) – Exercício de 2014

Tipologia	Mini / Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Baixa Renda	135.939	872.398	3.909	454.797	246	143.559	121	73.209	35	937.667	140.250	2.481.630
Dinâmico de Média Renda	156.453	943.564	4.500	579.331	577	471.563	250	557.253	58	781.582	161.838	3.333.293
Estagnado de Média Renda	149.373	922.585	7.403	990.196	794	294.702	411	449.431	84	1.630.703	158.065	4.287.617
Total	441.765	2.738.547	15.812	2.024.324	1.617	909.824	782	1.079.893	177	3.349.952	460.153	10.102.540

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

II.II Contratações por Tipo de Município e Setor (Áreas Prioritárias)

Como pode ser observado na **Tabela 67**, o Setor Rural foi responsável por 95,2% das operações realizadas nas áreas prioritárias, sendo também responsável pela contratação de R\$ 5,0 bilhões, o equivalente a metade do volume de recursos destinados às áreas prioritárias. O desempenho desse setor é reflexo da estrutura produtiva existente na maioria dos municípios localizados nas regiões prioritárias, onde em geral, predominam as atividades relacionadas ao setor agropecuário. Em seguida vêm o Setor Industrial que contratou R\$ 2,6 bilhões; e o Setor Comércio e Serviços com R\$ 2,3 bilhões em valores contratados, com destaque para as contratações realizadas nos municípios Estagnados, responsáveis respectivamente por 63,5% e 56,8% dos recursos destinados a cada Setor.

Tabela 67– FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Tipo de Município e Setor (Áreas Prioritárias) – Exercício de 2014

Tipologia	Rural		Agroindústria		Industrial		Turismo		Infraestrutura		Comércio e Serviços		Total	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Baixa Renda	135.239	1.169.320	24	5.200	394	781.353	103	27.069	-	-	4.490	498.688	140.250	2.481.630
Dinâmico de Média Renda	155.375	2.638.890	47	14.303	654	163.436	106	10.254	-	-	5.656	506.410	161.838	3.333.293
Estagnado de Média Renda	147.612	1.241.769	67	24.252	1.405	1.644.638	181	50.024	1	3.348	8.799	1.323.586	158.065	4.287.617
Total	438.226	5.049.979	138	43.755	2.453	2.589.427	390	87.347	1	3.348	18.945	2.328.684	460.153	10.102.540

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

II.III - Contratações por Tipo de Município por Estado (Áreas Prioritárias)

No âmbito estadual, levando-se em consideração as operações realizadas nas tipologias baixa renda, média renda estagnado e média renda dinâmico, verifica-se com base na Tabela 68, que o estado da Bahia aparece com o maior número de contratos firmados (95.716), seguido do Ceará e de Pernambuco com 62.669 e 53.759 operações efetuadas, respectivamente

Tabela 68– FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Tipo de Município e Estado (Áreas Prioritárias) – Exercício de 2014

Valores em R\$ Mil			
Estados	Tipologia	Quant.	Valor
AL	BR	13.263	198.043
	DMR	12.009	71.834
BA	BR	14.475	134.679
	DMR	18.120	1.139.565
	EMR	63.121	1.147.513
CE	BR	36.284	404.485
	DMR	12.520	177.552
	EMR	13.865	250.004
ES	EMR	879	215.242
MA	BR	39.825	761.414
	DMR	2.619	220.215
	EMR	6.443	346.034
MG	BR	823	5.564
	DMR	27.553	289.682
	EMR	16.579	258.684
PB	BR	14.603	124.652
	DMR	9.546	88.140
	EMR	13.695	160.865
PE	BR	9.681	96.360
	DMR	18.724	181.394
	EMR	25.354	1.309.556
PI	BR	6.748	57.100
	DMR	27.199	626.019
	EMR	11.975	441.661
RN	BR	1.722	16.437

	DMR	21.991	347.352
	EMR	2.851	94.514
SE	BR	2.826	682.896
	DMR	11.557	191.540
	EMR	3.303	63.544
Total	-	460.153	10.102.540

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

II.IV - Contratações por Tipo de Município e Região (Áreas Prioritárias)

Com base nas informações constantes na Tabela 69, dentro da Região Semiárida, os municípios com classificação *Dinâmico de Média Renda* se sobressaem no tocante ao número de contratos firmados com participação de 42,9%. Quanto ao aporte de recursos nessa região, os municípios Estagnados de Média Renda aparecem com 44,2% de participação.

Nas demais regiões observa-se o grande número de contratos nos municípios de baixa renda. Esse quadro reflete em muito os contratos firmados no estado do Maranhão, onde foram efetivadas 39.825 operações nessa categoria de renda (Tabela 68). Vale lembrar que muito embora o Maranhão esteja fora da zona semiárida do Nordeste, possui municípios com características socioeconômicas iguais e até mesmo inferiores aos municípios mais pobres localizados no semiárido dos demais estados nordestinos.

Tabela 69– FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Tipo de Município e Região (Áreas Prioritárias) – Exercício de 2014.

Valores em R\$ Mil			
Região	Tipologia	Quant.	Valor
Semiárido	BR	68.040	632.078
	DMR	129.323	1.434.751
	EMR	103.993	1.640.073
Outras Regiões	BR	72.210	1.849.552
	DMR	32.515	1.898.542
	EMR	54.072	2.647.544
Total	-	460.153	10.102.540

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

III. Projetos localizados nas mesorregiões diferenciadas do Ministério da Integração Nacional

Constam na Tabela 70 os projetos financiados nas mesorregiões diferenciadas da PNDR. Neste contexto, constata-se que as atividades produtivas localizadas nas mesorregiões da área de atuação do FNE, contrataram aproximadamente R\$ 2,0 bilhões distribuídos em 102.188 operações. A Figura 2 apresenta a localização das mesorregiões prioritárias da PNDR.

Destaca-se aí a mesorregião da Chapada das Mangabeiras que contratou R\$ 656,8 milhões, respondendo por 32,5% do valor total contratado nas mesorregiões.

Essa expressiva participação reflete em muito o financiamento das atividades agrícolas, principalmente o cultivo da soja, uma vez que nessa mesorregião estão localizados os municípios de Tasso Fragoso e Sambaíba, que despontam entre os maiores produtores de soja do estado maranhense; e os municípios de Uruçuí, Ribeiro Gonçalves, Baixa Grande do Ribeiro, Bom Jesus e Santa Filomena, principais produtores sojícolas do Piauí. Vale ressaltar que alguns desses municípios, a exemplo de Tasso Fragoso, Uruçuí e Baixa Grande do Ribeiro, também aparecem como principais produtores de algodão, sendo esta uma das principais atividades, em termos de recursos alocados, financiadas pelo FNE (BNB, 2012).

As mesorregiões de Chapada do Araripe e de Xingó destacam-se tanto no número de operações quanto nos valores contratados. Juntas, elas realizaram 61.178 operações e contrataram R\$ 671,6 milhões. No caso dessas mesorregiões, o expressivo número de contratos está relacionado à estrutura produtiva do sertão nordestino, onde as atividades relacionadas ao meio rural são desenvolvidas, principalmente nas pequenas propriedades, com destaque para a bovinocultura, a ovinocaprinocultura, a avicultura, dentre outras (Tabela 70).

Tabela 70– FNE – Projetos Contratados¹ nas Mesorregiões – Exercício de 2014**Valores em R\$ Mil**

Mesorregiões	Nº. de Operações	%	Valor	%
Águas Emendadas	1.541	1,5	36.645	1,8
Bico Papagaio	4.510	4,4	135.905	6,7
Chapada das Mangabeiras	6.616	6,5	656.803	32,5
Chapada do Araripe	32.789	32,1	371.706	18,4
Seridó	10.497	10,3	125.702	6,2
Vale do Jequitinhonha/Mucuri	17.846	17,5	391.833	19,4
Xingó	28.389	27,8	299.890	14,9
Total	102.188	100,0	2.018.484	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

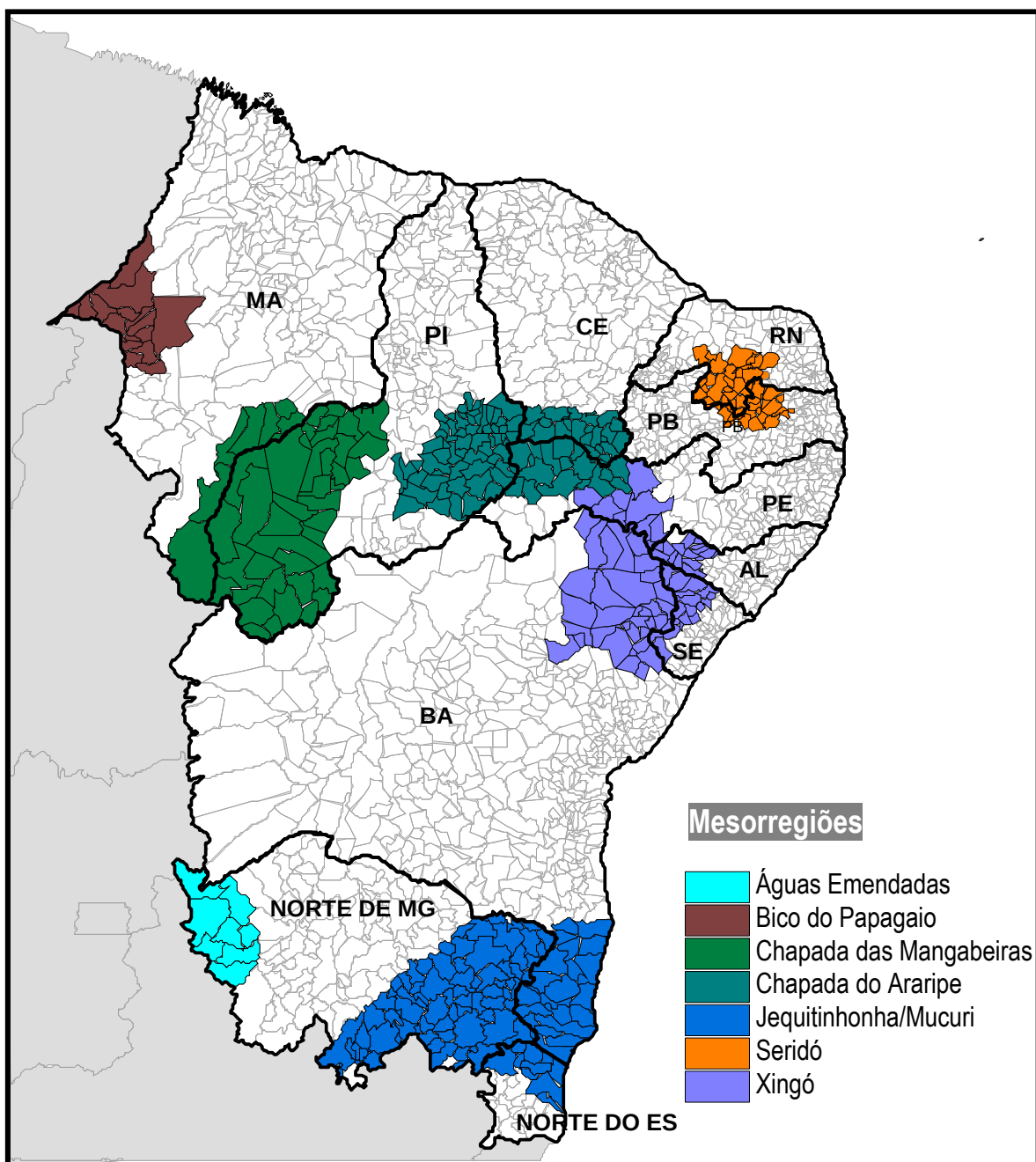


Figura 2 – Mesorregiões na Área de Atuação do FNE

Fonte: Manual Auxiliar – Operações de Crédito do BNB.

III. I Contratações em Mesorregiões por Porte

Conforme a Tabela 71 verifica-se que 69,0% dos recursos contratados foram destinados aos estabelecimentos classificados como mini/micro, pequeno e pequeno/médio portes, evidenciando a importância dos mesmos na dinamização da economia local, bem como o papel do BNB, em particular do FNE, em apoiar esses empreendimentos.

Tabela 71– FNE – Contratações⁽¹⁾ em Mesorregiões por Porte – Exercício de 2014

Valores em R\$ Mil												
Mesorregiões	Porte											
	Mini / Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Águas Emendadas	1.477	11.320	54	13.569	6	5.989	4	5.767	-	-	1.541	36.645
Bico Papagaio	4.180	36.272	285	50.230	31	31.593	13	14.390	1	3.420	4.510	135.905
Chapada das Mangabeiras	6.276	38.154	229	52.674	72	147.425	19	88.085	20	330.465	6.616	656.803
Chapada do Araripe	31.574	204.931	1.083	127.859	90	20.042	41	15.688	1	3.186	32.789	371.706
Seridó	10.077	61.772	387	36.090	24	5.961	9	21.879	-	-	10.497	125.702
Vale do Jequitinhonha/Mucuri	17.140	105.455	613	143.766	63	36.837	25	35.715	5	70.060	17.846	391.833
Xingó	27.718	180.491	620	73.086	35	9.130	14	14.419	2	22.764	28.389	299.890
Total	98.442	638.395	3.271	497.274	321	256.977	125	195.943	29	429.895	102.188	2.018.484

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

III. II Contratações em Mesorregiões por Estado

Analisando-se as contratações do FNE nas Mesorregiões, por estados da federação, é importante destacar que a delimitação dessas mesorregiões considera características socioeconômicas comuns entre municípios, o que permite que esses territórios compreendam municípios pertencentes a mais de um estado.

Nesse sentido, com base nas informações das tabelas 71 e 72, verifica-se que o estado do Piauí foi responsável por 29,5% das contratações realizadas nas mesorregiões, compreendendo 75,5% do valor contratado na Mesorregião da Chapada das Mangabeiras e 26,6% das contratações direcionadas à Mesorregião da Chapada do Araripe. Essas mesorregiões ocupam, respectivamente, a primeira e a terceira posições, com participação de 32,5% e 18,4%, em relação ao volume financiado nessa prioridade.

O estado do Maranhão, responsável por 14,7% dos recursos alocados às mesorregiões, participou com 24,5% das contratações da Chapada das Mangabeiras e 100,0% dos financiamentos da Mesorregião do Bico do Papagaio. Destaca-se, ainda, o estado da Bahia que foi responsável por 12,8% dos valores financiados nas mesorregiões, sendo 43,3% dos recursos da mesorregião do Vale do Jequitinhonha/Mucuri, que ocupa o segundo lugar em volume de recursos contratados, e 29,9% das contratações na Mesorregião de Xingó.

Tabela 72– FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Mesorregiões por Estado – Exercício de 2014

Valores em R\$ Mil

Estados	Mesorregião	Quantidade de Operações	Valor Contratado
Alagoas	Xingó	6.788	44.610
Bahia	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	4.730	169.546
	Xingó	10.475	89.812
Ceará	Chapada do Araripe	9.321	160.600
Espírito Santo	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	214	96.623
Maranhão	Chapada das Mangabeiras	575	161.105
	Bico do Papagaio	4.510	135.905
Minas Gerais	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	12.902	125.664
	Aguas Emendadas	1.541	36.645
Paraíba	Seridó	3.541	21.558
Pernambuco	Chapada do Araripe	11.290	112.047
	Xingó	4.397	43.491
Piauí	Chapada das Mangabeiras	6.041	495.698
	Chapada do Araripe	12.178	99.059
Rio Grande do Norte	Seridó	6.956	104.144
Sergipe	Xingó	6.729	121.977
Total		102.188	2.018.484

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

III.III Contratações em Mesorregiões – Região Semiárida e Outras Regiões

Com base na Tabela 73, constata-se que as áreas das mesorregiões pertencentes ao semiárido realizaram 78,1% das operações e contrataram 47,3% dos recursos. As mesorregiões Chapada do Araripe, Xingó e Seridó influenciaram esse resultado, tendo em vista que estão totalmente localizadas no semiárido nordestino.

Tabela 73– FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Mesorregiões – Região Semiárida e Outras Regiões – Exercício de 2014

		Valores em R\$ Mil	
Região	Mesorregiões	Quantidade de Operações	Valor Contratado
Semiárido		79.811	954.639
	Chapada das Mangabeiras	2.965	106.507
	Chapada do Araripe	32.789	371.706
	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	5.171	50.834
	Xingó	28.389	299.890
	Seridó	10.497	125.702
Outras Regiões		22.377	1.063.845
	Chapada das Mangabeiras	3.651	550.296
	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	12.675	340.999
	Bico Papagaio	4.510	135.905
	Águas Emendadas	1.541	36.645
Total		102.188	2.018.484

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

III.IV Contratações em Mesorregiões por Setor

Com base na Tabela 74, constata-se que o Setor Rural foi responsável por R\$ 1,4 bilhão (70,4%), contratados em 98.029 operações (95,9%), evidenciando a importância desse setor para o dinamismo econômico desses espaços subnacionais.

O Setor Comércio e Serviços aparece em seguida, tendo efetivado 3.597 financiamentos, que resultaram em R\$ 422,7 milhões contratados. Esse resultado teve forte influência das mesorregiões de Chapada do Araripe e Vale do Jequitinhonha/Mucuri que juntas contrataram aproximadamente R\$ 238,4 milhões em 1.851 operações, o que corresponde a respectivamente 56,4% e 51,5%, do Setor.

Tabela 74– FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Mesorregiões por Setor – Exercício de 2014

Valores em R\$ Mil

Setor/ Mesorregião	AGUAS EMENDADAS		BICO DO PAPAGAIO		CHAPADA DAS MANGABEIRAS		CHAPADA DO ARARIPE		VALE DO JEQUITINHONHA /MUCURI		SERIDÓ		XINGÓ		TOTAL	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Rural	1.502	34.720	4.187	91.213	6.379	633.174	31.312	200.393	17.164	207.974	9.897	56.559	27.588	197.585	98.029	1.421.618
Agroindustrial	-	-	1	77	-	-	6	1.787	5	6.677	6	330	3	1.165	21	10.036
Industrial	-	-	23	6.690	14	974	195	34.568	68	59.683	112	31.261	73	13.053	485	146.229
Turismo	1	17	7	1.059	5	1.000	27	4659	7	9421	5	1138	4	564	56	17.858
Infraestrutura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comércio e Serviços	38	1.908	292	36.866	218	21.655	1.249	130.299	602	108.078	477	36.414	721	87.523	3.597	422.743
Total	1.541	36.645	4.510	135.905	6.616	656.803	32.789	371.706	17.846	391.833	10.497	125.702	28.389	299.890	102.188	2.018.484

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

IV. Projetos localizados nas Regiões Integradas de Desenvolvimento – RIDES de Petrolina - Juazeiro e Grande Teresina - Timon

As Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs) são áreas consideradas prioritárias pelo Decreto Nº 6.047/2007, que instituiu a PNDR. Dentro dessa prioridade, conforme tabelas 75 e 76, foram contratados na RIDE Petrolina-Juazeiro, aproximadamente, R\$ 309,3 milhões, em 4.653 operações. Destaque para o Setor Comércio e Serviços, responsável por 74,1% dos recursos dessa RIDE.

Tabela 75– FNE – Contratações ⁽¹⁾ na RIDE Petrolina-Juazeiro – Por Município – Exercício de 2014

Municípios	Nº de Operações	Valores em R\$ Mil	
		Valor	%
Casa Nova	966	15.680	5,1
Curaçá	243	3.049	1,0
Juazeiro	1.239	118.778	38,4
Lagoa Grande	274	1.316	0,4
Orocó	280	1.635	0,5
Petrolina	1.363	165.943	53,7
Santa Maria da Boa Vista	209	2.390	0,8
Sobradinho	79	483	0,2
Total	4.653	309.273	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Em seguida, temos o Setor Rural que contratou aproximadamente R\$ 62,8 milhões nessa RIDE. Desse total, 69,7% foram direcionados à atividade de fruticultura e 27,8% foram destinados a ovinocaprinocultura¹⁶.

Tabela 76– FNE – Contratações ⁽¹⁾ na RIDE Petrolina-Juazeiro – Por Setor – Exercício de 2014

Setor	Nº Operações	Valores em R\$ Mil	
		Valor	%
Rural	4.255	62.827	20,3
Agraoindustrial	2	4.800	1,6
Industrial	36	9.760	3,2
Turismo	10	2.839	0,9
Comércio e Serviços	350	229.047	74,1
Total	4.653	309.273	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

¹⁶ Base do Ativo do BNB.

Na RIDE Grande Teresina - Timon, de acordo com as tabelas 77 e 78, foram realizadas 3.709 operações, das quais 83,3% foram destinadas ao Setor Rural, com destaque para as atividades de suinocultura e avicultura que representam 34,8% e 27,9% do número de contratos, respectivamente¹⁷.

Tabela 77– FNE – Contratações ⁽¹⁾ na RIDE Grande Teresina - Timon – Por Município – Exercício de 2014

Município	Nº de Operações	Valores em R\$ Mil	
		Valor	%
Altos	608	10.025	2,4
Beneditinos	193	1.316	0,3
Coivaras	57	213	0,1
Curralinhos	55	209	0,1
Demerval Lobão	113	1.912	0,5
José de Freitas	262	1.592	0,4
Lagoa Alegre	84	389	0,1
Lagoa do Piauí	28	138	0,0
Miguel Leão	10	330	0,1
Monsenhor Gil	121	1.275	0,3
Nazária	56	697	0,2
Pau D'Arco do Piauí	162	662	0,2
Teresina	1.067	300.675	72,1
Timon	630	90.763	21,8
União	263	6.747	1,6
Total	3.709	416.943	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Em relação ao volume de recursos aplicados, merece destaque o Setor Comércio e Serviços, onde foram contratados 55,0% dos recursos (Tabela 78).

Tabela 78– FNE – Contratações ⁽¹⁾ na RIDE Grande Teresina - Timon – Por Setor – Exercício de 2013

Setor	Nº de Operações	Valores em R\$ Mil	
		Valor	%
Rural	3.090	36.759	8,8
Agroindustrial	3	363	0,1
Industrial	118	148.712	35,7
Turismo	10	1.923	0,5
Comércio e Serviços	488	229.186	55,0
Total	3.709	416.943	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a

¹⁷ Base do Ativo do BNB.

4 – GESTÃO DO ATIVO OPERACIONAL

4.1 – Inadimplimento das Operações

A inadimplência das operações no âmbito do FNE registrada durante o ano de 2014 foi de 2,8%, apresentando redução em relação ao exercício de 2013, que foi de 3,3% (Tabela 79).

Os índices de inadimplência, por porte de beneficiários, em relação às aplicações em cada categoria, expressaram os maiores valores no segmento cooperativas/associações (20,1%) que apresentaram significativa redução em relação a 2013, cujo índice foi de 20,9%. Observou-se, ainda, importante redução nos portes Micro e Mini, e Pequeno. No caso do primeiro a redução foi de 6,3% (2013) para 4,5% em 2014, enquanto no segundo a redução foi de 4,7%, em 2013, para 4,2% em 2014. Quanto aos outros portes, a variação foi mínima entre os dois períodos.

Tabela 79– FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Porte dos Beneficiários ⁽¹⁾ –
Posição: 31.12.2014

Valores em R\$ Mil					
Porte	Saldo Aplicações	Aplicações (%) ⁽²⁾	Saldo em Atraso ⁽³⁾	Inadimplência (%) ⁽⁴⁾	Inadimplência do Segmento (%) ⁽⁵⁾
Cooperativas/Associações	232.790	0,5	46.787	0,1	20,1
Micro e Mini	10.280.504	22,7	466.519	1,0	4,5
Pequeno	6.155.283	13,6	258.447	0,6	4,2
Pequeno-Médio	1.816.002	4,0	27.054	0,0	1,5
Médio	6.635.237	14,7	209.878	0,5	3,2
Grande	20.076.346	44,5	275.067	0,6	1,4
Total	45.196.162	100,0	1.283.752	2,8	2,8

Fontes: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989. (2) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (3) Total das parcelas em atraso do segmento. (4) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo total das aplicações. (5) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo de aplicações do segmento.

O contínuo trabalho desenvolvido pelo BNB em aprimorar seus mecanismos de controle, acompanhamento e cobrança das operações de crédito, frente a fatores adversos de âmbito externo, colaborou para a redução dos índices de inadimplência.

Os setores Financiamento à Exportação, Rural e Agroindustrial foram os que apresentaram os maiores índices de inadimplência, com registros de 16,4%, 4,2% e 4,2%, respectivamente. (Tabela 80).

Tabela 80– FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Setor ⁽¹⁾ – Posição: 31.12.2014

Setor	Valores em R\$ Mil				
	Saldo Aplicações	Aplicações (%) ⁽²⁾	Saldo em Atraso ⁽³⁾	Inadimplência (%) ⁽⁴⁾	Inadimplência do Segmento (%) ⁽⁵⁾
Rural	17.912.554	39,6	750.118	1,7	4,2
Agroindustrial	1.118.347	2,5	46.672	0,1	4,2
Industrial/Turismo	12.028.120	26,6	210.482	0,4	1,7
Infraestrutura	5.463.195	12,1	-	-	-
Comércio e Serviços	8.620.927	19,1	267.790	0,6	3,1
Financ. à Exportação	53.019	0,1	8.690	-	16,4
Total	45.196.162	100,0	1.283.752	2,8	2,8

Fontes: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989. (2) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (3) Total das parcelas em atraso do segmento. (4) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo total das aplicações. (5) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo de aplicações do segmento.

Relativamente à segmentação das operações por data de contratação, constatou-se a diminuição do índice de inadimplência, entre 2013 e 2014, tanto para as operações formalizadas até 30.11.1998, quanto para as contraídas após essa data (Tabela 81).

Tabela 81– FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Data de Contratação ⁽¹⁾ – Posição: 31.12.2014

Data Contratação	Valores em R\$ Mil				
	Saldo Aplicações	(%) ⁽²⁾	Saldo em Atraso ⁽³⁾	Inadimplência (%) ⁽⁴⁾	Inadimplência do Segmento (%) ⁽⁵⁾
Até 30.11.1998 ⁽⁶⁾	7.379.356	16,3	360.480	0,8	4,9
Após 30.11.1998 ⁽⁷⁾	37.816.806	83,7	923.272	2,0	2,4
Total	45.196.162	100,0	1.283.752	2,8	2,8

Fontes: BNB – Ambiente de Controle das Operações de Crédito e BNB - Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989. (2) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (3) Total das parcelas em atraso do segmento. (4) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo total das aplicações. (5) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo de aplicações do segmento. (6) Refere-se a operações contratadas originalmente com recursos do FNE. (7) Abrange as operações contratadas originalmente com recursos do FNE e aquelas convertidas, adquiridas ou reclassificadas para o FNE, com base nas Leis 10.464, 10.696, 11.322, 11.775 etc.

4.2 – Recuperação de Crédito

O Banco do Nordeste regularizou 123.933 operações de crédito no ano de 2014 no âmbito do FNE, implicando na regularização de dívidas no montante de R\$ 503,0 milhões. Cabe ressaltar que essas regularizações propiciaram recebimento em espécie de aproximadamente R\$ 36 milhões, ou seja, 7,2% do total regularizado (Tabela 82).

Tabela 82– FNE – Recuperação de Dívidas(1) – Posição: 31.12.2014**Valores em R\$ mil**

Estado	Quantidade	Valor em Espécie	Valor Renegociado	Total Recuperado
Alagoas	4.810	219	15.156	15.375
Bahia	21.628	2.086	77.006	79.092
Ceará	26.630	16.642	139.629	156.270
Espírito Santo	33	64	1.777	1.841
Maranhão	6.786	1.820	34.815	36.635
Minas Gerais	5.725	1.873	22.739	24.612
Paraíba	12.016	4.678	23.725	28.403
Pernambuco	18.183	3.577	70.220	73.797
Piauí	13.489	2.349	42.916	45.265
Rio Grande do Norte	9.698	1.121	23.451	24.572
Sergipe	4.935	1.572	15.536	17.107
Total	123.933	36.001	466.968	502.969

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

É inegável o esforço empreendido pelo Banco ao longos dos anos para aplacar os indicadores de inadimplência, onde destacamos o desenvolvimento de ações específicas voltadas para a recuperação dos créditos em situação irregular, com foco sobretudo nos valores mais expressivos, a saber:

- ⇒ Definição e divulgação de melhores práticas e orientações específicas que possibilitem e facilitem o cumprimento das políticas e diretrizes estabelecidas pela Diretoria nas áreas de controle, segurança e apoio operacionais, visando preservar a qualidade dos ativos do Banco;
- ⇒ Divulgação e acompanhamento semanal dos resultados do Programa de Ação - Variável Regularização de Dívidas;
- ⇒ Sistematização de reuniões com parceiros institucionais externos para esclarecimentos e difusão das condicionantes necessárias à contemplação dos benefícios previstos nos Instrumentos Legais de Renegociação de Dívidas (Leis e Resoluções do CMN);
- ⇒ Divulgação contínua em mídia externa visando contemplar o máximo de produtores rurais que reúnam as condições de enquadramento às disposições dos instrumentos legais de renegociações de dívidas;
- ⇒ Realização de mutirões nas agências para realização das atividades relacionadas aos recálculos e registros nos sistemas operacionais de controle;
- ⇒ Monitoramento dos resultados obtidos nas regularizações de dívidas amparadas em legislações específicas, com ênfase na Lei nº 12.844/2013, mas também nas renegociações com base nas

Resoluções do Conselho Monetário Nacional-CMN nºs 4.250/4.251/4211/4.212/4.289/4.298/ 4.299/4.314, 4.315 e 4.365;

- ⇒ Realização periódica de Reuniões de Trabalho e de conferências com os funcionários das Gerências de Reestruturação de Ativos – GERATs e Ambiente, visando analisar o desempenho de cada Unidade com o direcionamento de ações para melhoria dos resultados, envolvendo as Centrais de Crédito, Centrais Regionais de Controle Interno e Ambiente de Contencioso Jurídico;
- ⇒ Constante revisão do fluxo de renegociação de dívidas, com o propósito de simplificar o processo, mantendo elevados níveis de controle e governança;
- ⇒ Disponibilização permanente de recursos mais adequados ao acompanhamento gerencial do processo de encaminhamento de operações inadimplidas para cobrança judicial, incluindo ferramentas de mensuração, registro do tempo consumido nos diversos procedimentos, controle de prazos e relatórios gerenciais;
- ⇒ Implementação de contínuas melhorias na qualidade dos normativos internos como forma de proporcionar a efetivação das regularizações de operações passíveis de enquadramento em instrumentos legais com agilidade e segurança;
- ⇒ Realização de treinamento sobre o Processo de Instrução e Processamento da Autorização de Cobrança Judicial (ACJ) em todas as Superintendências Estaduais, em parceria com a equipe da Central Jurídica de Processamento de Cobrança Judicial (COJUD), com detalhamento das responsabilidades e dos procedimentos operacionais e administrativos que devem ser observados pelas Unidades do Banco na instrução da ACJ e processamento e ajuizamento da cobrança judicial;
- ⇒ Criação de CAMPANHA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO – DÍVIDAS RURAIS em parceria com a Superintendência de Marketing e Comunicação, que vem viabilizando o contato através do Centro de Relacionamento com Clientes e de Informação ao Cidadão com os clientes responsáveis por operações que reúnam características de enquadramento em Resoluções do CMN e na Lei nº 12.844/2013;

4.3 – Operações Renegociadas com base no Art. 15-D, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989

Conforme preconiza o artigo 15-D, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, regulamentado pela Resolução do CONDEL nº 55/2012, de 13/07/2012 apresentam-se os valores das operações com recursos do FNE renegociadas sob a metodologia de liquidação com base no valor presente do patrimônio de propriedade dos mutuários e coobrigados, durante o exercício de 2014, em conformidade com as práticas e regulamentações do BNB (Tabela 83).

As operações estavam sendo cobradas judicialmente pelo BNB para fins de recebimento dos valores em atraso e foram liquidadas pelo equivalente financeiro do valor dos bens passíveis de penhora dos devedores diretos e dos respectivos garantidores.

Tabela 83– FNE – Liquidações pelo Equivalente Financeiro em 2014 – Resolução 55/2012 do CONDEL – Posição 31.12.2014

Valores em R\$ Mil		
Quantidade	Valor Saldo pelos Encargos Normais	Valor Recebido
12	2.330	1.104

Fonte: BNB – Ambiente de Recuperação de Crédito.

4.4 - Operações liquidadas/renegociadas com base nas medidas legais de regularização de dívidas (Resoluções CMN nº 4.211, 4.212, 4.250, 4.251, 4.289, 4.298, 4.299, 4.314, 4.315, 4.365 e Art. 8º e 9º da Lei 12.844/2013)

As medidas governamentais de regularização de dívidas rurais representadas pelas Resoluções do Conselho Monetário Nacional de nº 4.211, 4.212, 4.250, 4.251, 4.289, 4.298, 4.299, 4.314, 4.315 e 4.365, assim como com respaldo nos Arts. 8º e 9º da Lei 12.844/2013 permitiram a regularização de 186.855 operações, envolvendo recursos na ordem de R\$ 1,6 milhão (Tabela 84).

O art.8º da mencionada Lei, por exemplo, garante aos produtores rurais a liquidação das operações pactuadas até 31/12/2006 com rebate de até 85% sobre o saldo devedor atualizado pelos encargos para a situação de normalidade, o qual é definido de acordo com o valor originalmente contratado, desde que efetivada até 31/12/2015.

Já as Resoluções de nºs 4.314 e 4.315 de 27/03/2014 permitem a renegociação de dívidas originárias de operações do FNE ‘não rurais’ e ‘rurais’, respectivamente, com base nos encargos contratuais de normalidade, excluídos os bônus de adimplência, rebate, sem cômputo de multa, mora, quaisquer outros encargos por inadimplemento, e prazo para pagamento de até 10 anos.

Por sua vez, para as operações contratadas ao amparo do extinto Programa da Terra, com recursos do FNE, até 28/11/2014 foi aplicada a remissão das operações cujo somatório de seus saldos devedores fosse de até R\$ 10.000,00, assim como podem ser liquidadas até 31/08/2015 as operações com aplicação de rebate 80% e com desconto fixo de R\$ 2.000,00, cujo somatório de seus saldos devedores seja superior a R\$ 10.000,00 na posição de 27.12.2013, consoante o Decreto nº 8.179/2013 e o art. 8º da Lei nº 13.001/2014 regulamentados pela Resolução nº 4.365/2014 do Conselho Monetário Nacional.

Portanto, de modo geral, tais instrumentos se constituem importantes mecanismos de recuperação de crédito, em particular dos valores inadimplidos, pelo que se reforça continuamente o apelo às Unidades operadoras para buscarem o enquadramento do maior número possível de operações, refletindo diretamente na geração de resultados para o Banco no decorrer de 2014.

Tabela 84– FNE – Regularizações de operações realizadas em 2014 com base nas Resoluções CMN nº 4.211, 4.212, 4.250, 4.251, 4.289, 4.298, 4.299, 4.314, 4.315, 4.365 e Art. 8º e 9º da Lei 12.844/2013 – Posição 31.12.2014

Valores em R\$ Mil

Instrumentos Legais	Qtd Operações	Qtd Clientes	Total Regularizado
Art. 8º Lei nº 12.844	40.560	29.491	533.947
Art. 9º Lei nº 12.844	3.698	2.835	52.155
Res.4.250 - Pronaf	45.391	39.535	136.751
Res.4.251 - Não Pronaf	958	635	41.816
Res.4.211 - Não Pronaf	5.474	3.533	336.008
Res 4.212 - Pronaf	67.933	60.371	164.311
Res.4.289	21	20	6.556
Res.4.298	1.956	1.578	17.660
Res.4.299	1.824	1.694	2.649
Res.4.314	107	94	75.016
Res.4.315	224	158	24.821
Res. 4.365	18.709	17.752	214.739
Total	186.855	157.697	1.606.429

Fonte: BNB – Ambiente de Recuperação de Crédito

5 – RESULTADOS DOS ACOMPANHAMENTOS E FISCALIZAÇÕES DOS EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS

O Banco do Nordeste realiza as vistorias e fiscalizações de suas operações atendendo às regulamentações dos órgãos fiscalizadores. Para tanto, seus normativos internos definem os seguintes quantitativos de fiscalização de operações:

Fase de desembolso

- Vistoria por amostragem nos clientes com saldo devedor (mais valor a desembolsar) até R\$ 170.000,00, incluídas as operações no âmbito do Pronaf Grupo A e as operações no âmbito do Pronaf Grupo B, observando-se as seguintes faixas de valor e percentuais:
 - de até R\$ 20.000,00(vinte mil reais); 5% de todas as operações rurais e não-rurais;
 - superiores a R\$ 20.000,00(vinte mil reais) até R\$ 100.000,00 (cem mil reais); 10% de todas as operações rurais e não-rurais;
 - superior a R\$ 100.000,00(cem mil reais) até R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais); 15% (quinze por cento) de todas as operações rurais e não-rurais;
- Vistoria de **100%** das operações de clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar superior a R\$ 170.000,00.

Fase pós-implantação

- Uma vistoria a cada ano civil, em pelo menos **5%** dos empreendimentos, para clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de até R\$ 200.000,00.

- Uma vistoria a cada ano civil aos clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de valor maior que R\$ 200.000,00.

A programação das atividades de acompanhamento é feita de forma automática pelo Sistema de Avaliação Técnica de Empreendimentos ou mediante solicitação direta das Agências.

5.1 – Síntese das Visitas de Acompanhamento Realizadas no ano de 2014

O Banco do Nordeste realizou 20.618 atividades de campo em operações do FNE no ano de 2014, envolvendo vistorias de desembolso e rotina (exceto operações do Agroamigo).

Excluindo-se as operações no âmbito do Programa Agroamigo, a situação dos empreendimentos foi considerada como: ótimo, bom e regular para 85,4%, e insatisfatório, ruim ou péssimo para 14,6% das vistorias realizadas no ano de 2014 (Gráfico 18).

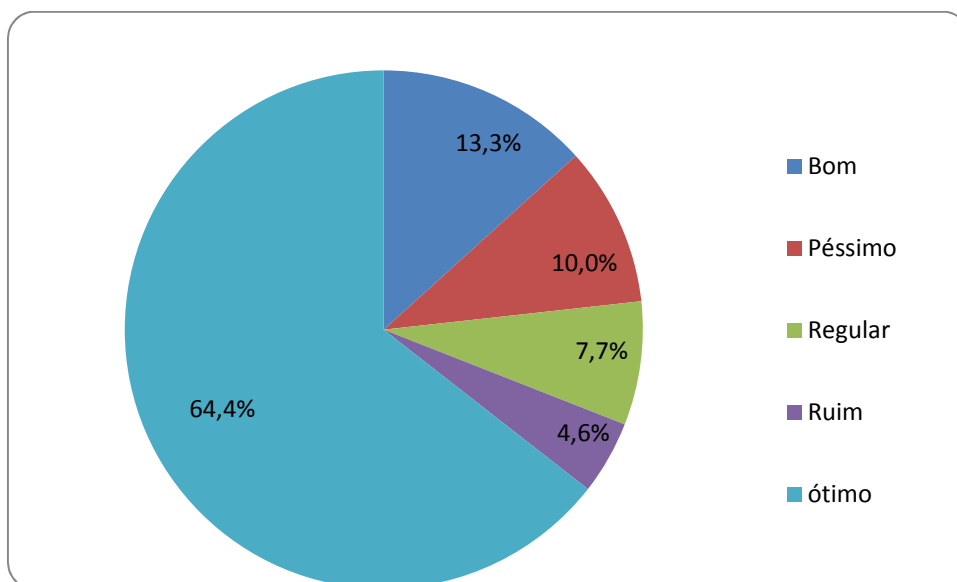


Gráfico 21– Situação dos Empreendimentos Vistoriados pelo FNE no ano de 2014

5.2 – Principais Ocorrências

As principais ocorrências verificadas nas fiscalizações no ano de 2014 cujos empreendimentos estão considerados na situação de ótimo, satisfatório, bom e regular (85%) foram as seguintes:

- Os créditos foram aplicados corretamente, conforme o cronograma previsto.
- Os recursos próprios foram aplicados totalmente, conforme o cronograma previsto.
- Os indicadores técnicos estão compatíveis com o previsto no projeto.

- A execução dos serviços, obras, instalações e/ou explorações estão tecnicamente corretas.
- A orientação técnica prevista para obtenção das metas do projeto foi prestada adequadamente.
- O planejamento técnico do projeto foi adequado.
- Os bens que constituem as garantias estão preservados em suas características essenciais.
- Não houve ocorrência de fatores adversos.
- O empreendimento é competitivo.
- As perspectivas de receitas (produção/comercialização) são as previstas no projeto.
- A gerência/direção da empresa/empreendimento é satisfatória.
- O rebanho encontra-se em condições normais de sanidade, evolução e manejo, estando, inclusive, devidamente ferrado.
- As exigências ambientais do projeto foram atendidas.
- As cláusulas contratuais foram totalmente cumpridas ou estão sendo cumpridas conforme instrumento.

Cabe esclarecer que, quando a fiscalização verifica ocorrências negativas no âmbito do empreendimento, tais como créditos aplicados parcialmente ou ainda bens financiados ou garantias vendidas à revelia do Banco, adotam-se providências de administração do crédito, isto é, as ocorrências verificadas nas fiscalizações são repassadas através de Relatórios de Acompanhamento de Projetos para a Agência tomar decisões sobre a operação. As providências podem variar desde o estabelecimento de um prazo para o cliente sanar o problema, ou ainda medidas drásticas, tais como a execução judicial da operação.

6 – AVALIAÇÃO DE RESULTADOS E IMPACTOS DO FNE

6.1 - Síntese dos Indicadores Utilizados na Avaliação de Resultados e Impactos do FNE – Exercício 2014

6.1.1 Indicadores de Eficácia

Área Responsável pelos dados: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Área Responsável pelos indicadores: Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação – Célula de Avaliação de Políticas e Programas.

Metodologia de Apuração dos Indicadores de Eficácia: Algoritmo referente a cada indicador, calculado com os dados constantes na base do ativo operacional do Banco.

Indicador	Descrição do Indicador	2014		Fatores que contribuíram para o desempenho dos indicadores
		Reprog. (%)	Real. (%)	
% financiado na região semiárida	Somatório dos valores das operações contratadas na região semiárida com recursos do FNE, no exercício / valores dos ingressos de recursos do FNE, no exercício	50,0	62,2	Ver item 3.3.2 – Contratações no Semiárido e Fora do Semiárido
% financiado em empreendimentos de mini/micro, pequeno e pequeno-médio portes	Somatório dos valores das operações contratadas por empreendimentos de mini/micro, pequeno e pequeno-médio portes, com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE	51,0	47,3	Ver item 3.3.3 – Contratações por Porte de Beneficiário
% financiado em empreendimentos de médio e grande portes	Somatório dos valores das operações contratadas por empreendimentos de grande porte, com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE	49,0	52,7	
% financiado no Setor Rural	Somatório dos valores das operações contratadas por empreendimentos do setor rural, com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE	37,3	37,9	Ver item 3.1 – Contratações Setoriais
% financiado no Setor Agroindustrial	Somatório dos valores das operações contratadas por empreendimentos do setor agroindustrial, com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE	0,7	0,3	

% financiado no Setor Industrial	Somatório dos valores das operações contratadas por empreendimentos do setor industrial, com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE.	24,5	27,3	
% financiado no Setor Turismo	Somatório dos valores das operações contratadas por empreendimentos do setor turismo, com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE.	5,4	3,6	
% financiado no Setor de Infraestrutura	Somatório dos valores das operações contratadas por empreendimentos do setor de infraestrutura, com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE.	2,1	1,7	
% financiado no Setor Comércio/Serviços	Somatório dos valores das operações contratadas por empreendimentos do setor de comércio/serviços, com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE.	30,0	29,1	

Quadro 1 – Indicadores de Eficácia – FNE 2014

Indicador: % financiado por Estado

Descrição do Indicador: somatório dos valores das operações contratadas por Estado com recursos do FNE / somatório dos valores das operações contratadas com recursos do FNE.

Área Responsável pelos dados: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Área Responsável pelos indicadores: Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação – Célula de Avaliação de Políticas e Programas.

Metodologia de Apuração dos Indicadores de Eficácia: Algoritmo referente a cada indicador, calculado com os dados constantes na base do ativo operacional do Banco.

Estado	2014		Fatores que contribuíram para o desempenho dos indicadores
	Reprog. (%)	Real. (%)	
Alagoas	4,7	4,3	Ver item 3.3.1 – Contratações por Estado
Bahia	21,8	25,8	
Ceará	15,3	12,4	
Espírito Santo	2,5	1,6	
Maranhão	9,6	9,9	
Minas Gerais	5,3	4,1	
Paraíba	6,2	4,1	
Pernambuco	14,4	14,1	
Piauí	8,8	8,4	
Rio Grande do Norte	6,9	6,7	
Sergipe	4,5	8,8	
Total	100,0	100,0	

Quadro 2 – Indicadores de Eficácia – Contratação por Estado – FNE 2014

6.1.2 Indicadores de Efetividade

Área Responsável pelos dados: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Área Responsável pelos indicadores: Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação – Célula de Avaliação de Políticas e Programas.

Metodologia de Apuração dos Indicadores de Eficácia: Matriz de Insumo-Produto para o Nordeste 2004.

Indicador	Descrição do Indicador	2014	Fatores que contribuíram para o desempenho dos indicadores
Pagamento de Salários	Acréscimo no pagamento de salários devido aos efeitos diretos, indiretos e de renda, na Região Nordeste	R\$ 4,8 bilhões	Ver item 6.3.2 – Impactos Socioeconômicos do FNE – Contratações no ano 2014
Emprego	Número de empregos formais e informais que serão gerados devido aos efeitos diretos, indiretos e de renda, na Região Nordeste	1,0 milhão de ocupações	
Geração de Tributos	Acréscimo na arrecadação de impostos devido aos efeitos diretos, indiretos e de renda, na Região Nordeste	R\$ 4,2 bilhões	
Valor adicionado à economia	Acréscimo à economia da Região Nordeste devido aos efeitos diretos, indiretos e de renda	R\$ 17,6 bilhões	
Valor bruto da produção	Acréscimo na produção bruta da Região Nordeste devido aos efeitos diretos, indiretos e de renda	R\$ 30,3 bilhões	

Quadro 3 – Indicadores de Efetividade – FNE 2014

6.1.3 Indicadores de Eficiência Operacional

Área Responsável pelos indicadores: Ambiente de Controladoria

Indicadores de Desempenho	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Retorno s/ PL (1)	0,7%	0,6%	1,1%	1,8%	2,6%	1,6%	1,5%	1,5%
Margem Financeira (2) s/ PL	7,5%	5,2%	4,9%	4,3%	4,8%	4,4%	3,6%	4,1%
Inadimplência (3)	5,3%	4,7%	3,6%	3,8%	3,4%	3,6%	3,4%	2,9%

Notas: (1) Retorno sobre o PL sem considerar os efeitos de desconto em renegociações, rebates e bônus. Taxa anualizada. (2) Margem Financeira = Receitas operações de crédito + Remuneração das disponibilidades - Del credere - Rebates e Bônus. Taxa anualizada. (3) Inadimplência = Saldo de parcelas em atraso a partir de 01 dia / Saldo total de operações de crédito.

Quadro 4 – Indicadores de Eficiência Operacional – FNE 2014

6.2 – Avaliação do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf)

Os resultados e impactos dos programas operacionalizados pelo BNB são sistematicamente avaliados, o que possibilita o aprimoramento do planejamento e da operacionalização desses programas.

Para isso, o BNB conta com a Célula de Avaliação de Políticas e Programas (CAPP), estrutura administrativa do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), que coordena e realiza esses trabalhos de avaliação, tendo desenvolvido uma metodologia própria, cujos aspectos gerais consideram o emprego do modelo quase experimental ou experimental. A equipe de avaliadores pode ser composta exclusivamente por funcionários do Banco (equipe interna), por profissionais não funcionários do Banco (equipe externa), e ainda, composta por funcionários e não funcionários (equipe mista).

Apresentam-se, a seguir, os principais aspectos da avaliação do Pronaf com respeito à caracterização das famílias dos beneficiários.

6.2.1 Introdução

O Pronaf foi concebido para promover o acesso dos pequenos agricultores familiares ao crédito bancário e, por meio deste, integrar esses produtores ao mercado, melhorar a tecnologia empregada na produção e possibilitar o incremento de sua produtividade, de sua renda e, consequentemente, de suas condições de vida.

O público-alvo do Pronaf é classificado por grupos ou modalidades, com especificidades próprias. Para efeito de classificação dos agricultores familiares

nos grupos do Pronaf, são excluídos da composição da renda familiar os benefícios sociais e os proventos da Previdência Rural.

O Banco do Nordeste na qualidade de principal financiador do Pronaf na Região Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo operacionaliza o programa na perspectiva do desenvolvimento rural, tendo criado em 2004 o Agroamigo, Programa de microcrédito rural, utilizando metodologia própria de atendimento aos agricultores enquadrados no Pronaf Grupo B, buscando a diversificação, a agregação de valor e a comercialização dos produtos.

Na perspectiva dos objetivos do Programa, apresenta-se, a seguir, uma breve síntese dos principais resultados obtidos no âmbito de recente pesquisa sobre a caracterização das famílias dos beneficiários do Pronaf, realizada pelo BNB/Etene, em parceria com a Datamétrica Consultoria.

6.2.2 Principais aspectos da metodologia

Para avaliar o Pronaf realizou-se pesquisa quantitativa junto aos seus beneficiários, no segundo semestre de 2012, de modo a conhecer o seu perfil, a situação das unidades produtivas por eles administradas e a relação desses produtores com o Programa. A pesquisa abrangeu 153 municípios, localizados dentro e Fora do Semiárido, classificados de acordo com a tipologia da PNDR¹⁸, tal como definido pelo Ministério da Integração Nacional (Municípios de baixa renda, estagnados, dinâmicos e de alta renda).

A amostra utilizada na pesquisa foi definida utilizando duas categorias de produtores, denominadas “Controle” e “Tratamento”. A categoria Controle foi composta pelos beneficiários mais recentes do programa, ou seja, aqueles que tivessem um único contrato de crédito com o Banco, assinado há menos de um ano e a categoria Tratamento foi composta pelos beneficiários com mais de um contrato e mais de um ano de participação no programa.

A hipótese implícita nesse critério é a de que o impacto do crédito concedido aos agricultores da categoria Controle seria ainda pequeno, dado o curto intervalo do tempo decorrido, desde a liberação desse crédito.

O conjunto de entrevistas realizadas passou a ser constituído por 1.532 produtores da categoria Tratamento e 869 produtores da categoria Controle¹⁹. Deve-se ter em consideração que o perfil de clientes apresentado neste

¹⁸ Política Nacional de Desenvolvimento Regional

¹⁹ A comparação entre os grupos de tratamento e controle não inclui os produtores dos grupos A, e das linhas de crédito “Mais Alimentos” e “Mulher”.

trabalho se refere unicamente ao Pronaf financiado através do BNB, e não inclui financiamentos realizados por outros bancos.

De acordo com o cadastro de clientes Pronaf, do BNB, posição de março de 2012, 63% dos municípios abrangidos pelo estudo situa-se em regiões de baixa renda ou de PIB estagnado, de acordo com a PNDR (Tabela 85).

Tabela 85 - Municípios sorteados por tipologia PNDR – Dentro e Fora do Semiárido

Tipologia PNDR	Total		Semiárido		Fora do Semiárido	
	(%)	(N)	(%)	(N)	(%)	(N)
Baixa Renda	31,0	47	22,0	18	40,0	29
Estagnada	32,0	49	33,0	27	31,0	22
Dinâmica	31,0	48	43,0	35	18,0	13
Alta Renda	6,0	9	1,0	1	11,0	8
Total	100,0	153	100,0	81	100,0	72

Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

6.2.3 Caracterização das Famílias dos Beneficiários

6.2.3.1. Tamanho das famílias

As famílias pesquisadas são compostas por uma e até seis ou mais pessoas, com média de 3,8 pessoas por família; com algumas variações entre os Grupos do Pronaf e entre as Sub-regiões do Semiárido e Fora do Semiárido. As famílias do Grupo A são um pouco maiores, apresentando uma média de 4,1 pessoas, conforme Tabela 86.

Tabela 86 - Distribuição das famílias, pelo número de pessoas, por Grupos e por Regiões.

Respostas	Total	Grupos					Regiões	
		A	B	C	D	E	Semiárido	Fora do Semiárido
Uma	3,6	5,5	2,8	3,2	3,2	5,0	3,6	3,5
Duas	17,2	12,4	16,5	16,9	19,7	15,9	17,9	16,0
Três	26,8	23,4	31,1	27,6	25,8	25,1	28,0	25,0
Quatro	25,2	24,4	24,3	24,0	25,4	27,0	24,0	27,0
Cinco	16,1	17,4	15,7	17,6	15,3	16,4	15,3	17,6
Seis ou mais	11,1	16,9	9,6	10,7	10,7	10,6	11,3	10,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Número médio de pessoas por família	3,8	4,1	3,7	3,8	3,7	3,8	3,8	3,8

Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

Conforme pode ser observado, através dos números contidos na Tabela 87, as distribuições de frequências do número de componentes das famílias

dos grupos de Tratamento e Controle são idênticas, com uma média de 3,8 pessoas.

Tabela 87– Distribuição das famílias, pelo número de pessoas, por categorias

Respostas	Categorias	
	Tratamento	Controle
Uma	3,2	4,1
Duas	17,1	17,5
Três	28,1	26,4
Quatro	25,4	24,7
Cinco	15,3	18,0
Seis ou mais	11,0	9,3
Total	100,0	100,0
Número médio de pessoas por família	3,8	3,8

Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

6.2.3.2. Distribuição dos componentes da família por faixas etárias

Pelo padrão etário apresentado na Tabela 88 observa-se que, com pequenas diferenças entre os diversos Grupos, entre 23,0% e 29,0% dos componentes familiares são menores de 15 anos; 35 a 44,3% se encontram na faixa etária de 16 a 39 anos; 20,7% a 25,4,% na faixa de 40 a 59 anos e 8,3 a 10,9% com idade acima dos 60 anos.

A idade média, com pequena variação entre os diversos grupos, é da ordem de 31,5 anos; evidenciando que o conjunto de beneficiários do programa já é bastante experiente, mas ainda tem uma longa vida produtiva esperada pela frente.

Praticamente inexistem diferenças entre as distribuições etárias dos que residem no Semiárido e Fora do Semiárido; e entre as distribuições referentes a Tratamento e Controle.

Tabela 88 - Distribuição dos componentes familiares por idade, por Grupos e por Regiões.

Respostas (Anos)	Total	Grupos					Regiões	
		A	B	C	D	E	Semiárido	Fora do Semiárido
Até 4	5,8	4,9	6,9	5,9	5,7	5,2	5,6	5,9
De 5 a 9	8,2	7,7	10,0	8,1	8,2	7,6	8,0	8,5
De 10 a 15	12,0	14,2	12,1	11,9	10,9	10,4	12,0	12,0
De 16 a 19	8,4	11,4	6,5	8,3	8,1	9,1	8,2	8,6
De 20 a 29	16,4	14,2	17,8	17,1	15,0	18,1	16,1	17,0
De 30 a 39	14,9	9,6	16,5	13,5	15,5	17,0	14,5	15,5
De 40 a 49	13,7	11,9	12,0	13,2	14,2	14,3	14,5	12,6
De 50 a 59	9,9	13,5	8,7	11,2	10,1	8,7	10,0	9,8
60 e mais	9,8	10,9	8,9	10,3	10,7	8,3	10,0	9,5
Não sabem/ Não responderam	1,0	1,7	0,6	0,5	1,7	1,4	1,2	0,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Idade (em anos)	31,5	32,0	30,2	31,9	32,5	31,0	31,7	31,1

Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

Tabela 89 - Distribuição dos componentes familiares por idade, por Categorias

Respostas	Categorias	
	Tratamento	Controle
Até 4	6,2	5,3
De 5 a 9	8,4	8,6
De 10 a 15	12,2	9,8
De 16 a 19	7,9	8,2
De 20 a 29	15,7	19,4
De 30 a 39	15,5	15,8
De 40 a 49	13,6	13,1
De 50 a 59	10,1	8,9
60 e mais	9,6	9,5
Não sabem/ Não responderam	0,9	1,4
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

6.2.3.3 Analfabetismo no âmbito do grupo familiar

O número médio de pessoas alfabetizadas por família é da ordem de 2,9. Esse número representa em torno de 76,0% dos componentes familiares (em média 3,8 pessoas por família) e varia pouco entre os Grupos (Tabela 90).

A proporção de famílias com todos os componentes analfabetos é alta (5,2%), sobretudo, entre as famílias do Grupo A (8,0%). As diferenças entre as distribuições do Semiárido e Fora do Semiárido; bem como aquelas referentes

às categorias controle e tratamento são relativamente pequenas (Tabelas 90 e 91).

Tabela 90 - Distribuição das famílias pelo número de pessoas alfabetizadas, por Grupos e por regiões.

Respostas	Total	Grupos					Regiões	
		A	B	C	D	E	Semiárido	Fora do Semiárido
Nenhuma	5,2	8,0	5,4	4,2	4,9	4,5	5,7	4,4
Uma	13,0	20,4	13,3	13,1	13,2	12,2	13,2	12,5
Duas	28,3	17,4	32,3	28,3	30,7	26,8	29,2	26,9
Três	22,5	23,9	22,5	22,5	22,4	23,5	22,4	22,9
Quatro	17,0	13,9	15,9	17,3	15,6	17,6	16,4	18,4
Cinco ou mais	13,9	16,4	10,7	14,7	13,2	15,4	13,2	14,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Número médio de pessoas alfabetizadas por família	2,9	2,8	2,7	2,9	2,8	3,0	2,8	2,9

Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

Tabela 91 - Distribuição das famílias pelo número de pessoas alfabetizadas, por categorias.

Respostas	Categorias	
	Tratamento	Controle
Nenhuma	4,3	5,5
Uma	12,5	13,8
Duas	30,3	28,2
Três	23,6	21,2
Quatro	15,7	18,1
Cinco ou mais	13,6	13,2
Total	100,0	100,0
Número médio de pessoas alfabetizadas por família	2,8	2,8

Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

6.2.3.4. Aposentados, pensionistas e beneficiários de programas sociais de transferência de renda.

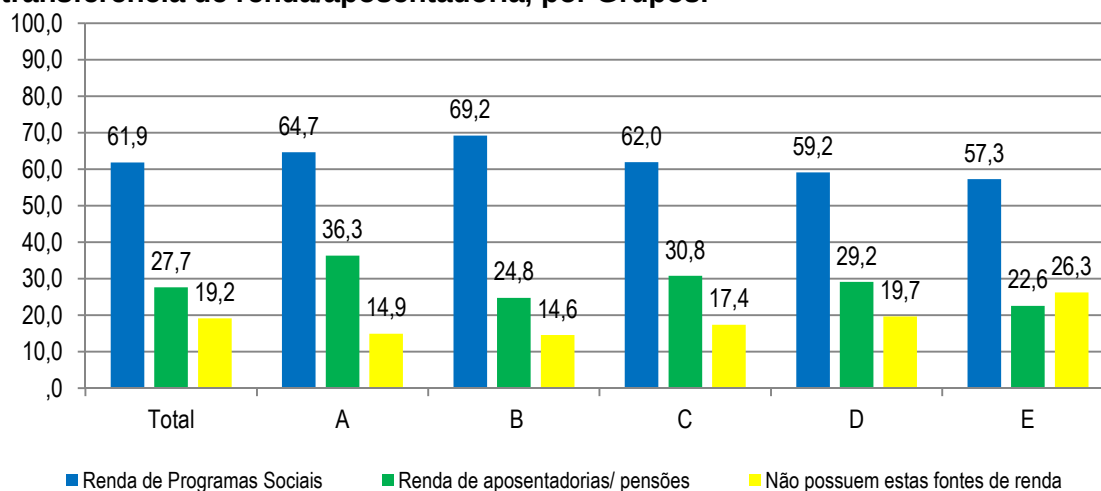
O nível de renda familiar da maior parte dos beneficiários do Pronaf é certamente insuficiente para cobrir suas necessidades básicas, razão pela qual eles dependem fortemente da renda complementar oriunda de aposentadorias e dos programas sociais de complementação de renda oferecidos pelo Estado.

A pesquisa mostra que, com alguma variação entre os Grupos, apenas 19,2% das famílias pesquisadas não recebem rendas oriundas de aposentadorias e nem de programas sociais de distribuição de renda.

No geral, 61,9% dessas famílias recebem renda de programas sociais; 27,7% recebem aposentadorias e pensões e 8,7% recebem rendas dessas

duas fontes, de forma simultânea. As famílias dos Grupos D (59,2%) e E (57,3%), conforme esperado, são menos beneficiadas pelos programas sociais, do que as famílias dos Grupos C (62,0%), A (64,7%) e sobretudo o B (69,2%).

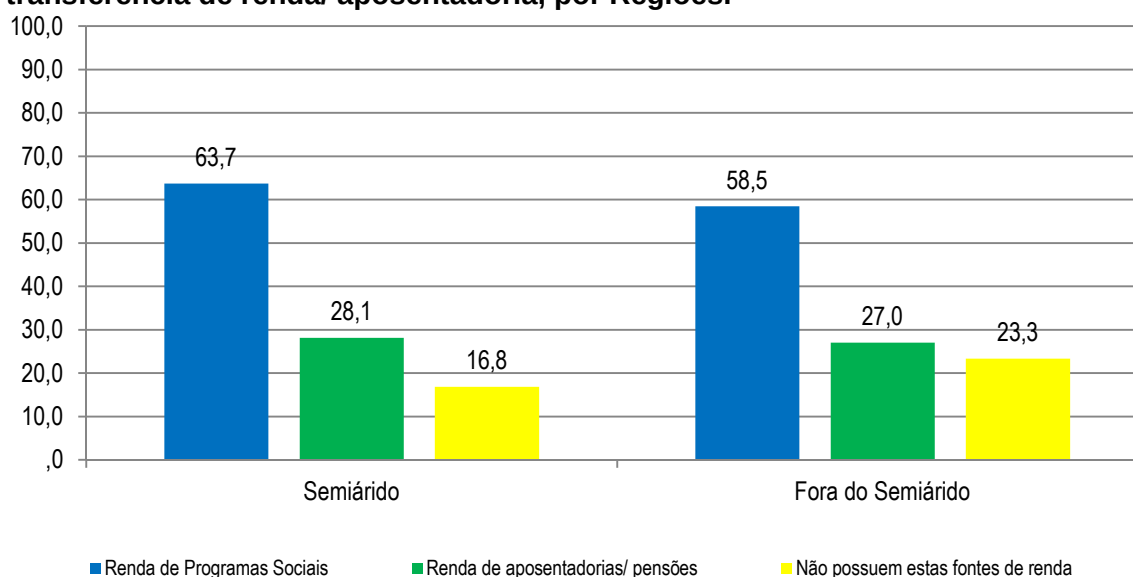
Gráfico 22- Distribuição das famílias pela vinculação a programas de transferência de renda/aposentadoria, por Grupos.



Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

Constatamos que no Semiárido a frequência de vinculações de beneficiários do Pronaf a programas sociais de distribuição de renda (63,7%), é maior que Fora do Semiárido (58,5%).

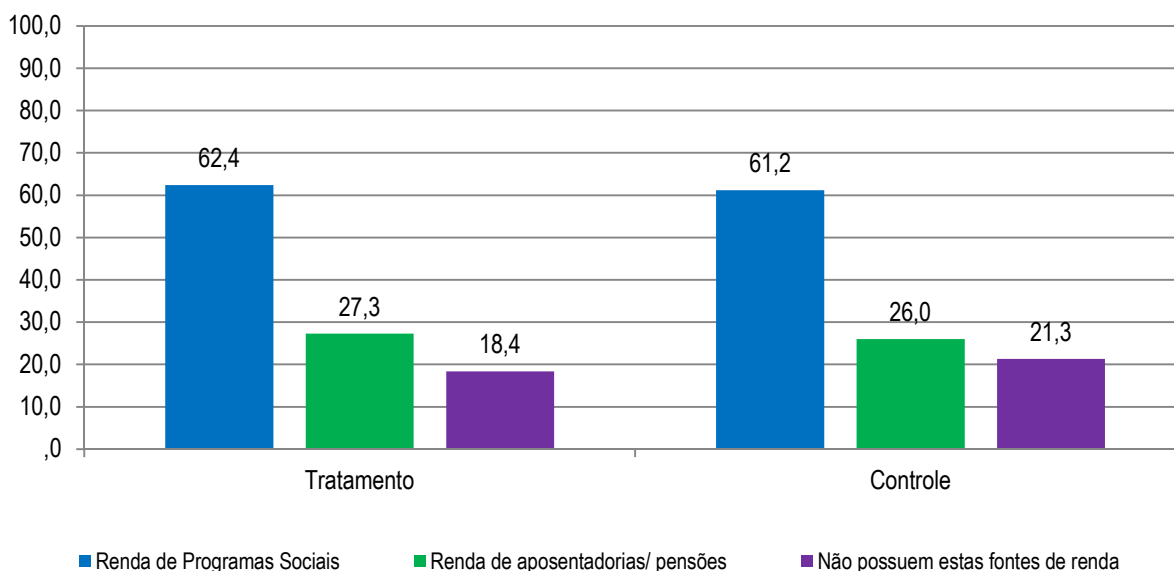
Gráfico 23- Distribuição das famílias pela vinculação a programas de transferência de renda/ aposentadoria, por Regiões.



Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

No que diz respeito a esse quesito, a situação vivenciada pelas famílias da categoria Tratamento é discretamente melhor do que a da categoria Controle.

Gráfico 24- Distribuição das famílias pela vinculação a programas de transferência de renda/aposentadoria, por Categorias.



Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

6.2.3.5. Acesso ao mercado de trabalho

A pequena produção familiar rural raramente consegue empregar produtivamente, em seu próprio negócio, todo o contingente de mão de obra disponível na família. Empregar parte da mão de obra familiar fora da propriedade, no mercado de trabalho, constitui, geralmente, uma necessidade para esses produtores; não apenas pelo incremento da renda familiar, mas também pela estabilidade que esses empregos emprestam às condições de sobrevivência da família, tendo em vista a incerteza dos fluxos de receitas proporcionados pela atividade agropecuária da região.

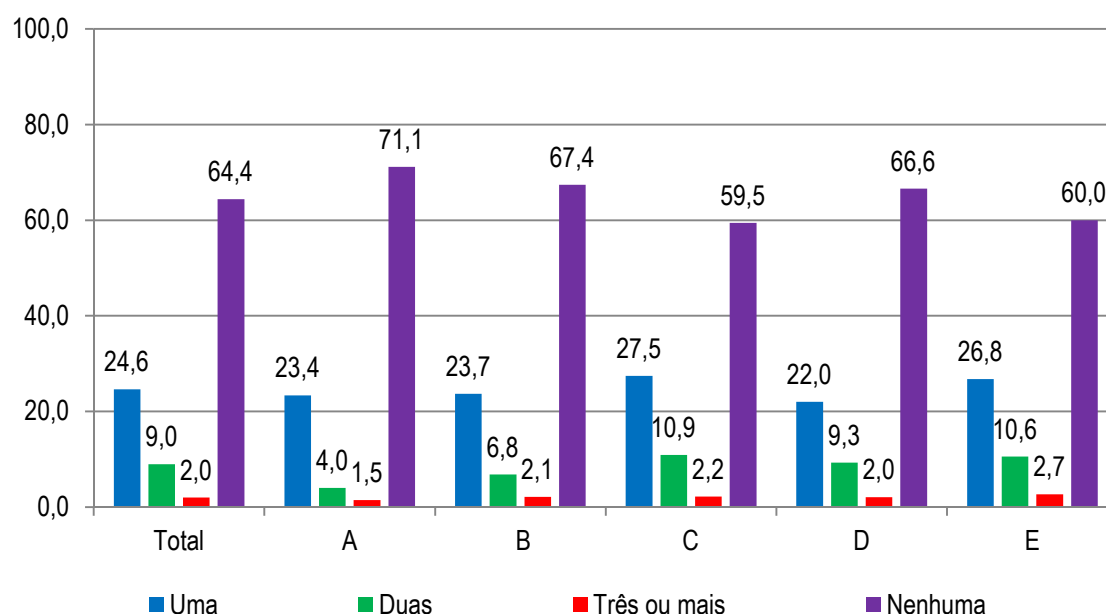
De acordo com os dados colhidos na pesquisa, o acesso das famílias entrevistadas aos mercados locais de trabalho é insuficiente para cobrir a demanda dessas famílias por oportunidades de trabalho, tendo em vista que apenas 35,6% delas têm algum de seus componentes trabalhando fora do negócio familiar; e somente 11,0% delas conseguem empregar mais de 1 pessoa da família.

Embora sejam, em média, maiores do que as demais, as famílias do Grupo A, em função da maior precariedade do nível educacional de seus componentes, e de outras limitações de seu perfil, são as que menos oportunidades encontram no mercado de trabalho. Apenas 28,9% delas conseguem empregar algum de seus membros, e a taxa ocupação para elas é de apenas 0,4 pessoas/família.

As famílias dos Grupos C e E, por outro lado, são as que conseguem maior participação no mercado de trabalho. Pouco menos de 40% delas têm

pelo menos 1 de seus membros empregados, na proporção de quase 0,6 pessoas ocupadas/família.

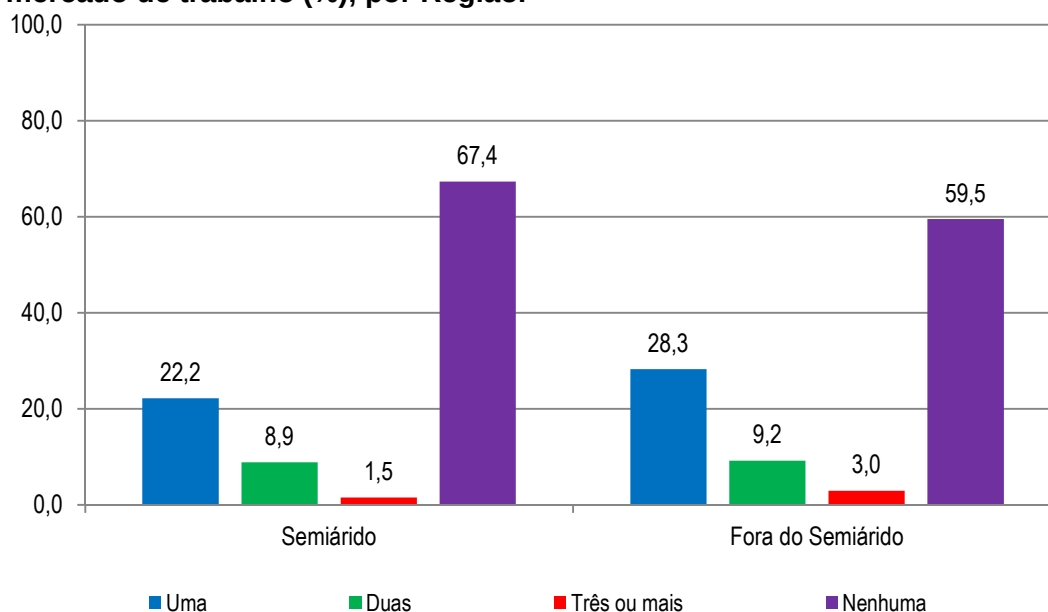
Gráfico 25- Distribuição das famílias, pelo número de pessoas ocupadas no mercado de trabalho (%), por Grupos.



Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

Em termos dos dois subespaços analisados, o acesso ao mercado de trabalho é mais restrito no Semiárido, onde cerca de 33,0% das famílias conseguem emprego, do que fora dele, região em que aproximadamente 40,0% das famílias conseguem empregos, conforme Gráfico 10.

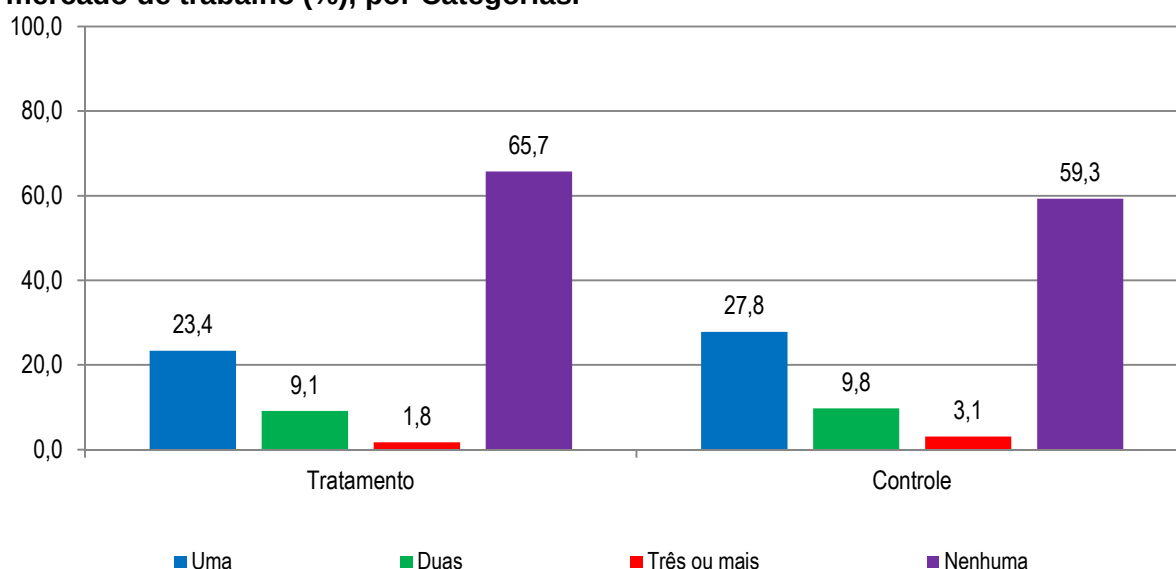
Gráfico 26 - Distribuição das famílias, pelo número de pessoas ocupadas no mercado de trabalho (%), por Região.



Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

De acordo com os dados coletados, o acesso das famílias da categoria Tratamento aos mercados locais de trabalho (34,3%) é mais restrito do o que o da categoria Controle (40,7%).

Gráfico 27- Distribuição das famílias, pelo número de pessoas ocupadas no mercado de trabalho (%), por Categorias.



Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

Como os dois grupos quase se equivalem, em termos de suas características (Idade, escolaridade e cor da pele), essa diferença talvez possa

ser explicada pelo fato de que aqueles que possuem empréstimo do PRONAF os utilizam em seu próprio negócio e não buscam as oportunidades de emprego oferecidas nos mercados locais (Gráfico 11).

A maior parte dos empregos fora da propriedade familiar é vinculada aos setores público (21,6%), agropecuária (14,1%), de comércio (13,3%) e de serviços (19,6%), conforme se pode visualizar na Tabela 92.

Tabela 92 - Distribuição das famílias com pessoas empregadas no mercado, por ramos de atividade, por Grupos e por Região.

	Total	Grupos					Regiões	
		A	B	C	D	E	Semiárido	Fora do Semiárido
Agricultura	12,9	18,1	16,1	16,1	10,4	10,5	14,6	10,8
Pecuária	1,2	0,0	1,1	0,3	1,8	1,1	1,5	0,9
Indústria	6,1	6,9	6,2	4,2	6,1	7,7	4,3	8,1
Comércio	13,3	5,6	13,9	13,1	13,0	13,3	12,8	13,8
Serviços	19,6	18,1	20,5	15,8	15,8	27,8	19,1	20,1
Servidor público	21,6	12,5	14,3	25,9	28,1	16,4	22,6	20,4
Profissional liberal	4,8	2,8	2,9	5,1	4,3	4,8	3,5	6,3
Outros	9,7	20,8	11,4	8,3	13,0	6,8	9,8	9,5
Não sabem/ Não responderam	11,1	15,3	13,6	11,3	7,6	11,6	11,8	10,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

A categoria Tratamento emprega com maior frequência no setor público (23,8%), enquanto a categoria Controle emprega com maior frequência no setor de serviços (21,5%). Todavia, na maioria dos setores, as situações das duas categorias são equivalentes (Tabela 93).

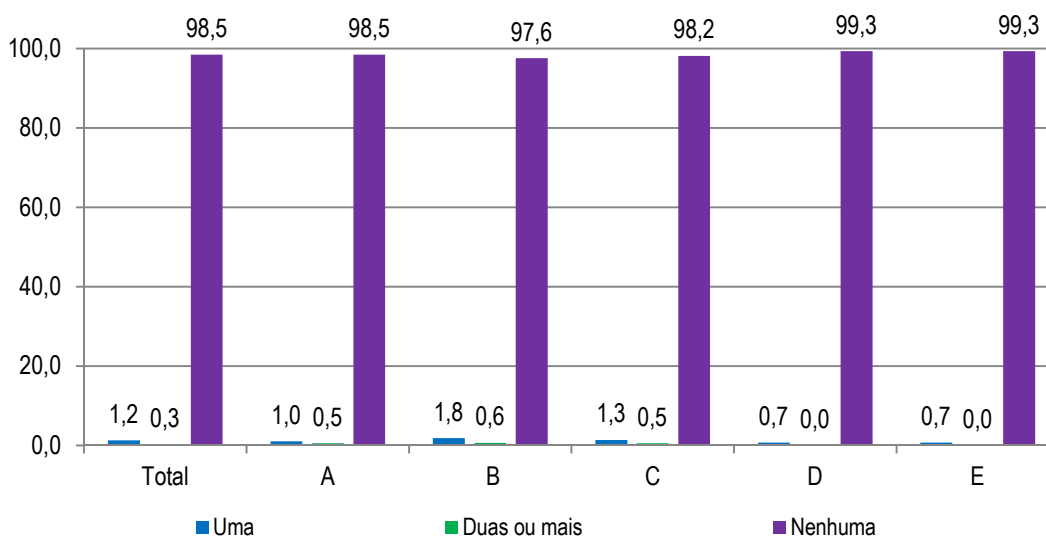
Tabela 93 - Distribuição das famílias com pessoas empregadas no mercado, por ramos de atividade, por Categorias.

Respostas	Categorias	
	Tratamento	Controle
Agricultura	11,5	15,7
Pecuária	1,0	1,2
Indústria	5,7	6,6
Comércio	13,8	12,6
Serviços	19,4	21,5
Servidor público	23,8	17,4
Profissional liberal	4,2	4,6
Outros	10,4	8,5
Não sabem/ Não responderam	10,4	12,0
Total	100,0	100,0

6.2.3.6. Migração

Nos últimos anos o governo brasileiro vem investindo seriamente em programas que contribuem para reduzir a migração de produtores rurais. Além do próprio Pronaf e dos programas que enfatizam as possibilidades de convivência com as secas, merecem destaque os programas sociais de transferência de renda e o programa de construção de cisternas.

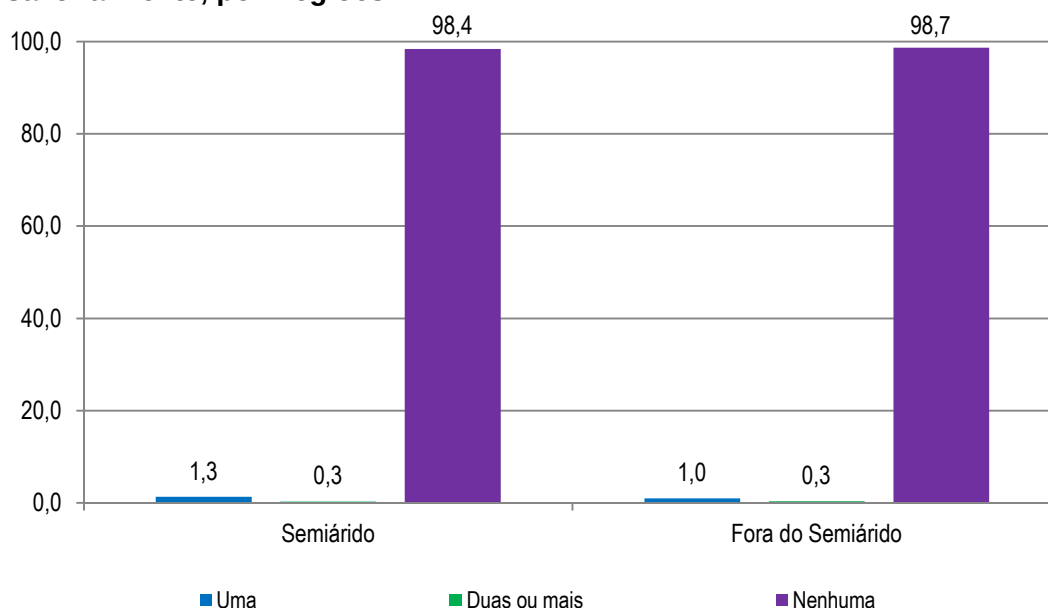
Gráfico 28- Distribuição das famílias pelo número de pessoas que migram sazonalmente, por Grupos.



Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

De acordo com os números abaixo apresentados, esse esforço vem obtendo sucesso; na medida em que, com variação mínima entre os diversos Grupos ora avaliados, tanto no Semiárido, quanto fora dele, a migração sazonal atinge hoje apenas 1% das famílias pesquisadas; e costuma durar, em média, 5 meses por ano (Gráfico 13).

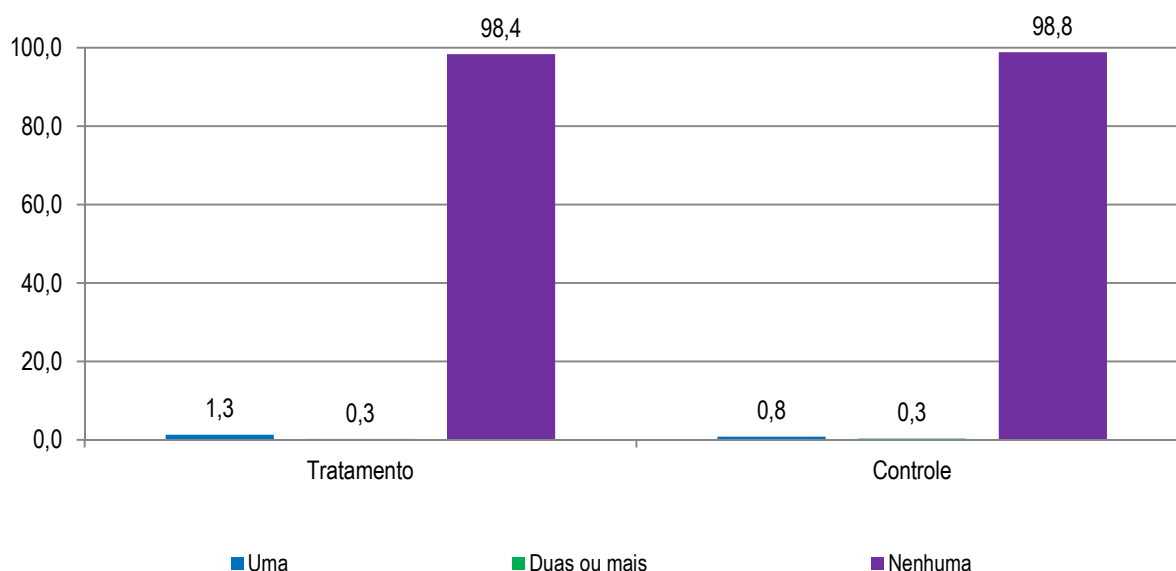
Gráfico 29 - Distribuição das famílias pelo número de pessoas que migram sazonalmente, por Regiões.



Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

No que diz respeito à migração sazonal, a situação das famílias da categoria Tratamento equivale praticamente à da categoria Controle, indicando que, a contribuição específica do Pronaf, no conjunto dos esforços que vêm sendo desenvolvidos para reduzir a migração, é relativamente pequena²⁰.

Gráfico 30- Distribuição das famílias pelo número de pessoas que migram sazonalmente, por Categorias.

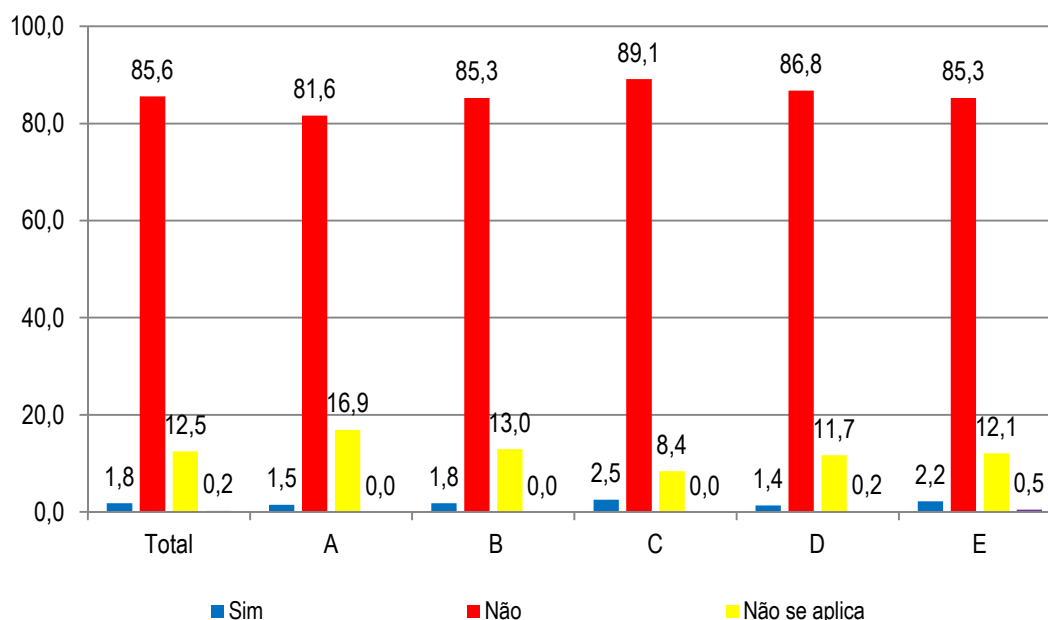


Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

²⁰ Nas secas mais prolongadas, como a que hoje atravessamos, o volume de investimentos realizados através dos programas acima referidos tende a crescer de forma substancial, reduzindo assim a importância relativa do Pronaf, como fator de retenção de migrantes.

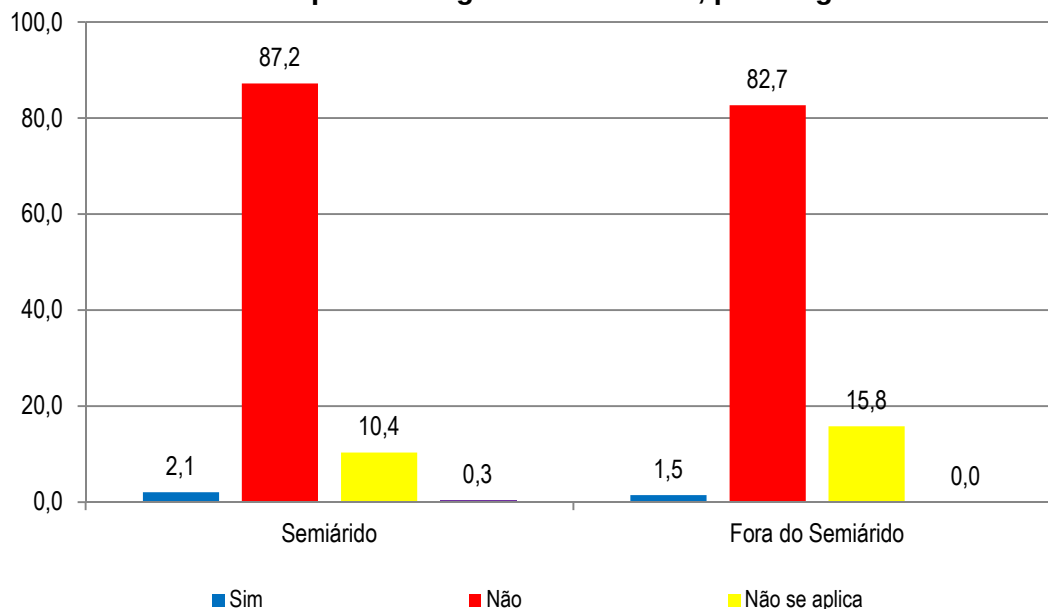
Após ingressarem no programa, em torno de 1,8% das famílias, mais no Semiárido do que fora dele, com pequenas variações entre os diversos Grupos, conseguiram trazer de volta para casa alguém que havia migrado (Gráfico 15).

Gráfico 31- Distribuição das famílias em função da existência de migrantes que retornaram à família após seu ingresso no Pronaf, por Grupos.



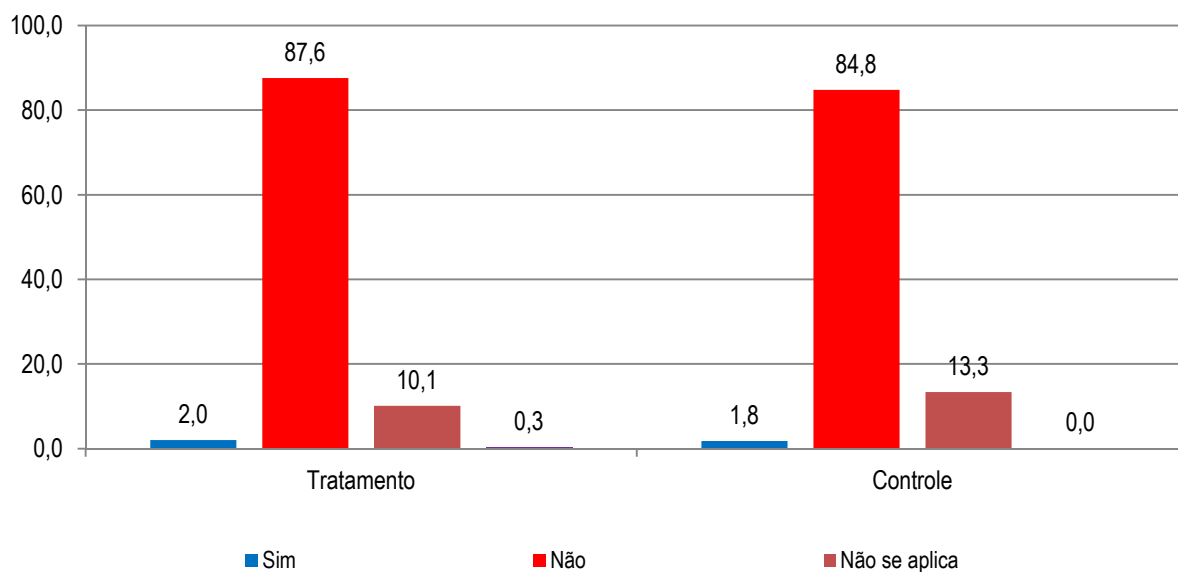
Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

Gráfico 32- Distribuição das famílias em função da existência de migrantes que retornaram à família após seu ingresso no Pronaf, por Região.



Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

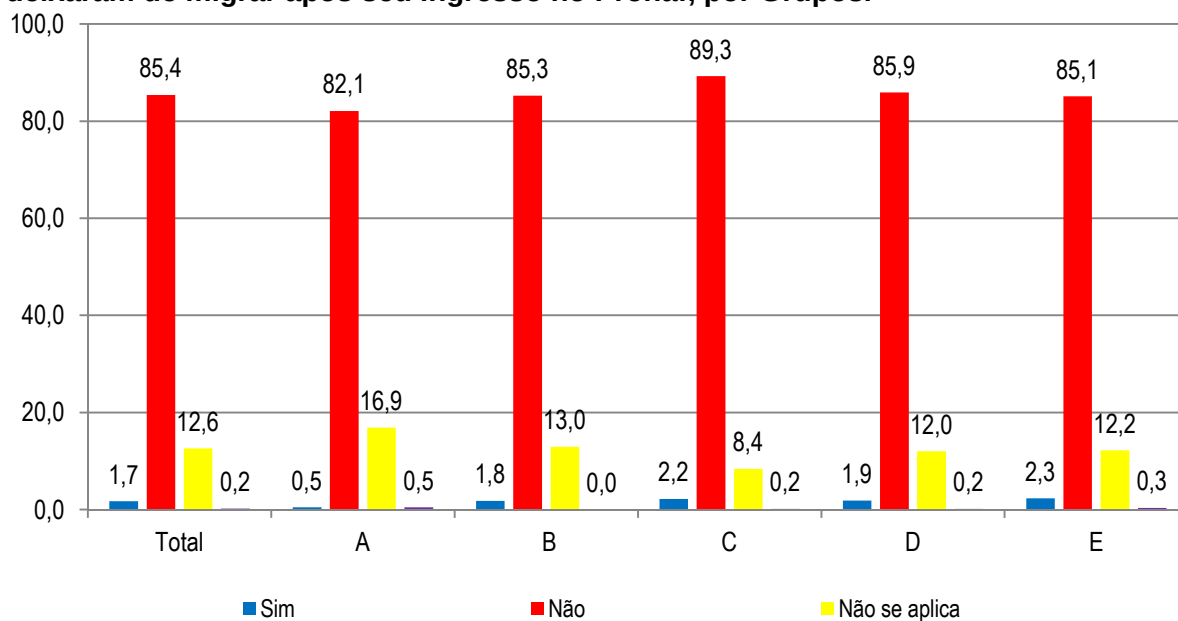
Gráfico 33- Distribuição das famílias em função da existência de migrantes que retornaram à família após seu ingresso no Pronaf, por Categorias



Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

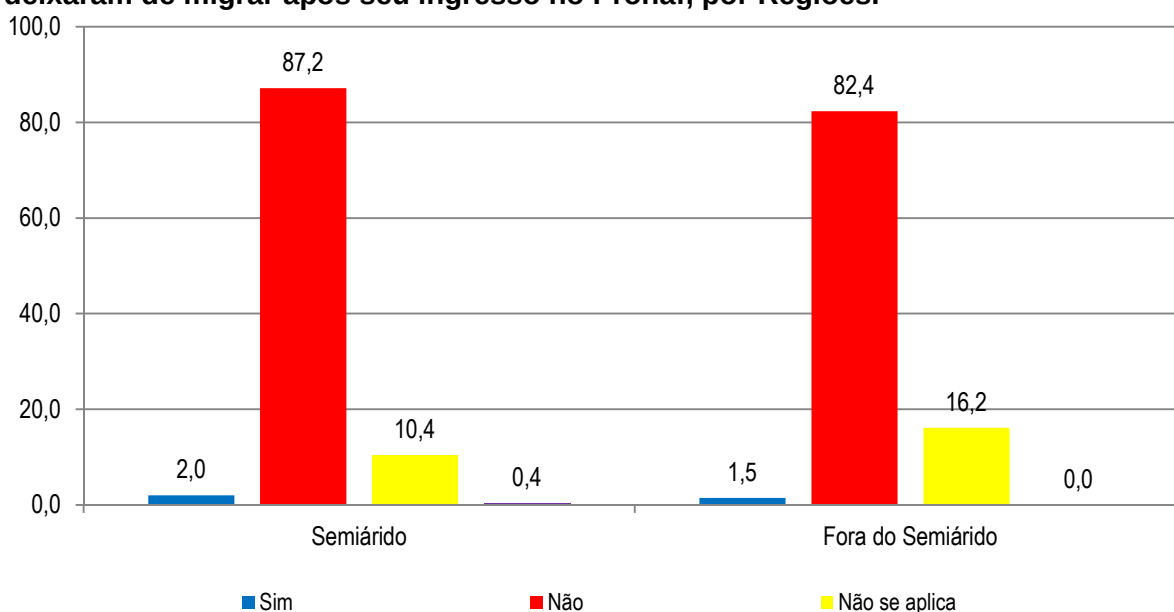
Entre as famílias pesquisadas, com pequena variação entre os diversos Grupos, 1,8% conseguiram evitar a saída sazonal de pessoas que habitualmente migravam.

Gráfico 34- Distribuição das famílias em função da existência de pessoas que deixaram de migrar após seu ingresso no Pronaf, por Grupos.



Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

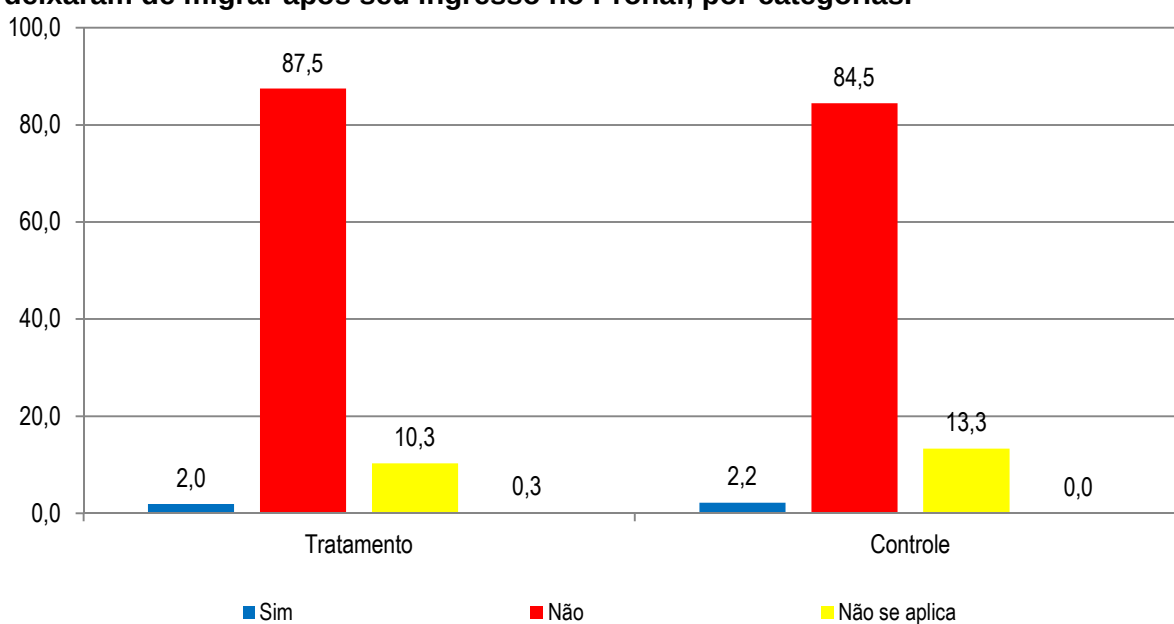
Gráfico 35- Distribuição das famílias em função da existência de pessoas que deixaram de migrar após seu ingresso no Pronaf, por Regiões.



Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

No que concerne a essa questão, existe uma pequena diferença favorável aos beneficiários da categoria Controle, relativamente ao grupo de tratamento (Gráfico 20). Já em relação às regiões climáticas, constatou-se que, nas regiões semiáridas, em 87,2% das famílias não ocorreram emigrações; contra um índice de 82,4% nas famílias residentes fora do semiárido (Gráfico 19).

Gráfico 36- Distribuição das famílias em função da existência de pessoas que deixaram de migrar após seu ingresso no Pronaf, por categorias.



Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

6.2.3.7. Condições da residência

A moradia típica dos beneficiários do Pronaf pode ser genericamente descrita como uma casa própria; com 6 dependências; localizada na área rural; com paredes de alvenaria, coberta com telhas de cerâmica; com piso cimentado; banheiro interno, com escoamento para uma fossa séptica ou rudimentar; água proveniente de poços, cacimbas e açudes; servida por energia elétrica; com valor médio de mercado equivalente a R\$ 25.351,00 (vinte e cinco mil trezentos e cinquenta e um reais).

Conforme esperado as casas mais valorizadas pertencem aos beneficiários do grupo E (valor médio equivalente a R\$ 30.765,71); enquanto que as casas mais simples pertencem aos beneficiários dos Grupos A (R\$ 19.841,97) e B (R\$ 19.764,50), de acordo com a Tabela 94.

Tabela 94 - Condições típicas da moradia, por Grupos e por Região (%)

Característica	Situação modal	Grupos						Região	
		Total	A	B	C	D	E	Semiárido	Fora do Semiárido
Localização	Rural	83,3	94,5	84,8	83,6	82,2	76,6	85,6	79,3
Posse	Própria em terreno próprio	86,2	84,1	86,6	90,1	87,8	81,6	86,7	85,8
Paredes	Alvenaria	87,5	89,1	83,5	85,6	87,8	90,8	89,9	82,3
Teto	Telha cerâmica	94,4	97,5	93,0	92,3	97,0	96,7	97,2	90,7
Piso	Cimento	67,4	80,6	70,8	62,8	65,1	62,8	70,3	62,0
Banheiro interno	Sim	87,6	90,1	83,8	88,6	88,5	90,8	87,9	87,6
Escoadouro sanitário	Fossa	86,4	94,5	86,3	87,3	85,8	84,0	84,8	88,9
Origem da água	Poços/cacimbas/açudes/etc.	54,3	63,7	55,1	60,8	51,7	45,2	49,6	61,2
Iluminação	Rede elétrica	96,7	98,5	97,4	96,8	95,6	97,0	96,0	97,5
Valor de mercado	-	25.351,00	19.841,97	19.764,50	25.015,21	27.904,11	30.765,71	24.445,42	26.654,07

Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

O valor médio de mercado das residências localizadas no Semiárido (R\$ 24.445,42) é um pouco menor que o das residências localizadas Fora do Semiárido, cujo valor médio é de R\$ 26.654,07.

As condições típicas de moradia acima mencionadas são um pouco mais frequentes entre os produtores da categoria Tratamento do que da categoria Controle.

Tabela 95 - Condições típicas da moradia, por Categorias (%)

	Situação modal	Tratamento	Controle
Localização	Rural	81,9	81,7
Posse	Própria em terreno próprio	87,5	84,8
Paredes	Alvenaria	88,7	83,7
Teto	Telas cerâmicas	95,7	93,0
Piso	Cimento	67,2	62,3
Banheiros	Sim	90,2	83,8
Escoadouras sanitário	Fossa	86,3	84,9
Origem da água	Rede pública/chafariz	47,1	46,3
Iluminação	Rede pública	96,8	96,6
Valor de mercado		26.038	24.607

Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

Nestas categorias, verificou-se que o valor médio de mercado das residências do grupo Tratamento é um pouco maior (R\$ 26.038,00) do que o das residências daqueles agricultores familiares que formaram o grupo Controle (R\$ 24.607,00).

Os números indicam que as condições de moradia vêm melhorando de forma significativa nos últimos anos. Cerca de 4,0% dos beneficiários do Pronaf, com pequena variação entre os diversos Grupos, construíram ou adquiriram casas novas após ingressarem no programa.

Por outro lado, 13,7% deles realizaram reformas em seus respectivos domicílios, após ingressarem no programa, tendo esse percentual variado de 22,9% entre os produtores dos Grupos A, para pouco mais de 11,0% nos Grupos B e E, 13,2% no Grupo C e 15,4% no Grupo D (Tabela 96).

Tabela 96 - Distribuição das famílias em função da realização de construções e reformas residenciais após o Pronaf, por Grupos e por Região

Respostas	Total	Grupos					Regiões	
		A	B	C	D	E	Semiárido	Fora do Semiárido
Não	81,1	73,1	85,6	79,9	77,6	84,4	79,5	83,9
Construiu/ comprou casa nova	4,0	3,0	2,8	4,9	5,1	3,7	4,1	4,0
Reformou a casa	13,7	22,9	11,2	13,2	15,4	11,1	15,6	10,3
Não sabem/ Não responderam	1,2	1,0	0,5	2,0	1,9	0,8	0,8	1,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Valor médio das construções/ reformas das residências	4.286,99	3.262,44	3.328,07	4.478,14	4.850,43	5.080,67	4.352,26	4.217,64

Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

O valor médio das construções e reformas foi da ordem de R\$ 4.286,99 (quatro mil duzentos e oitenta e seis reais e noventa e nove centavos),

variando de R\$ 3.262,44 entre os produtores do Grupo A, até R\$ 5.080,67 entre os produtores do Grupo E.

As aquisições e construções foram quase tão frequentes no Semiárido, quanto Fora do Semiárido (em torno de 4,0%), porém as reformas foram bem mais frequentes no Semiárido (15,6%) do que Fora dele (10,3%).

A Tabela 97 evidencia que a proporção de beneficiários que construíram ou reformaram residências da categoria Controle (11,2%) foi bem menor do que na categoria Tratamento (20,0%).

Tabela 97 - Distribuição das famílias em função da realização de construções e reformas residenciais após o Pronaf, por Categorias.

Respostas	Categorias	
	Tratamento	Controle
Não	78,7	87,6
Construiu/ comprou casa nova	4,9	2,7
Reformou a casa	15,1	8,5
Não sabem/ Não responderam	1,3	1,3
Total	100,0	100,0

6.2.3.7.1 Índice de condições de residência

Objetivamente, a avaliação das condições de moradia de determinada família pode ser feita a partir da combinação das características apresentadas por essa moradia, quais sejam: materiais constituintes das paredes, piso e teto; disponibilidade de banheiro; acesso à água e energia elétrica; tipo escoamento sanitário, entre outras.

Para realizar essa avaliação, fez-se uso de um índice (construto), denominado *Índice de Condições de Residência*. Referido índice tem a grande vantagem de apresentar o resultado da avaliação de forma objetiva, através de um único número, cujo valor fica restrito ao intervalo entre 0 (zero) e 1 (um).

O valor 1 representa moradias com paredes de alvenaria, piso revestido por cerâmica, teto coberto por telhas cerâmicas, banheiro interno, conectada às redes públicas de água, esgoto e energia elétrica.

O valor zero representa residências com paredes de taipa, piso de chão batido, teto de palha, sem banheiro interno e sem conexão às redes públicas de distribuição de água e energia elétrica.

Arbitrando que:

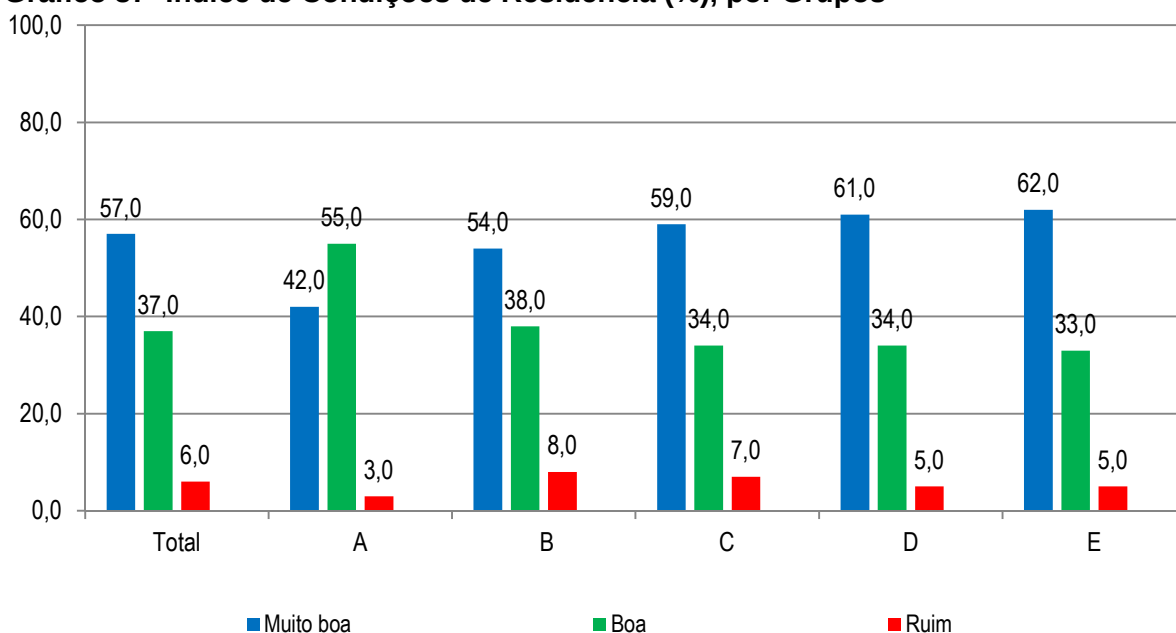
- i) As habitações cuja avaliação resultou num índice com valor igual ou menor que 0,25 foram consideradas muito ruins;
- ii) As habitações cuja avaliação resultou num índice com valor maior que 0,25 e menor ou igual a 0,50 foram consideradas ruins;

- iii) As habitações cuja avaliação resultou num índice com valor maior que 0,50 e menor ou igual a 0,75 foram consideradas boas;
- iv) As habitações cuja avaliação resultou num índice com valor maior que 0,75 e menor ou igual a 1,00 foram consideradas muito boas.

Pode-se concluir que:

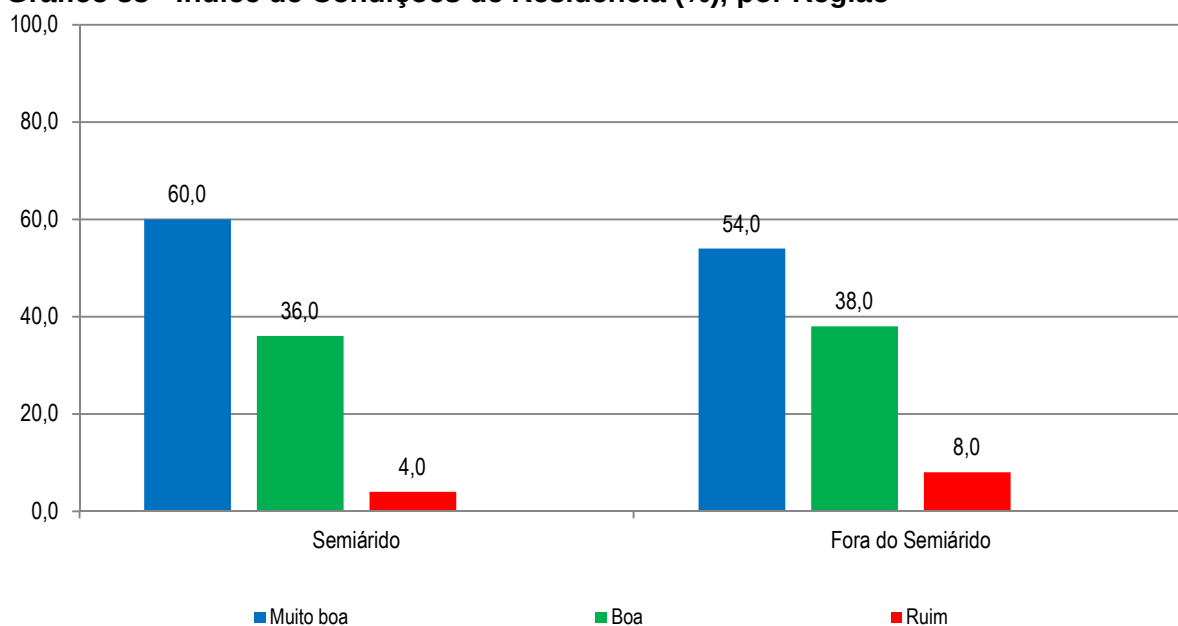
- I. No Grupo A: 0,0% das residências foi considerada Muito Ruim; 3,0% Ruins; 55,0% Boas e 42,0% Muito Boas;
- II. No Grupo B: 0,0% foi considerada Muito Ruim; 8,0% Ruins; 38,0% Boas e 54,0% Muito Boas;
- III. No Grupo C: 0,0% foi considerada Muito Ruim; 7,0% Ruins; 34,0% Boas e 59,0% Muito Boas;
- IV. No Grupo D: 0,0% foi considerada Muito Ruim; 5,0% Ruins; 34,0% Boas e 61,0% Muito Boas;
- V. No Grupo E: 0,0% foi considerada Muito Ruim; 5,0% Ruins; 33,0% Boas e 62,0% Muito Boas;

Gráfico 37- Índice de Condições de Residência (%), por Grupos



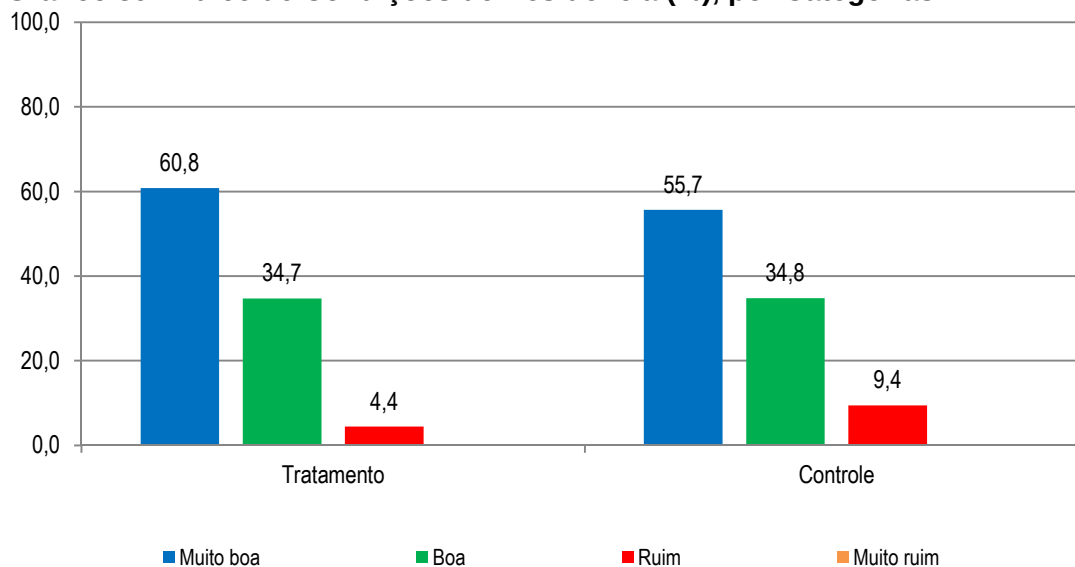
Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

Do ponto de vista da distribuição espacial pode-se dizer que as condições de residência do Semiárido são um pouco melhores do que as de Fora do Semiárido (Gráfico 22).

Gráfico 38 - Índice de Condições de Residência (%), por Região

Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

Quando comparamos os dois grupos, verificamos que a situação residencial dos produtores que compõem o grupo de tratamento é melhor do que a daqueles que compõem o grupo de controle (Gráfico 23).

Gráfico 39- Índice de Condições de Residência (%), por Categorias

Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

6.2.3.8. Posse de bens de consumo duráveis

Os números indicam que, em todos os grupos avaliados, a dotação de bens de consumo duráveis dos beneficiários do programa, embora modesta, talvez possa surpreender àqueles que veem o Nordeste rural apenas como um reduto de miséria.

Observa-se que 96,0% das famílias pesquisadas utilizam fogões a gás; 94,8% possuem televisores e 93,3% geladeiras. Cerca de 81,0% das famílias utilizam liquidificadores e mais de 62,0% usam ferros elétricos e aparelhos de som.

As máquinas de lavar são encontradas em 26,2% dos lares, as máquinas de costura em 17,0% e os fornos de micro-ondas em 10,2%.

Como ocorre em outros aspectos observados no estudo, os produtores do Grupo A, seguidos pelos produtores do Grupo B, são, nesta ordem, os mais carentes em relação à posse de equipamentos.

Tabela 98 - Distribuição das famílias pela posse de equipamentos domiciliares (%), por Grupos e por Região

Respostas	Grupos						Regiões	
	Total	A	B	C	D	E	Semiárido	Fora do Semiárido
Fogão a gás ou elétrico	96,0	91,0	95,5	97,0	96,6	96,7	95,7	96,6
TV	94,8	93,0	94,8	95,0	95,3	94,8	94,3	95,6
Geladeira	93,3	89,1	91,4	95,6	94,1	94,1	91,9	95,3
Liquidificador	80,7	72,6	78,4	81,4	79,5	85,3	81,3	79,8
Rádio/ Aparelho de som	65,7	61,7	66,6	63,2	68,0	66,0	67,4	63,5
Ferro elétrico	62,6	47,3	57,5	62,5	65,9	68,8	67,8	55,5
Máquina de lavar	26,2	19,4	17,8	27,1	31,0	27,3	28,0	23,7
Máquina de costura	17,0	14,9	13,5	19,1	19,3	13,6	19,0	14,3
Forno micro-ondas	10,2	3,5	6,7	11,2	10,5	13,7	11,3	8,7
Não possuem nenhum dos itens citados	0,9	2,0	1,0	0,3	0,5	1,7	1,3	0,3

Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

As diferenças observadas entre os residentes no Semiárido e Fora do Semiárido são muito pequenas. A situação dos produtores da categoria Tratamento, entretanto, é um pouco melhor do que a dos produtores que compõem a categoria Controle (Tabela 99).

Tabela 99 - Distribuição das famílias pela posse de equipamentos domiciliares (%), por Categorias

Respostas	Categorias	
	Tratamento	Controle
Fogão a gás ou elétrico	97,1	95,2
TV	95,6	93,8
Geladeira	95,1	91,5
Liquidificador	83,1	77,7
Rádio/ Aparelho de som	65,9	66,1
Ferro elétrico	67,1	57,5
Máquina de lavar	27,3	23,0
Máquina de costura	18,2	13,1
Forno micro-ondas	10,8	9,9
Não possuem nenhum dos itens citados	0,6	1,4

Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

Como pode ser constatado através dos números apresentados na Tabela 16, o valor médio do estoque de bens de consumo duráveis das residências pesquisadas, da ordem de R\$ 1.316,00 (mil trezentos e dezesseis reais), indica quão modestas são as condições de conforto do contingente pesquisado. As variações entre os diversos Grupos de produtores são relativamente pequenas e as residências localizadas no Semiárido apresentam acervos um pouco menos valiosos do que as de fora daquela Região.

Para melhor entendimento por parte dos leitores, é importante reiterar que as médias acima referidas, para cada tipo de equipamento, foram calculadas através da soma dos preços dos produtos multiplicada pelas respectivas quantidades adquiridas, para o conjunto de todos os produtores pesquisados, por grupo, região ou categoria. Por esse motivo, equipamentos mais caros, mas raramente encontrados nas unidades produtivas, como fornos de micro ondas, por exemplo, aparecem com valores médios (por unidade familiar produtiva) singelos, e bem mais baixos do que TVs, que são quase 10 vezes mais frequentes nas residências pesquisadas.

Tabela 100 - Valores médios dos equipamentos domiciliares (R\$), por Grupos e por Região.

Respostas	Grupos						Regiões	
	Total	A	B	C	D	E	Semiárido	Fora do Semiárido
TV	311,00	263,00	279,00	320,00	338,00	300,00	301,00	325,00
Geladeira	510,00	468,00	447,00	565,00	534,00	484,00	492,00	537,00
Fogão a gás ou elétrico	199,00	154,00	180,00	212,00	214,00	196,00	194,00	206,00
Rádio/ Aparelho de som	110,00	99,00	106,00	98,00	122,00	115,00	113,00	106,00
Máquina de costura	27,00	19,00	20,00	31,00	26,00	23,00	30,00	21,00
Máquina de lavar	78,00	54,00	52,00	77,00	86,00	94,00	81,00	75,00
Forno micro-ondas	21,00	6,00	14,00	24,00	23,00	26,00	24,00	18,00
Ferro elétrico	24,00	17,00	20,00	25,00	24,00	25,00	25,00	21,00
Liquidificador	37,00	31,00	34,00	40,00	35,00	38,00	37,00	36,00
Total	1.316,00	1.111,00	1.151,00	1.391,00	1.403,00	1.301,00	1.297,00	1.344,00

Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

O estoque de bens de consumo duráveis das famílias da categoria Controle custou (R\$ 1.260,00), em média, um pouco menos que o da categoria Tratamento (R\$ 1.338,00), conforme Tabela 101.

Tabela 101 - Valores médios dos equipamentos domiciliares (R\$), por Categorias.

Respostas	Categorias	
	Tratamento	Controle
TV	313,00	301,00
Geladeira	522,00	481,00
Fogão a gás ou elétrico	200,00	201,00
Rádio/ Aparelho de som	111,00	109,00
Máquina de costura	27,00	20,00
Máquina de lavar	79,00	74,00
Forno micro-ondas	23,00	20,00
Ferro elétrico	26,00	20,00
Liquidificador	38,00	34,00
Total	1.338,00	1.260,00

Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

6.2.3.9. (In) Segurança alimentar

Fundamentado no Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional, emanado da *I Conferência Nacional de Segurança Alimentar*, realizada em 1994, foi formalizado na Lei Orgânica de Segurança Alimentar (LOSAN), em 2006: “Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é a realização do direito ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares

promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam socialmente, economicamente e ambientalmente sustentáveis”.

Considerando a importância de definir indicadores de monitoramento das políticas de SAN, estudiosos do tema propuseram a adoção de índices, escalas e outros indicadores para colocar em prática avaliações das situações vivenciadas pela população.

Um instrumento, inicialmente desenvolvido na Universidade de Cornell, foi adaptado em vários países, inclusive no Brasil, onde recebeu a denominação de Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA).

Essa escala constitui um método subjetivo para avaliar a forma de sentir e reagir das famílias ante a expectativa de (in)segurança alimentar, ou seja, face ao risco de passar fome.

Integra a escala EBIA um conjunto de 15 perguntas endereçadas aos responsáveis pela alimentação da família, formando um escore que gradua entre Segurança Alimentar, Insegurança Alimentar Leve, Insegurança Alimentar Moderada e Insegurança Alimentar Grave. A escala procura traduzir objetivamente a expectativa subjetiva de (in) segurança das pessoas.

No caso em tela, 22,4% dos entrevistados queixaram-se de insegurança alimentar, sendo 14,0% de Insegurança Leve, e 5,0% de Insegurança moderada e 3,4% de Insegurança grave (Tabela 102).

A situação é mais aguda entre os produtores do Grupo A (11,0% de insegurança moderada e 7,5% de insegurança grave) do que nos demais Grupos, que apresentam de 1,5% a 3,2% de insegurança alimentar grave.

Tabela 102 - Distribuição das famílias pelo Índice de segurança alimentar, por Grupos e por Região (%).

Respostas	Total	Grupos					Regiões	
		A	B	C	D	E	Semiárido	Fora do Semiárido
Segurança alimentar	77,5	66,7	78,8	72,9	82,0	79,9	78,7	76,1
Insegurança alimentar leve	14,0	14,4	13,9	20,4	10,5	12,1	11,8	17,1
Insegurança alimentar moderada	5,0	11,0	3,9	5,2	4,4	4,9	5,5	4,0
Insegurança alimentar grave	3,4	7,5	2,9	1,5	2,9	3,2	3,8	2,7
Não sabem/ Não responderam	0,2	0,5	0,5	0,0	0,2	0,0	0,2	0,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

No que diz respeito à insegurança alimentar a situação experimentada pelas famílias do Semiárido é um pouco pior do que aquela que caracteriza os moradores de fora dessa região.

Embora detenha maior proporção de componentes em situação de completa segurança (79,1%, contra 77,2% do grupo de controle), as situações das categorias Tratamento e Controle praticamente se equivalem (Tabela 103).

Tabela 103 - Distribuição das famílias pelo Índice de (In) segurança alimentar, por Categorias

Respostas	Categorias	
	Tratamento	Controle
Segurança alimentar	79,1	77,2
Insegurança alimentar leve	14,1	14,5
Insegurança alimentar moderada	4,2	5,2
Insegurança alimentar grave	2,4	3,0
Não sabem/ Não responderam	0,2	0,1

Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

6.2.3.10. Renda e riqueza²¹

As famílias entrevistadas recebem renda de quatro fontes complementares, a saber:

- i) Mercado de trabalho;
- ii) Aposentadorias e pensões;
- iii) Programas sociais de distribuição de renda;
- iv) Unidade produtiva da própria família.

6.2.3.10.1. Renda oriunda do mercado de trabalho

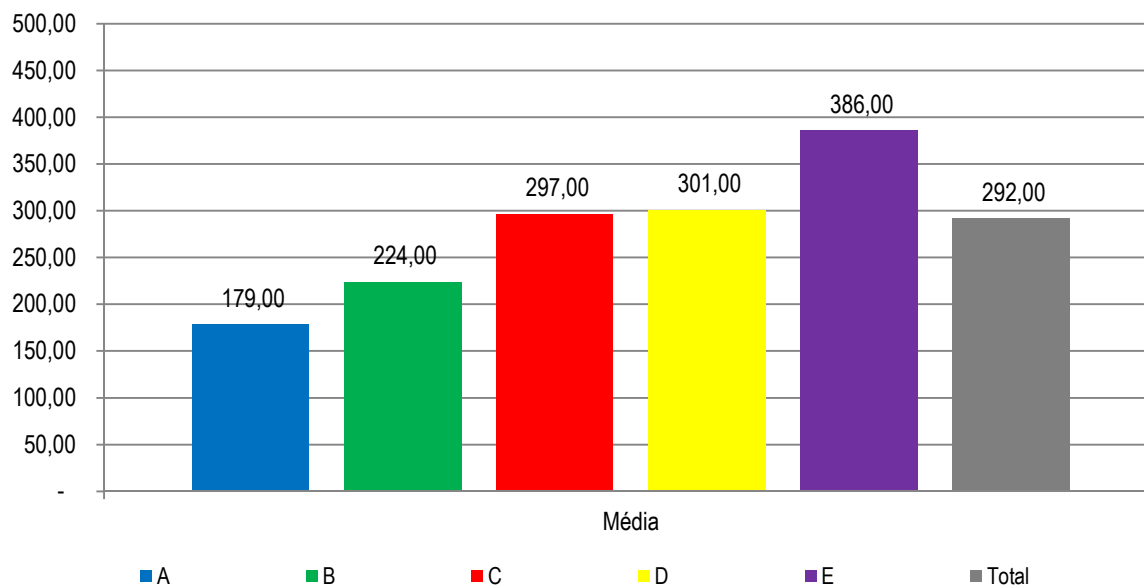
A renda média oriunda do trabalho exercido fora da propriedade, inclusive de atividades realizadas durante as migrações sazonais, é da ordem de R\$ 292,00 (duzentos e noventa e dois reais) por família e por mês, com variação significativa entre as famílias dos diversos Grupos.

Enquanto, as famílias do grupo A recebem em média R\$ 179,00 (cento e setenta e nove reais) por mês; as do grupo B recebem R\$ 224,00 (duzentos e vinte e quatro reais), as do grupo C recebem R\$ 297,00 (duzentos e noventa e sete reais); as do grupo D R\$ 301,00 (trezentos e um reais) e as do Grupo E

²¹ Todos os valores monetários referidos neste relatório foram deflacionados pelo IPCA, a preços de dezembro de 2011.

R\$ 386,00 (trezentos e oitenta e seis reais), conforme se visualiza no Gráfico 24.

Gráfico 40- Renda familiar média mensal oriunda do trabalho assalariado (R\$), por Grupos

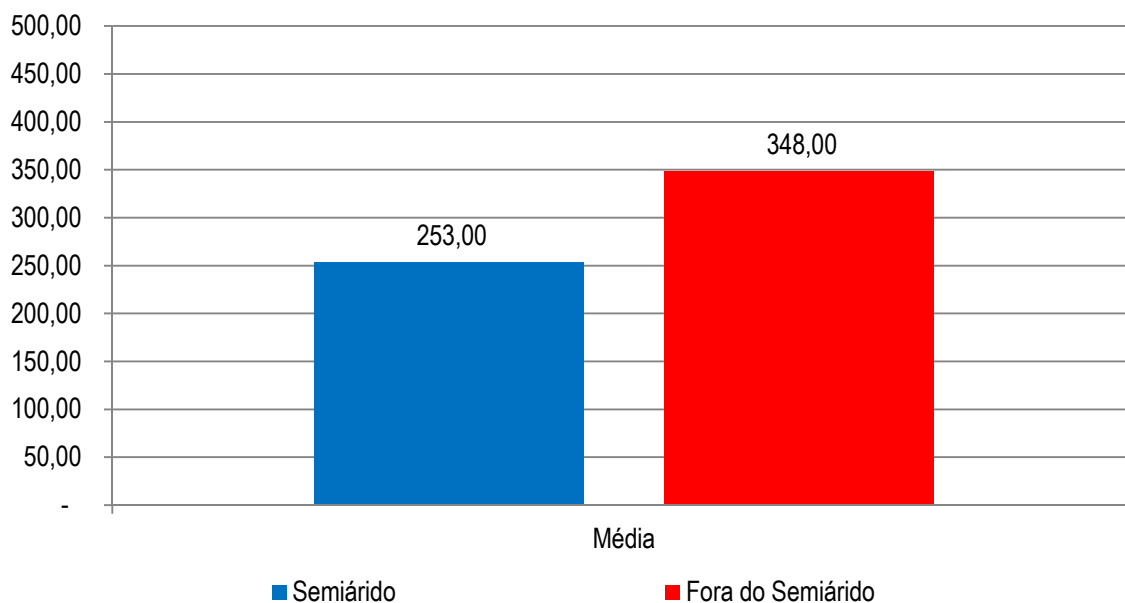


Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

A renda média oriunda do trabalho realizado fora da propriedade familiar é substancialmente mais baixa entre as famílias residentes no Semiárido (R\$ 253,00/família/mês), do que entre as famílias que residem Fora do Semiárido (R\$ 348,00/família/mês).

Com exceção das famílias do Grupo A, os perfis educacionais das famílias entrevistadas são bastante assemelhados e não justificariam, portanto, as diferenças existentes nos níveis de remuneração dos diversos Grupos.

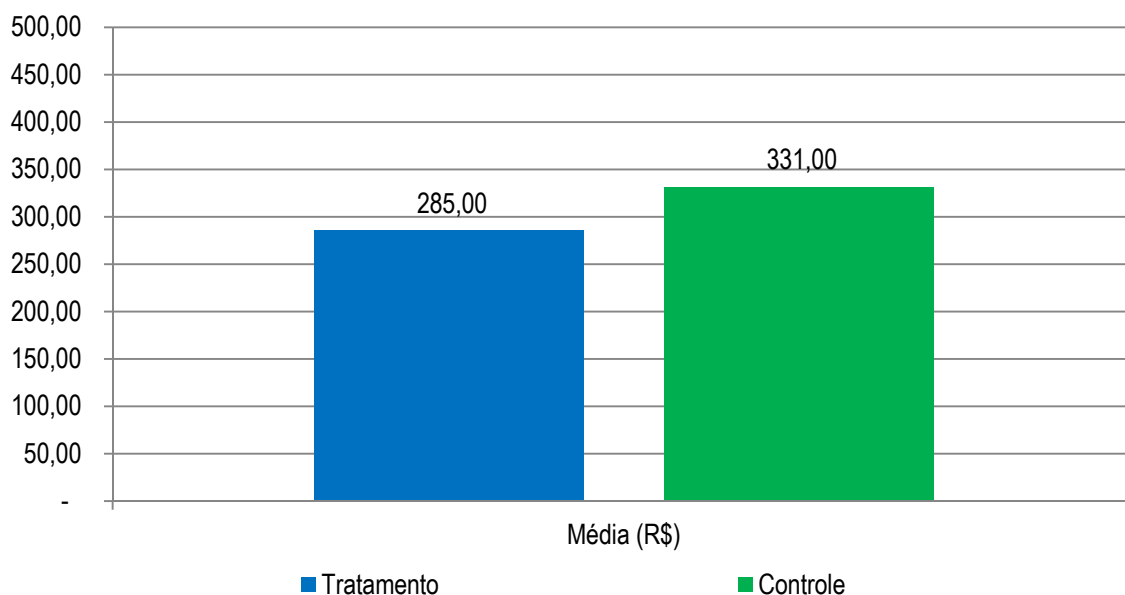
Gráfico 41- Renda familiar média mensal oriunda do trabalho assalariado (R\$), por Região



Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

A remuneração média das famílias da categoria Controle (R\$ 331,00) é maior que a da categoria Tratamento (R\$ 285,00); não necessariamente por conta de diferenças de salários, mas, sobretudo pela proporção de pessoas empregadas fora da propriedade familiar, que é maior entre as famílias da categoria Controle (ver seção 3.5.).

Gráfico 42- Renda familiar média mensal oriunda do trabalho assalariado (R\$), por Categorias.

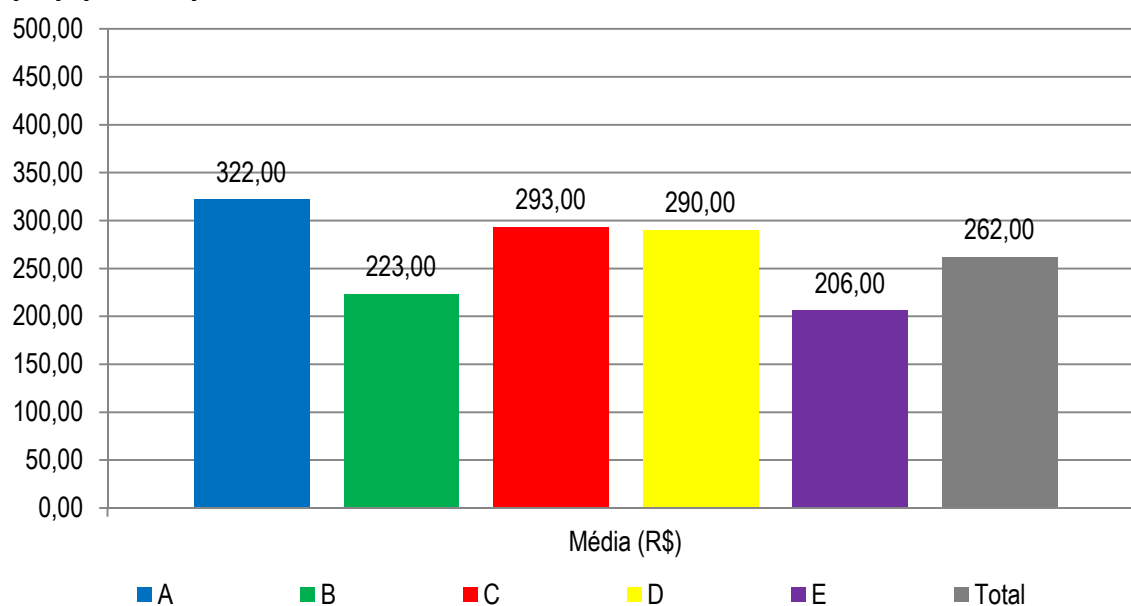


Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

6.2.3.10.2. Renda oriunda de aposentadorias e pensões

Conforme já mencionado, a proporção de famílias com pessoas aposentadas é da ordem de 8,0%; sendo que em 37,0% dessas famílias há mais de um aposentado na residência. O valor médio dessa renda, por família, difere de forma significativa entre os diversos Grupos; variando de R\$ 206,00/família/mês no Grupo E, para R\$ 223,00 no Grupo B, R\$ 290,00 no Grupo D, R\$ 293,00 no Grupo C e R\$ 322,00 no Grupo A. O que motiva essas diferenças é muito mais a proporção de famílias com pensionistas e aposentados nos diversos Grupos, do que com eventuais diferenças nos salários (Gráfico 27).

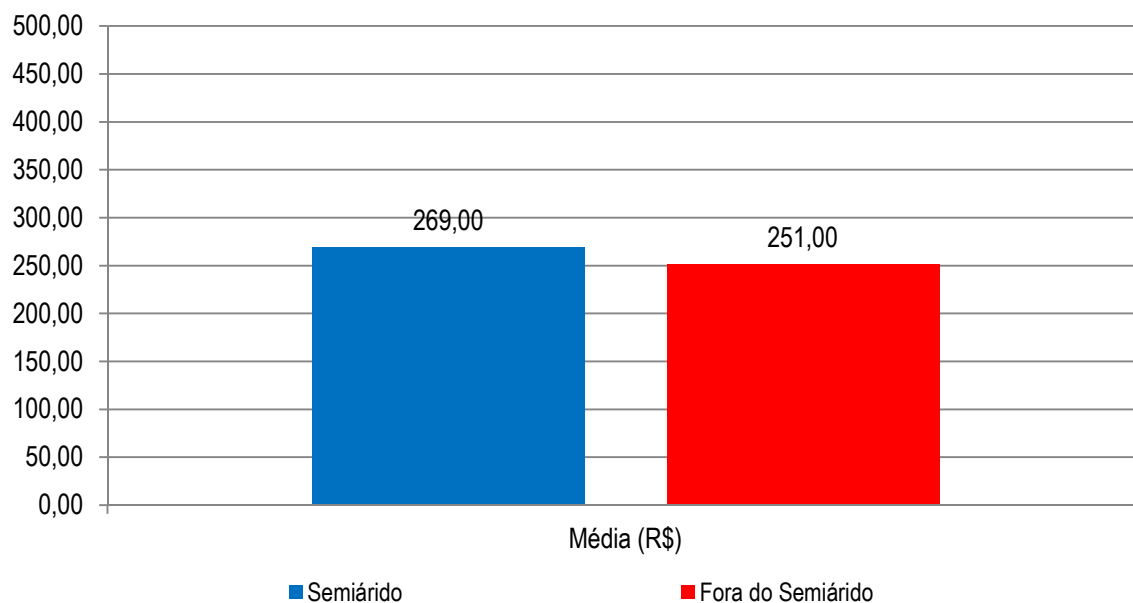
Gráfico 43- Renda familiar média mensal oriunda de aposentadorias e pensões (R\$), por Grupos.



Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

Dentre os residentes no Semiárido a renda média derivada de aposentadorias e pensões (R\$ 269,00/família/mês) é praticamente a mesma de Fora do Semiárido (R\$ 251,00/família/mês).

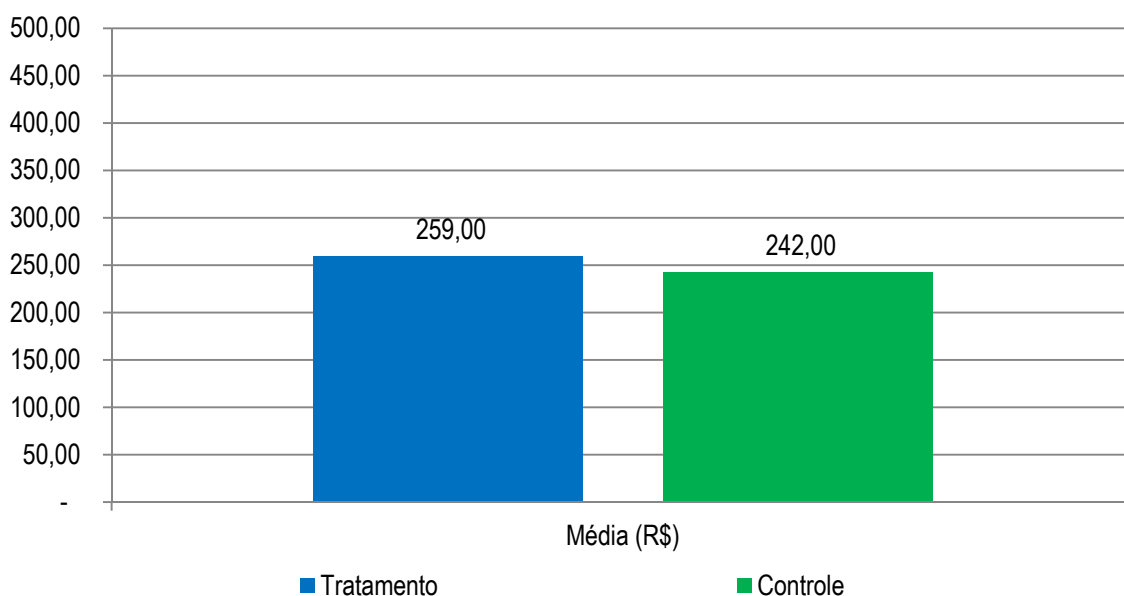
Gráfico 44- Renda familiar média mensal oriunda de aposentadorias e pensões (R\$), por Região



Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

A renda média das famílias da categoria Tratamento (R\$ 259,00), por seu turno, também é praticamente idêntica à da categoria Controle (R\$ 242,00).

Gráfico 45- Renda familiar média mensal oriunda de aposentadorias e pensões (R\$), por Categorias.

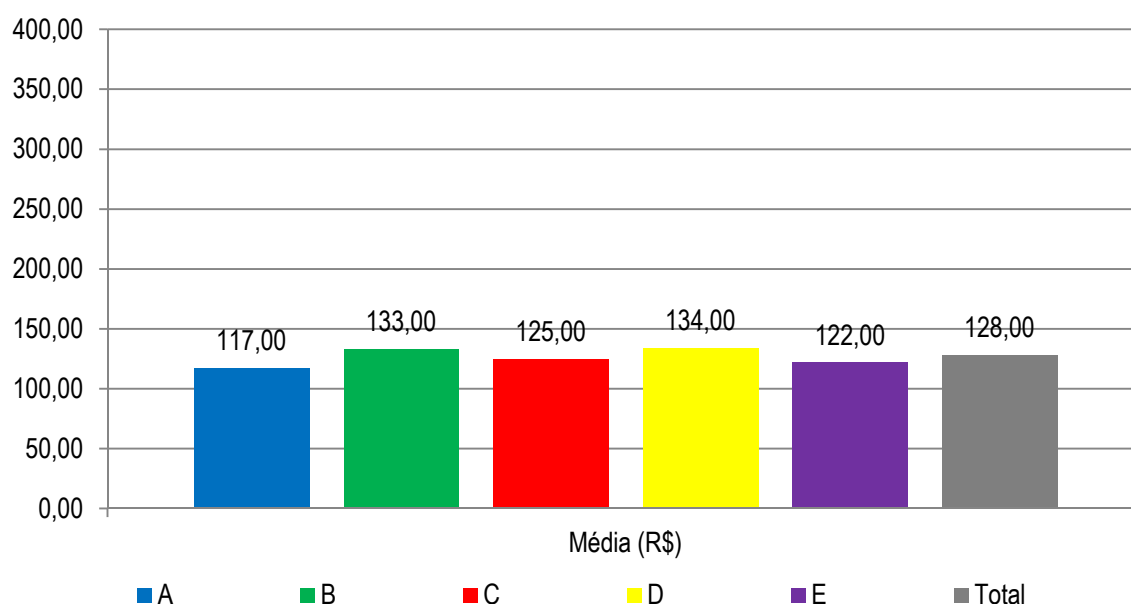


Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

6.2.3.10.3. Renda oriunda de programas sociais de transferência de renda

Conforme já mencionado, 61,0% das famílias pesquisadas são beneficiárias de programas sociais de distribuição de renda. O valor médio dos benefícios provenientes desses programas sociais é da ordem de R\$ 128,00 (cento e vinte e oito reais). As pequenas diferenças de valores observadas entre os diversos Grupos avaliados parecem ser meramente aleatórias.

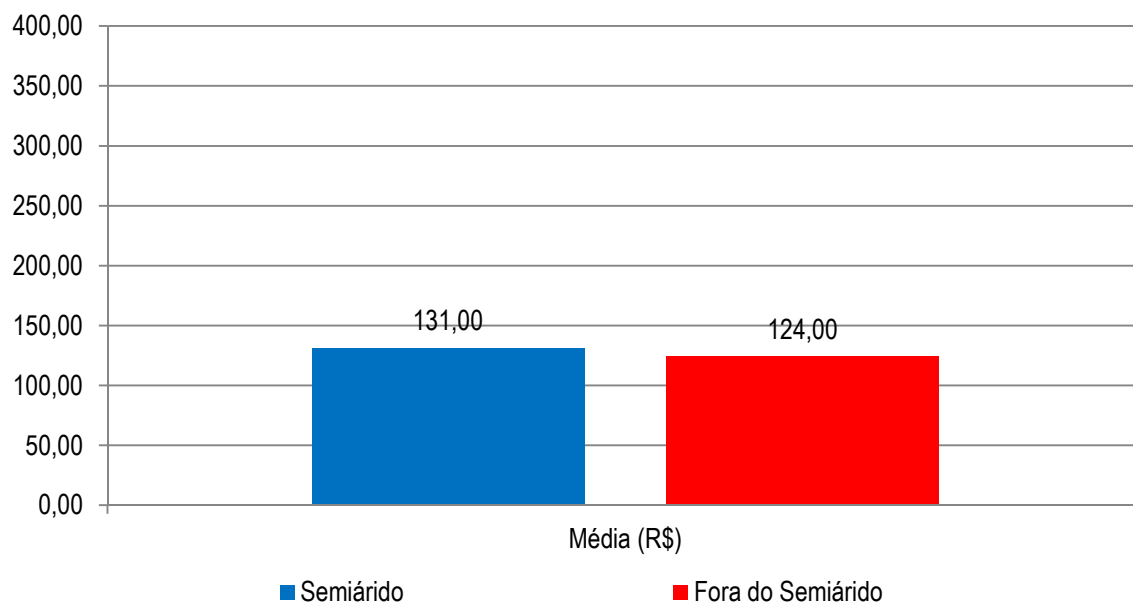
Gráfico 46- Renda familiar média mensal oriunda de programas de transferência de renda (R\$), por Grupos



Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

Em termos espaciais, inexistem, praticamente, diferenças entre os valores médios das rendas transferidas por programas sociais para as famílias residentes no Semiárido (R\$ 131,00/família/mês) e Fora do Semiárido (R\$ 124,00/família/mês).

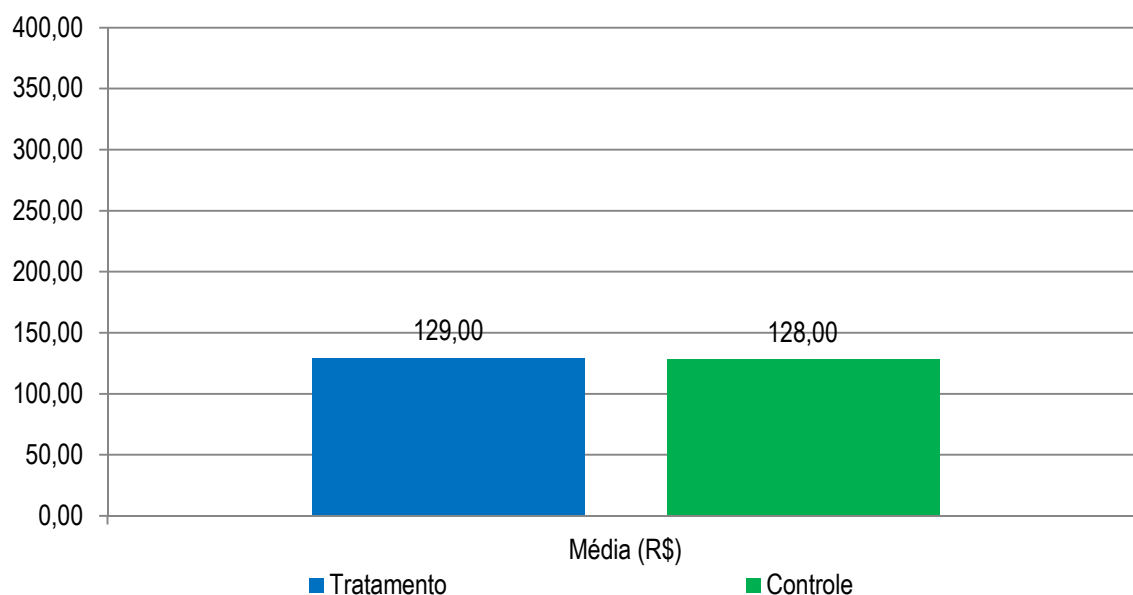
Gráfico 47- Renda familiar média mensal oriunda de programas de transferência de renda (R\$), por Região



Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

No que concerne a esse quesito a renda transferida às famílias da categoria Tratamento (R\$ 129,00) praticamente coincide com o da categoria Controle (R\$ 128,00).

Gráfico 48- Renda familiar média mensal oriunda de programas de transferência de renda (R\$), por Categorias



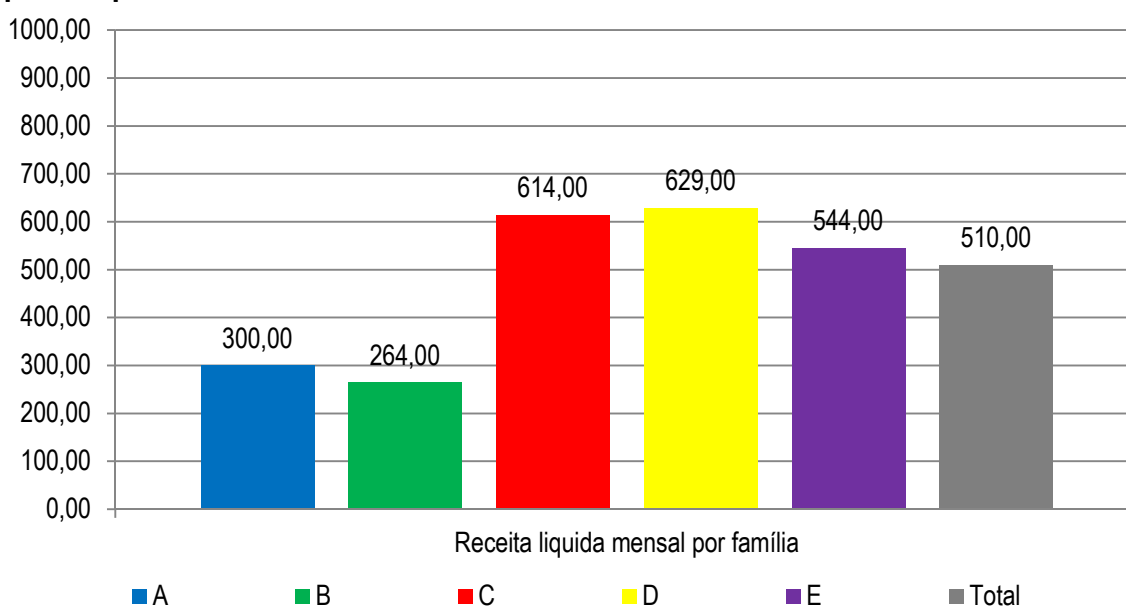
Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

6.2.3.10.4. Renda monetária oriunda da produção familiar

A renda monetária derivada da produção familiar, seja ela de natureza agrícola, pecuária, extrativa ou não agropecuária, foi da ordem de R\$ 510,00/família por mês, ao longo do exercício de 2011.

Os produtores do Grupo B, com remuneração monetária líquida média mensal de apenas R\$ 264,00 (duzentos e sessenta e quatro reais), secundados pelos do Grupo A, com remuneração de R\$ 300,00 (trezentos reais), se encontram em situação mais crítica. Mesmo os produtores melhor remunerados, aqueles pertencentes aos Grupos D (R\$ 629,00) e E (R\$ 544,00), não chegam a receber, em média, um salário mínimo²² por mês.

Gráfico 49- Renda monetária média mensal oriunda da produção familiar (R\$), por Grupos

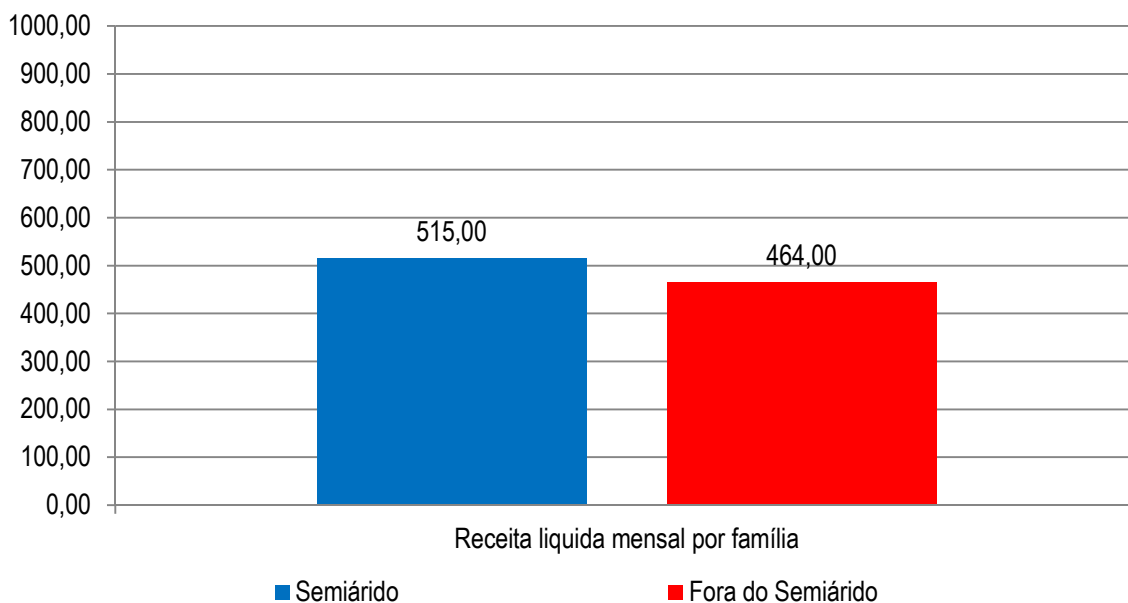


Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

Embora um tanto paradoxal, as unidades produtivas do Semiárido, quando não são castigadas pelas secas, conseguem obter remunerações mais elevadas (R\$ 515,00) do que as unidades localizadas Fora do Semiárido (R\$ 464,00).

²² Salário mínimo em 2012: R\$ 622,00 (seiscentos e vinte e dois reais).

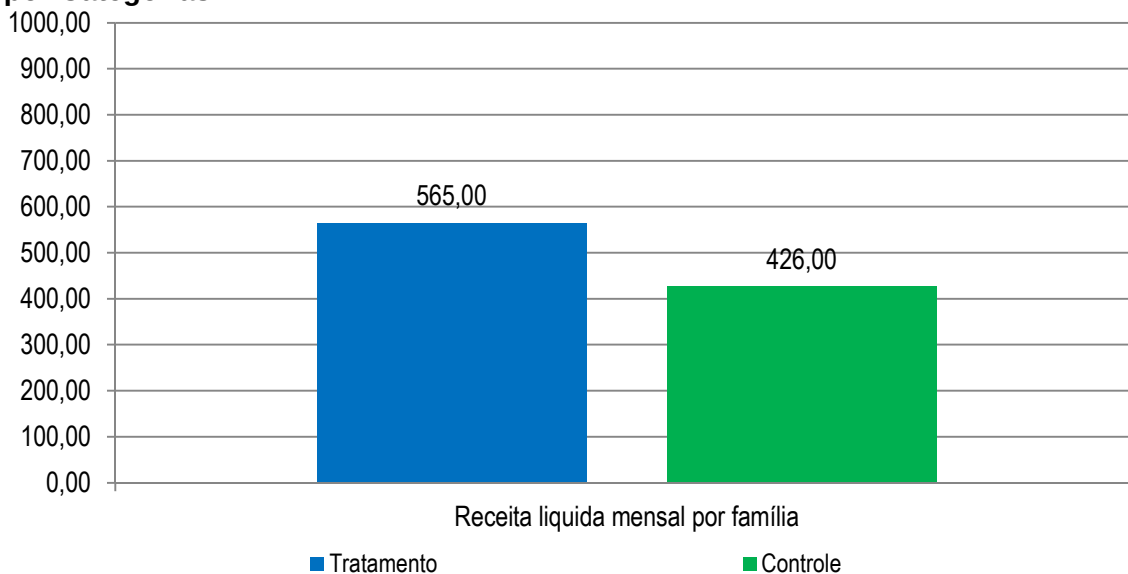
Gráfico 50- Renda monetária média mensal oriunda da produção familiar (R\$), por Região.



Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

Por outro lado, os produtores da categoria Tratamento (R\$ 565,00), apresentaram remuneração média superior à da categoria Controle (R\$ 426,00).

Gráfico 51- Renda monetária média mensal oriunda da produção familiar (R\$), por Categorias.



Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

6.2.3.10.5. Renda mensal total por família

Os produtores pesquisados recebem, em média, uma renda familiar mensal total da ordem de R\$ 1.439,00 (Mil quatrocentos e trinta e nove reais); sendo 20,0% originada no trabalho assalariado fora da propriedade; 9,0% oriunda de programas sociais de distribuição de renda; 18,0% proveniente de aposentadorias e pensões; 35,0% resultante da venda da produção familiar no mercado e 17,0% representada pela parte da produção familiar destinada ao consumo da própria família (autoconsumo).

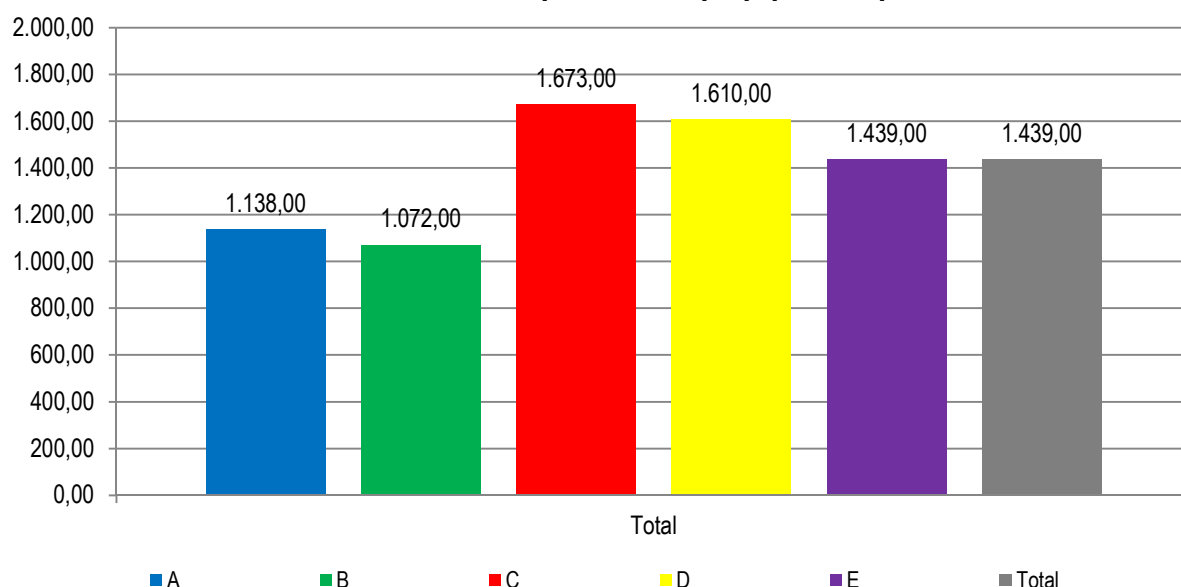
O valor do autoconsumo varia em função do volume de produção, que é mais elevado nas unidades produtivas maiores, dos Grupos D e E; e da proporção da produção destinada ao mercado, que é maior nas propriedades menores, dos Grupos A e B. Avaliado a preços de mercado, o valor médio do autoconsumo foi igual a R\$ 246,58, sendo mais elevados nos Grupos C (R\$ 344,13) e D (R\$ 255,88) do que nos Grupos E (R\$ 181,04), B (R\$ 227,56) e A (R\$ 220,49).

Em termos médios, os Grupos B (R\$ 1.072,00) e A (R\$ 1.138,00) recebem os menores níveis de remuneração total. O Grupo C tem o maior nível médio de remuneração (R\$ 1.673,00), em parte porque essa renda é bastante ampliada, em virtude do seu autoconsumo, que é maior do que o dos demais Grupos.

Tabela 104 - Distribuição da renda familiar mensal total (R\$) por fonte de origem, por Grupos e por Região

Origem da renda	Total		Grupos										Regiões			
			A		B		C		D		E		Semiárido		Fora do Semiárido	
	Média	%	Média	%	Média	%	Média	%	Média	%	Média	%	Média	%	Média	%
Trabalho assalariado	292,00	20,0	179,00	16,0	225,00	21,0	297,00	18,0	302,00	19,0	387,00	27,0	254,00	18,0	348,00	23,0
Programas de transferência de renda	129,00	9,0	117,00	10,0	133,00	12,0	125,00	7,0	134,00	8,0	122,00	8,0	131,00	9,0	134,00	9,0
Aposentadorias/pensões	262,00	18,0	322,00	28,0	223,00	21,0	293,00	18,0	290,00	18,0	206,00	14,0	269,00	19,0	251,00	17,0
Atividades produtivas	510,00	35,0	300,00	26,0	264,00	25,0	614,00	37,0	629,00	39,0	543,00	38,0	515,00	37,0	464,00	31,0
Autoconsumo	246,58	17,0	220,49	19,0	227,56	21,0	344,13	21,0	255,68	16,0	181,04	13,0	214,37	15,0	294,03	20,0
Total	1.439,00	100,0	1.138,00	100,0	1.072,00	100,0	1.673,00	100,0	1.610,00	100,0	1.439,00	100,0	1.383,00	100,0	1.491,00	100,0

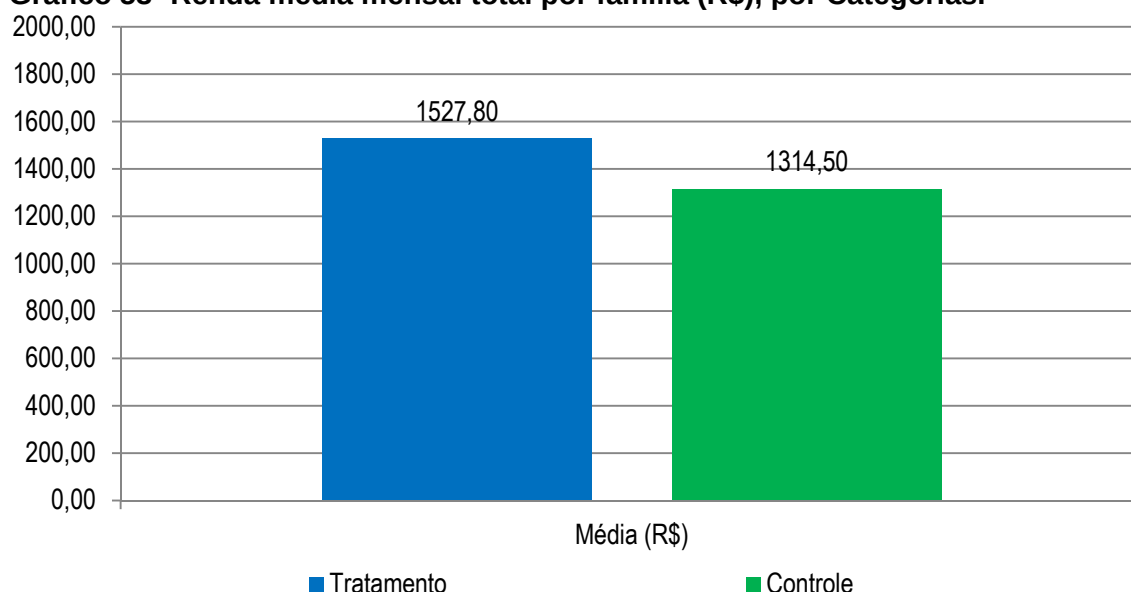
Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

Gráfico 52- Renda média mensal total por família (R\$), por Grupos

Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

A renda média total é significativamente maior entre as famílias da categoria Tratamento do que da categoria Controle. É importante observar que a parcela de renda gerada nas unidades familiares de produção (Incluindo o autoconsumo), representa entre 45,0% (grupo A) a 58,0% (grupo C) da renda familiar total. Em termos absolutos, essa parcela de renda é menor que um Salário Mínimo entre os produtores dos grupos A e B, mas supera um Salário Mínimo nas demais categorias, atingindo o valor máximo de R\$ 958,13 entre os produtores do Grupo C.

Como o número médio de pessoas ocupadas nessas unidades produtivas é da ordem de 2, a remuneração média por pessoa, mesmo nas unidades produtivas do Grupo C, não chega a meio Salário mínimo por pessoa/mês.

Gráfico 53- Renda média mensal total por família (R\$), por Categorias.

Fonte: Pesquisa DATAMÉTRICA - 03/09 a 04/10/2012.

Com base nesses números, é provável que grande parte dos produtores pesquisados, sobretudo aqueles vinculados aos grupos A e B, continue desenvolvendo as atividades que ora realizam, muito mais por conta da tradição cultural e da falta de alternativas econômicas, do que pelo retorno financeiro da atividade que realizam.

Analisando por um ponto de vista racional, se as pessoas que trabalham nessas unidades produtivas conseguissem emprego no mercado, recebendo um salário mínimo cada, a renda familiar seria acrescida em mais de 1 salário mínimo, o que corresponde a um acréscimo substancial de renda.

Acontece que não existem empregos disponíveis para abrigar o enorme contingente que hoje retira seu sustento dessas unidades produtivas, e os eventuais fluxos migratórios em busca desses empregos inexistentes acabariam resultando em grandes problemas sociais.

Cabe ao Estado a desafiadora tarefa de criar condições objetivas para ampliar a produtividade e a renda dessas pequenas unidades produtivas, a fim de melhorar as condições socioeconômicas dessa população e evitar o crescimento do fluxo migratório, assim como a consequente ampliação dos bolsões de miséria e violência urbana. É exatamente isso que justifica a existência de programas como o Pronaf.

6.3 Matriz de Insumo-Produto do Nordeste – Impacto das Contratações Realizadas pelo FNE no Exercício de 2014

As repercussões econômicas das contratações do FNE foram calculadas utilizando-se como instrumental de avaliação de impactos a Matriz de Insumo-Produto (MIP) do Nordeste e Estados. Referida ferramenta tem sido utilizada pelo BNB²³ nas avaliações do FNE, sendo um dos métodos previstos em sua metodologia (SOUSA, 2010) para mensurar os impactos dessa importante fonte de recursos.

6.2.1 Considerações sobre a Matriz de Insumo-Produto

O sistema de insumo-produto engloba um conjunto de atividades que se interligam por meio de compras e vendas de insumos, a montante e a jusante de cada elo de produção. Trata-se de valioso instrumento para fins de planejamento econômico tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento dado que, por intermédio dessa ferramenta, é possível conhecer de forma detalhada os impactos de variações na demanda final, resultante de ações de políticas governamentais, sobre a estrutura produtiva. Nesse sentido, a MIP tem grande utilidade nas avaliações de programas públicos e privados.

A Matriz de Insumo-Produto (MIP) se assemelha a uma fotografia econômica, que mostra como os setores da economia estão relacionados entre si, ou seja, quais setores suprem outros de produtos e serviços, além de especificar as compras de cada setor. Observando esse fluxo de produtos e serviços entre os diferentes setores da economia, é possível identificar o inter-relacionamento de compras de cada setor.

Para a construção da Matriz de Insumo-Produto, faz-se necessário conhecer os insumos que cada setor da economia necessita, de qual setor são comprados esses insumos, e de qual estado ou região do País eles são adquiridos, considerando-se também essas relações com o exterior. Assim, torna-se imprescindível uma abrangente coleta de informações, inclusive sobre as empresas, no que se refere aos fluxos de vendas e das suas fontes de suprimentos. Esse sistema de interdependência é formalmente detalhado em uma tabela conhecida como Tabela de Insumo-Produto.

A MIP do Nordeste, uma aplicação espacial do sistema de insumo-produto, é um instrumento de análise econômica, construído a partir da estimação dos fluxos comerciais entre os estados da Região Nordeste, e entre estes e o restante do País. Além de utilizar dados de estoque de empregos,

²³ GUILHOTO, Joaquim José Martins... [et all]. Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e Estados: Metodologia e Resultados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

exportações, importações, dentre outros, fornecidos por diversas instituições de pesquisa nacionais e estaduais. Com a MIP do Nordeste, é possível se identificar setores-chave para a geração de produção, renda, emprego, massa salarial e tributos, de forma a direcionar a atuação do Banco, no sentido de induzir o desenvolvimento sustentável do Nordeste e integrá-lo à dinâmica da economia nacional.

As relações fundamentais do insumo-produto mostram que as vendas dos setores podem ser utilizadas no âmbito do processo produtivo pelos diversos setores compradores da economia ou podem ser consumidas pelos diversos componentes da demanda final (famílias, governo, investimento e exportação). Por outro lado, para se produzir, são necessários insumos, pagam-se impostos, importam-se produtos e gera-se valor adicionado (pagamento de salários, remuneração do capital e da terra agrícola), além, é claro, de se gerar emprego. Vale destacar que o consumo intermediário não inclui os bens de capital nem os serviços relacionados à transferência e instalação desses bens, os quais são contabilizados na Formação Bruta de Capital Fixo (aumento da capacidade produtiva). A demanda final, por sua vez, engloba o consumo das famílias, o consumo da administração pública, a formação bruta de capital fixo, a variação de estoques e as exportações.

As relações de compra e venda entre os setores da economia causam o chamado efeito multiplicador. Em essência, cada setor da economia, em diferentes regiões, possui multiplicadores próprios. Efeito direto é o que ocorre no próprio setor que recebe a demanda final. Efeito indireto é aquele devido às compras de insumos intermediários de outros setores. O efeito multiplicador devido ao aumento na demanda do consumo das famílias, decorrente do aumento de horas trabalhadas ou novas contratações, é chamado efeito induzido. A matriz de coeficientes diretos e indiretos é chamada Matriz de Leontief. Para se calcular o efeito induzido é necessário endogeneizar o consumo e a renda das famílias no modelo de insumo-produto, ou seja, fazer com que o consumo e a renda das famílias exerçam influência no cálculo do efeito multiplicador total.

Para a estimação das matrizes de insumo-produto os dados podem ser primários, obtidos através de métodos censitários, ou secundários, que demandam alguma técnica de estimação. Para a construção da MIP do Nordeste e Estados foram considerados 111 grupos de atividades e 169 produtos.

A MIP permite mensurar o impacto que as mudanças ocorridas na demanda final, ou em cada um de seus componentes (consumo das famílias, gastos do governo, investimentos e exportações), teriam sobre a produção total, o emprego, as importações, os impostos, os salários e o valor adicionado.

A partir dos coeficientes diretos e da Matriz Inversa de Leontief, é possível estimar, para cada setor da economia, o quanto é gerado direta e indiretamente de produção, emprego, tributos, valor adicionado, e salários para cada unidade monetária produzida para atender a demanda final.

Cabe ainda observar que se o aumento na demanda final persiste ao longo do tempo, os impactos passam a fazer parte dos resultados do valor bruto da produção, valor adicionado, emprego, salários e tributos. Entretanto, se o aumento na demanda final é em um ano, os impactos serão, principalmente, dentro daquele ano. Novos impactos só ocorrerão se houver novos aumentos. O período de maturação depende do setor em que é aplicado o recurso e das demandas desse setor para os outros agentes econômicos. Cada setor tem sua dinâmica particular, mas pode-se dizer que os maiores impactos ocorrem no ano do aumento da demanda final. Nos anos posteriores os impactos são residuais.

A MIP, entre suas diversas utilizações pelo Banco do Nordeste, é um dos instrumentos usados no processo de avaliação das aplicações do FNE. Com a MIP, é possível estimar os impactos das contratações (empréstimos) do FNE, no valor bruto da produção, valor adicionado, na massa salarial, nos tributos e no número de empregos, nos estados da Região Nordeste, além dos efeitos de transbordamento para outras regiões do País. Quanto aos impactos estimados, vale observar que estes passam a ocorrer a partir dos desembolsos dos recursos. A MIP, para a geração das estimativas desses impactos, entende que o valor do desembolso é igual ao valor das contratações, dado que, mesmo que ocorram vários desembolsos, eles fecharão com o valor da contratação. Assume-se, então, que o ano da contratação é o ano do desembolso.

O volume estimado de empregos é uma variável que requer maior atenção, dada sua conotação social em termos de qualificação do trabalho, formalidade ou informalidade dentro das cadeias produtivas, sendo necessário tecer algumas considerações:

a) o efeito direto é o emprego estimado no setor que deve aumentar sua produção para atender o aumento da demanda final. Como exemplo, temos o caso de uma empresa que para obter o financiamento, necessita atender todos os requisitos legais, incluindo a formalização dos empregados. Assim, a qualidade do emprego gerado deve estar de acordo com o perfil médio de qualificação exigido pelas empresas dentro da atividade, inclusive por causa da concorrência (não seguir o padrão do setor significaria perda de competitividade). As exigências feitas pelo Banco do Nordeste para o fornecimento do crédito também induzem à qualificação exigida pelo setor;

b) o efeito indireto é o emprego estimado em função do aumento das demandas intermediárias nos diversos setores que atenderão a atividade que teve aumentada a demanda final. Nesse caso, a MIP estima o emprego a partir das relações intersetoriais que compõem a matriz de recursos e usos do Nordeste (base para o cálculo da MIP), e não existem possibilidade de se detectar o volume de emprego e sua qualidade em cada elo da cadeia produtiva impactada pelo aumento da demanda final. O que se tem é o total do emprego estimado pelo efeito indireto, que não pode ser aberto por qualificação ou outras características, como formal e informal. Pode-se apenas inferir, considerando o mesmo critério da concorrência entre as empresas de um mesmo setor, que as empresas afetadas indiretamente seguem o padrão do setor para não incorrerem em custos maiores do que os dos concorrentes;

c) o efeito induzido é o emprego estimado decorrente do aumento da renda das famílias que tiveram incremento em horas trabalhadas ou pelas novas contratações, a partir do aumento da demanda final (efeito direto) e das demandas intermediárias (efeito indireto). As mesmas limitações destacadas na estimação do efeito indireto, também ocorrem, no efeito induzido.

6.2.2 Impactos Socioeconômicos do FNE na Região Nordeste – Contratações no ano de 2014

Cabe salientar que os valores analisados nesta seção, se referem apenas às contratações nos estados nordestinos. Como o instrumento de avaliação dos impactos econômicos é a MIP do Nordeste, ela não contempla coeficientes dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, embora o norte desses estados faça parte da área de atuação do FNE. Dessa forma, os valores totais contratados pelo FNE, no ano de 2014, alcançaram aproximadamente R\$ 12,7 bilhões. As contratações de 2014, foram distribuídas entre os setores Rural (agricultura e pecuária), com 36,6% dos recursos, Comércio e Serviços – 32,7%, Indústria – 28,5%, Agroindústria – 0,3% e Infraestrutura – 1,8%.²⁴

Considerando apenas os **efeitos no âmbito da Região Nordeste**, sem contar com os impactos em outras regiões do País, estima-se que referidos financiamentos acarretarão, por meio de efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda) - os chamados impactos do tipo 2²⁵, acréscimos no Valor Bruto da Produção (VBP) regional de aproximadamente R\$ 30,3 bilhões, em decorrência

²⁴ Esta distribuição por setor foi calculada considerando-se apenas as contratações realizadas na Região Nordeste.

²⁵ Este impacto agrega o efeito induzido (de renda), enquanto o chamado impacto do tipo 1 refere-se a efeitos diretos e indiretos, apenas. O efeito indireto se refere à produção em outros setores para atender à demanda final do setor em análise. O efeito induzido, ou de renda, se refere ao aumento dos postos de trabalho, em razão dos efeitos direto e indireto, e o consequente aumento da renda das famílias que passam a consumir outros produtos (vestuário, automóveis, etc).

dos investimentos realizados no ano de 2014²⁶. O setor que tem a maior participação no valor bruto da produção regional é o Rural, com 37,6% desse valor, ficando o setor de comércio e serviços como segundo em participação, 32,3%.

O valor agregado (renda) à economia da Região Nordeste ou valor adicionado (uma aproximação da variação do PIB da Região²⁷, em função dos financiamentos do FNE) é estimado em R\$ 17,6 bilhões, com expressiva representação do Setor Rural, R\$ 6,8 bilhões. O resultado nos setores Comércio e Serviços e Industrial, também são expressivos (Tabela 105).

No que tange ao emprego, estima-se que cerca de 1.039 mil ocupações (formais e informais) deverão ser geradas no Nordeste, a partir dos investimentos realizados no ano de 2014. Isto é, à medida que os efeitos de compra e venda, sejam efetivados ao longo da cadeia de produção regional, essas novas ocupações serão criadas a partir dos desembolsos realizados pelo FNE. Cabe salientar que essas ocupações não são o saldo no final do ano, mas a entrada de novos trabalhadores (formais e informais), não levando em consideração a saída de trabalhadores no período de análise. Os dados do CAGED (empregados com vínculo celetista), para o ano de 2014, indicam uma entrada de 3.055 mil novas ocupações. A estimativa de empregos gerados pelas contratações do FNE, formais e informais, dentro da Região Nordeste representam 34% dos empregos formais gerados no período, informados pelo CAGED. Do total estimado de novas ocupações a partir dos financiamentos do FNE, cerca de 474 mil ocupações deverão ser geradas no Setor Rural, representando 45,6% dos empregos gerados na Região. O emprego é calculado pelo conceito de equivalente/homem/ano²⁸, utilizado pelo IBGE. A ideia é que os empregos gerados serão mantidos durante um ano.

Cabe observar que o índice de formalização do emprego no Setor Rural do Nordeste ainda é relativamente pequeno comparado com os demais setores da economia. Os setores Comércio e Serviços e Indústria deverão gerar em torno de 316 mil e 232 mil ocupações, respectivamente, representando 30,4% e 22,3%. O Setor Agroindustrial deverá responder por apenas 5 mil novas

²⁶ A suposição é que as contratações do primeiro semestre de 2014 geram investimentos e operações em custeio, realizados no mesmo período em referência, principalmente para a interpretação do impacto na variável emprego. Se os investimentos se realizarem em dois anos, por exemplo, o total de empregos estimados deve ser dividido para cada ano, a partir da participação do investimento anual na contratação total.

²⁷ Representa o PIB a preços básicos, sem incluir os impostos.

²⁸ Cada equivalente/homem/ano corresponde a um homem adulto que trabalha 8 horas diárias, durante todo o processo produtivo anual.

ocupações, em função do pequeno aporte de recursos no setor, R\$ 43,0 milhões²⁹ (Tabela 105).

Tabela 105– Repercussões Econômicas das Contratações do FNE – 2014¹ - R\$ Milhões e Empregos em Número de Pessoas

Indicador	Agrícola	Pecuária	Agroindústria	Industrial	Infraestrutura	Serviços	Comércio	Total
Valor Contratado	2.387,8	2.254,8	43,0	3.620,3	233,6	2.350,9	1.794,1	12.684,5
Resultados por Setor - Nordeste								
Valor Bruto da Produção	6.015,4	5.354,1	102,4	8.474,8	551,5	5.419,9	4.346,4	30.264,3
Valor Agregado/ Renda	3.692,4	3.111,2	59,5	4.906,6	276,9	2.963,2	2.620,4	17.630,1
Empregos	262.587	211.321	5.038	231.893	11.805	129.821	186.184	1.038.649
Salários	908,8	866,1	16,9	1.377,4	78,0	806,0	793,51	4.846,6
Tributos	694,8	768,1	14,1	1.214,5	84,3	799,4	576,17	4.151,3
Resultados por Setor - Brasil: Nordeste + Resto do Brasil								
Valor Bruto da Produção	9.981,1	9.221,6	173,2	14.354,6	940,3	9.298,2	7.230,5	51.199,4
Valor Agregado/ Renda	5.345,2	4.711,0	88,9	7.345,2	437,1	4.567,6	3.822,0	26.317,0
Empregos	309.234	249.123	5.760	289.018	15.316	165.866	217.245	1.251.562
Salários	1.420,4	1.360,7	26,0	2.134,4	127,8	1.305,7	1.168,6	7.543,5
Tributos	1.317,3	1.498,6	26,7	2.323,5	157,4	1.534,7	1.076,2	7.934,5

Fonte: Ambiente de Controle de Crédito. Elaboração: Etene-Célula de Estudos e Pesquisas. 1. Impactos estimados a partir da matriz de insumo-produto do Nordeste, base 2004, contemplando os efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), que se realizaram no período da aplicação de recursos. 2. Valores a preços correntes do ano de 2014.

Os impactos sobre o pagamento de salários, na Região, totalizam R\$ 4,8 bilhões, cabendo ao Setor Rural a importância de R\$ 1,8 bilhão, representando 36,6% dos salários a serem pagos. Em seguida, apresenta-se o Setor Comércio e Serviços com 33,0% de participação nos salários, seguido pela Indústria, com 28,4%.

Quanto à geração de impostos (tributação) na Região, estima-se o pagamento de aproximadamente R\$ 4,2 bilhões, com destaque para os setores Rural, Comércio e Serviços e Indústria.

Cabe, ainda, comentar sobre o valor necessário de contratação do FNE para a geração de um emprego na economia. É um indicador que ajuda na percepção do grau de qualificação e de formalidade do emprego gerado. Quanto menor o valor necessário de contratação do FNE, para a geração de um emprego, espera-se que o setor seja menos intensivo em capital, e que tenha salários médios mais baixos que os setores mais intensivos (que necessitam de mão de obra mais qualificada e mais cara). Vale lembrar que esses números levam em consideração tanto os empregos gerados na Região Nordeste como também no resto do País, devido às contratações do FNE e aos efeitos de transbordamento.

²⁹ Cabe observar que, para o cálculo da estimativa da geração de empregos, o valor do financiamento deve ser deflacionado para 2004, que é a base do gerador de emprego na MIP.

O menor valor para a geração de um emprego encontra-se no Setor Agroindustrial, R\$ 7.467. Ele tem o menor custo porque a maior atividade na geração de emprego foi a atividade de fruticultura, com 62% do total de empregos gerados no setor, e que é uma atividade que gera muitos empregos, tanto formais como informais. O setor Rural, que tradicionalmente é muito intensivo em mão de obra, tem o segundo maior destaque na geração de emprego. A contratação de R\$ 8.315 gera um emprego ou ocupação no Setor Rural³⁰. Para os demais setores, o custo de geração de um emprego é de R\$ 12.526 na Indústria, R\$ 10.819 em Comércio e Serviços, R\$ 15.253 no Setor de infraestrutura e R\$ 10.134 na média das contratações. As maiores relações se dão nos Setores mais intensivos em capital. No Setor Comércio e Serviços, o valor médio se reduz por causa do subsector comércio, com um valor de R\$ 8.258. O subsector de Serviços puxa o valor de geração de emprego para cima, (R\$ 14.174), que é, onde se observa o maior aumento de salários nos últimos anos (Tabela 105).

6.2.2.1 Os Efeitos Transbordamento do FNE

Vale observar, ainda, que parte dos impactos econômicos das aplicações do FNE no Nordeste ocorre fora da Região, em decorrência da importação de insumos e de bens de capital para a produção, ou produtos finais para atender os acréscimos de demanda considerados. Dessa maneira, além dos impactos para a região nordestina, descritos anteriormente, as contratações do FNE possuem impactos nas demais regiões brasileiras. Sabe-se que há uma dependência da produção de bens e serviços provenientes do Resto do Brasil, tanto por parte do consumo intermediário como da demanda final dos estados do Nordeste. Esses impactos são captados, na MIP, através dos efeitos indiretos e induzidos. Essa dependência determina um alto índice de transbordamento dos efeitos multiplicadores da produção, decorrentes de novos investimentos, principalmente no valor bruto da produção e nos tributos.

Desse modo, a partir dos resultados apresentados, vale destacar que, para impactos totais de R\$ 51,2 bilhões na produção estimados para o País, R\$ 20,9 bilhões (40,9%) ocorrem fora da Região Nordeste. Do mesmo modo, do total estimado de 1,3 milhões de novas ocupações, 17% desses devem ser gerados fora da Região Nordeste (Tabela 105). Isso indica, por um lado, quanto o estímulo ao desenvolvimento no Nordeste beneficia conjuntamente o restante do País. Também sinaliza para as deficiências da Região em manter os recursos de que dispõe circulando na economia local, indicando a baixa integração regional, seja pelo suprimento de insumos e bens de capital para

³⁰ Olhando as atividades agrícola e pecuária, para se gerar um emprego, são necessários, R\$ 7.772 e R\$ 9.051, respectivamente. Os valores para comércio e serviços são R\$ 8.258 e R\$ 14.174, respectivamente.

suas empresas, seja na forma de produtos para atender a demanda para consumo de sua população.

6.2.2.2 Impactos Socioeconômicos dos Financiamentos do FNE previstos para Mini/Micro, Pequenos, Pequeno-Médio e Médios Empreendimentos na Região Nordeste.

Os valores contratados pelo FNE para os mini/micro, pequenos, pequeno-médios e médios empreendimentos, alcançaram R\$ 7,6 bilhões no ano de 2014, consumindo 60,0% do total das contratações do fundo, como mostra a Tabela 106. Vale enfatizar a representatividade das contratações desses empreendedores, no total das contratações do FNE, por setor. Essa participação, no período em análise, para as atividades pecuária e comércio, representam 98,0% e 82,9%, respectivamente (Tabela 106). A participação dos empreendimentos até o porte médio, no total dos financiamentos da atividade agroindústria, é relevante, 79,1%. A menor participação dos empreendedores até o porte médio está no Setor Industrial, que chega aos 19,6% dos financiamentos de 2014, no setor. É precisamente o setor em que suas atividades são intensivas em capital e que, por isto, exigem recursos em maior escala. A orientação estratégica do Banco do Nordeste do Brasil é focar os empreendimentos até médio porte, fato constatado na evolução das aplicações: em 2012, 58,6% dos financiamentos foram para esses empreendedores; no ano fechado de 2013, o percentual cresceu para 61,7%. Agora no ano de 2014, o percentual permanece no mesmo padrão de 2013, 60,0%.

Tabela 106 - Repercussões Econômicas das Contratações do FNE por Setor incluindo os portes de micro, mini, pequena e média empresa – 2014¹ – R\$ Milhões e Empregos em Número de Pessoas.

Indicador	Agrícola	Pecuária	Agroindústria	Industrial	Serviços	Comércio	Total
Valor Contratado	1.584,1	2.209,4	34,0	709,0	1.590,0	1.487,2	7.613,7
Resultados por Setor - Nordeste							
Valor Bruto da Produção	4.017,1	5.357,7	80,3	1.667,0	3.660,7	3.629,6	18.412,5
Valor Agregado/ Renda	2.344,2	3.113,2	46,1	910,7	2.013,3	2.215,0	10.642,5
Empregos	293.316	211.450	3.229	42.080	88.297	168.385	806.757
Salários	628,5	866,6	13,0	261,5	547,0	677,6	2.994,2
Tributos	484,5	768,6	11,2	240,9	539,6	470,6	2.515,4
Resultados por Setor - Brasil: Nordeste + Resto do Brasil							
Valor Bruto da Produção	6.730,1	9.227,8	136,4	2.852,8	6.280,3	6.016,1	31.243,5
Valor Agregado/ Renda	3.476,0	4.714,2	69,3	1.403,9	3.095,8	3.210,5	15.969,7
Empregos	338.172	249.277	3.787	54.228	112.692	194.684	952.840
Salários	977,6	1.361,6	20,2	414,1	884,6	988,5	4.646,5
Tributos	912,2	1.499,6	21,3	453,4	1.036,7	876,9	4.800,1

Fonte: Ambiente de Controle de crédito. Elaboração: ETENE-Célula de Estudos e Pesquisas.

Notas: (1) Impactos estimados à partir da matriz de insumo-produto do Nordeste, base 2004, contemplando os efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), que se realizaram no período de aplicação de recursos; (2) Valores a preços médios de 2014.

O Setor Agropecuário, que contratou o montante de R\$ 3,8 bilhões, ou 49,8% do total dos recursos e que representa mais de 90% das operações contratadas nos segmentos analisados, é o principal em valor de contratações. Em seguida, figura o Setor de Serviços e Comércio, com 40,4% do total dos recursos financiados e o Setor Industrial, com 9,3% de participação. O setor com menor participação foi o Agroindustrial, com apenas 0,5% dos recursos. A menor participação dos empreendedores agroindustriais é explicada pelas características naturais dessa atividade, volume de investimento e escala (Tabela 106).

Calcula-se que os referidos financiamentos acarretarão, por meio dos efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), os chamados impactos do tipo 2, acréscimos na produção bruta regional de, aproximadamente, R\$ 18,4 bilhões, e impactos extrarregionais (efeito transbordamento) no montante de R\$ 12,8 bilhões, um vazamento de 41,1% da produção bruta. O número de empregos, formais e informais, estimados pela MIP para a Região, a partir das contratações e desembolsos no ano de 2014, é de 807 mil, e aproximadamente 146 mil empregos gerados fora da Região. É a variável que menos vazamentos geram para fora da Região Nordeste, quer dizer, 15,3% dos empregos gerados se encontram fora do Nordeste, enquanto os vazamentos dos outros indicadores (valor bruto da produção, valor adicionado, massa salarial e tributos) se encontram entre 33,4% e 47,6%, caso dos tributos. Quanto à renda, sinaliza-se um valor agregado de R\$ 10,6 bilhões no Nordeste e um vazamento de R\$ 5,3 bilhões para as demais regiões brasileiras, o que representa 33,4% do valor adicionado total gerado.

Os impactos em salários e tributos, dentro da região nordestina, das contratações dos empreendimentos de até médio porte, são de R\$ 3,0 bilhões e R\$ 2,5 bilhões, respectivamente. Os impactos para fora da Região (vazamentos) estão estimados em R\$ 1,7 bilhão, para salários, e R\$ 2,3 bilhões, para tributos, que representam 35,6% e 47,6%, respectivamente, do total do impacto gerado nestes indicadores. Cabe aqui observar que o maior vazamento ocorrido nos tributos, tem como fator importante a grande participação dos tributos federais na estrutura fiscal do País.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 7.827, de 27 de Setembro de 1989.** Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o FNO, o FNE e o FCO e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 16/03/2009.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 10.177, de 12 de Janeiro de 2001.** Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 16/03/2009.

GUILHOTO, Joaquim José Martins, AZZONI, Carlos Roberto, ICHIHARA, Silvio Massaru, KADOTA, Décio Katsushigue e HADDAD, Eduardo Amaral. **Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e Estados.** Metodologia e Resultado. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (BNB). **Avaliação do FNE Rural.** Fortaleza. BNB, 2012. 378 p.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano,** 2000. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em 14 mar 2013.

SOUSA, J. M. P.; NOTTINGHAN, P. T.; GONÇALVES, M. F. **Metodologia de Avaliação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).** Fortaleza: BNB, 2010.

ANEXOS